

FABIO ASSIS PINHO

ASPECTOS ÉTICOS EM REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO:
em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare
Beghtol.

MARÍLIA
2006

FABIO ASSIS PINHO

**ASPECTOS ÉTICOS EM REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO:
em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento

Linha de Pesquisa: Organização da Informação

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães

**Marília
2006**

P654a Pinho, Fabio Assis.

Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol / Fabio Assis Pinho. -- Marília, 2006.

vi, 123 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2006.

Orientador: José Augusto Chaves Guimarães.

Bibliografia: f. 112-123.

1. Representação do conhecimento. 2. Ética informacional. 3. Ciência da Informação. I. Título.

CDD 020



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARILIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DE MARILIA

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO: ASPECTOS ÉTICOS EM REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: EM BUSCA DO DIÁLOGO ENTRE ANTONIO GARCÍA GUTIÉRREZ, MICHÈLE HUDON E CLARE BEGHTOL

AUTOR: FABIO ASSIS PINHO

ORIENTADOR: Prof. Dr. JOSE AUGUSTO CHAVES GUIMARAES

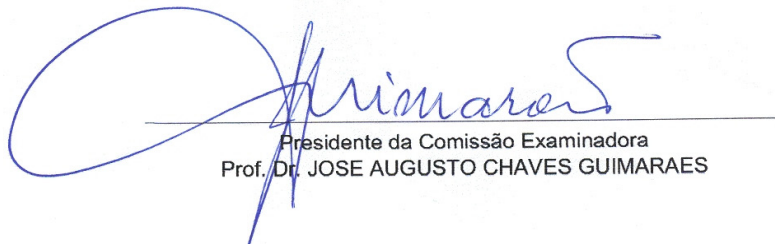
Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. JOSE AUGUSTO CHAVES GUIMARAES
Departamento de Ciências Da Informacao / Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília

Profa. Dra. MARIANGELA SPOTTI LOPES FUJITA
Departamento de Ciências Da Informacao / Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília

Prof. Dr. MARCOS LUIZ CAVALCANTI DE MIRANDA
Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos / Universidade do Rio de Janeiro/UNIRIO

Data da realização: 23 de junho de 2006.



Presidente da Comissão Examinadora
Prof. Dr. JOSE AUGUSTO CHAVES GUIMARAES

Bendito seja **DEUS**,
Que não afastou minhas súplicas,
Nem de mim apartou seu amor.

“Deus não só mostra o caminho da sabedoria, mas também dirige o sábio”

DEDICO

Aos meus pais

Taú e Izabel

Ao meu irmão

Roberto

Fontes de profundo amor,
minha gratidão e homenagem.

*“A vida é uma escuridão, exceto quando há impulso.
E todo impulso é cego, exceto quando há saber.
E todo saber é vazio, exceto quando há trabalho.
E todo trabalho é vazio, exceto quando há amor.”*

Gibran

OFEREÇO

AGRADECIMENTOS

Aos meus amigos do mestrado Eliane Borba (Lilica), Jane, Rogério, Marcel, Willy, Maria de Lourdes, Adriana, Alessandra, Ana Cristina e Alexandre.

Aos Professores Eduardo Ismael Murguia Marañon, João Batista Ernesto de Moraes, Plácida Leopoldina V. A. C. Santos, Silvana Ap. B. G. Vidotti, Maria Helena T. C. de Barros e Miriam Celí P. P. Foresti.

Aos Professores Mariângela Spotti Lopes Fujita e Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda pelas sugestões que contribuíram para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Ao Professor e orientador José Augusto Chaves Guimarães pela confiança e o respeito com que tratou esta pesquisa, tornando-se um exemplo de dignidade.

“Ser mestre é ser exemplo, exemplo de dedicação, de doação, de dignidade pessoal e, sobretudo de amor à profissão”

Às servidoras Margareth Pigozzi (CEDHUM), Edna Olian, Andréia Teza, Aline Ribeiro, Iara Nunes, Márcia Arakaki (Seção de Pós-Graduação) e Luzinete Euclides (STRAUD) pela colaboração.

Aos alunos de graduação Suellen Milani Oliveira e Márcio Barrionuevo Navas pela amizade e momentos de aprendizagem.

À Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Câmpus de Marília pelas oportunidades oferecidas no decorrer do curso.

Ao Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – UNESP – Câmpus de Jaboticabal pelo incentivo.

Aos meus companheiros de trabalho Claudemir, Neli, Ana Silvia, Mabel, Marta, Tiêko, Adriana e Regina.

A todos aqueles que, direta e indiretamente, colaboraram para minha formação e para mais esta conquista.

“O homem de ciência descobre os fatos da natureza, mas o homem de consciência realiza valores dentro de si mesmo” Albert Einstein

Obrigado.

RESUMO

Os instrumentos e os processos de representação do conhecimento refletem as visões políticas e culturais de seus idealizadores e, portanto, não são neutros. Desse modo, e considerando que a ética se estabelece como uma maneira de distanciar o poder sobre os outros, evitando ser objeto de qualquer ideologia, observa-se que, a questão da representação está intimamente ligada a uma dimensão ética, porque deve se preocupar com sua utilidade e confiabilidade para determinados grupos de usuários. Nesse sentido, propõe-se, por meio de pesquisa exploratória de natureza teórico-investigativa, estabelecer, a partir dos estudos de Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol, a identificação de vertentes teóricas convergentes que subsidiem as questões sobre os aspectos éticos nas atividades de representação do conhecimento. Do cotejo e análise crítica das idéias dos referidos autores, observa-se que os mesmos possuem concepções convergentes em relação ao usuário e suas crenças, e complementares em relação à competência profissional, podendo-se concluir que os valores de transculturalidade na mediação, multilingüismo e garantia cultural são inerentes às atividades de representação do conhecimento e determinantes do fazer profissional na área.

Palavras-chave: Representação do conhecimento. Ética informacional. Ciência da Informação.

ABSTRACT

The instruments and the processes of knowledge representation reflect the political and cultural standpoint of its creators and, therefore, they are not neutral. That way, and considering that ethics establishes itself as a way to distance power over others, preventing itself from being the object of any ideology, one can observe that, the issue of representation is linked to an ethical dimension, because it shall concern its utility and reliability for determined groups of users. In this direction, it is considered, by means of exploratory research of theoretical-investigative character, to establish, based on the studies of Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon and Clare Beghtol, the identification of convergent theoretical chains that subsidize the issues on ethical aspects in the activities of knowledge representation. From confrontation and critical analysis of the ideas of the authors listed above, one can observe that the same ones have convergent takes on the user and its beliefs, and complementary takes concerning the professional ability, thus concluding that the values of transcultural ethics of mediation, multilingualism and cultural warrant are inherent to the activities of knowledge representation and determinant to professional performance in the field.

Key words: Knowledge representation. Information ethics. Information Science.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO COMO DISCIPLINA.....	6
2.1 Aspectos Históricos	6
2.2 Objeto de Estudo e Conceito.....	16
2.3 Fundamentos da Área	19
2.4 A Questão da Representação	25
2.5 Sistema de Classificação de Dahlberg	32
3 A ÉTICA NAS ATIVIDADES INFORMATIVAS E SEU IMPACTO NA REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	35
3.1 Ética	35
3.2 Ética Profissional.....	41
3.3 Ética nas Atividades Informativas.....	47
3.4 Ética em Representação do Conhecimento: Valores, Problemas e Avanços.....	51
4 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE QUESTÕES ÉTICAS EM REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	64
4.1 Antonio García Gutiérrez e a <i>Epistemografia Interativa</i>	64
4.2 Michèle Hudon e o <i>multilingüismo</i>	82
4.3 Clare Beghtol e a <i>garantia e hospitalidade cultural</i>	89
5 DIÁLOGOS SOBRE AS QUESTÕES ÉTICAS EM REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	97
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	112

1 INTRODUÇÃO

A busca pela sedimentação teórica e metodológica da área de Organização e Representação do Conhecimento tem exigido de seus pesquisadores profundos questionamentos, principalmente sobre os fundamentos que norteiam seus pressupostos teóricos.

Desde a exigência feita por Henry Evelyn Bliss, em 1933, para que a Organização do Conhecimento tivesse caráter científico até a fundação da ISKO – International Society for Knowledge Organization por Ingetraut Dahlberg, em 1989, mais de meio século de estudos abordaram questões de pesquisa sobre a organização do conhecimento.

Atualmente, esse campo científico vem discutindo o seu desenvolvimento teórico e metodológico, inclusive dos instrumentos lógico-semânticos utilizados por profissionais e sistemas para a recuperação da informação.

Tais estudos questionaram as estruturas da organização do conhecimento, os processos de indexação, a catalogação e, inclusive, as linguagens documentárias. Tudo isso sob o enfoque de conceitos como o de conhecimento que, apesar de toda a problemática envolvida, tem se concretizado à medida que os fundamentos filosóficos da área são consolidados.

Apesar de toda a discussão e divergências, aliás, típico e necessário em toda área do conhecimento, o avanço teórico tem sido realizado e constatado a cada dia, por exemplo, nos questionamentos a respeito de conceitos-chave na área, nas influências de Ranganathan, nas novas metodologias para análise de conteúdo, além do auxílio do desenvolvimento tecnológico.

No que tange ao desenvolvimento de ferramentas e instrumentos utilizados na organização do conhecimento, particularmente as linguagens documentárias, observa-se um aspecto relevante para a área no intuito de rever e discutir seus parâmetros. É sabido que esses instrumentos são carregados de ideologias e, por isso, não são neutros em relação às questões políticas e culturais.

Desse modo, era de se esperar que os aspectos éticos viriam à tona; entretanto, os estudos relacionados à ética despontaram, principalmente, nas atividades informativas, ou ainda, restritos aos prescritivos códigos de ética profissional.

A relação entre ética e ideologia se estabelece à medida que a primeira torna-se uma noção de limite de poder (controle da informação) existente na segunda. A atitude ética se distancia do poder sobre os outros e evita ser objeto de qualquer ideologia.

Como a Organização do Conhecimento é eminentemente interdisciplinar, então, com os assuntos éticos não seria diferente. Acontece que os estudos éticos que se aproximam das atividades de organização e representação do conhecimento ainda são incipientes e carecem de discussões e aportes teóricos.

É nesse cenário que se estabelece o tema deste trabalho, ou seja, os aspectos éticos na representação do conhecimento, vertente essa já sinalizada por Dahlberg, em 1992, para que os pesquisadores discutissem o assunto, instigando o desenvolvimento teórico tão necessário à área.

Por isso, o problema de pesquisa está voltado para a falta de estudos que identifiquem a convergência teórica dos aspectos éticos inerentes à representação do conhecimento e que, dessa forma, apresentem valores inerentes a essa atividade. Esse problema torna-se relevante à medida que as atividades de representação devam respeitar as diferenças e crenças existentes entre os usuários que ali recorrem para orientar-se na busca por informação.

Outro agravante se identifica nos incipientes estudos, nas lacunas teóricas e na necessidade de desenvolvimento de pesquisas nessa ramificação temática, uma vez que se verifica a existência de literatura que identifica os problemas éticos na representação do conhecimento, mas não apresenta soluções para esses problemas.

Desse modo, o problema relativo à falta de estudos sobre as questões éticas na representação do conhecimento está ligado aos conceitos-chave aqui inerentes, como os conceitos de sistemas de representação do conhecimento, sistemas de classificação, sistemas de organização e representação da informação, sistemas de organização e representação do conhecimento. Esses conceitos, no mais das vezes, estão ligados à atividade ou ao sistema. Em que se pese o afastamento da discussão conceitual, aqui será considerado que os termos usados na área, tais como: ‘representação do conhecimento’, ‘representação da informação’ e ‘representação documentária’ possuem significados similares, uma vez que a representação, no âmbito da Ciência da Informação, visa a promover o acesso ao conteúdo dos documentos para uso e posterior geração de novos conhecimentos. Mesmo assim, foi respeitado o termo designado por cada autor analisado ou referenciado.

Entretanto, a dimensão ética tratada neste trabalho estará voltada aos instrumentos de representação do conhecimento (sistemas) e, por isso, não adentrará em questões relativas

ao processo de representação do conhecimento (atividade). O problema existe e é necessário que seja encarado e, na medida do possível, solucionado.

Algumas iniciativas têm sido apresentadas nos principais eventos que reúnem pesquisadores da área de organização e representação do conhecimento e, dentre essas iniciativas, destaca-se a busca por categorizações de valores que estabelecem parâmetros de atuação profissional; além disso, de acordo com a sistematização da literatura, encontram-se novos fundamentos envolvendo um rompimento com a normativa tradicional para a concepção de instrumentos lógico-semânticos que sejam eticamente aceitáveis.

E é exatamente nesse contexto que entra em cena o foco de análise deste trabalho, notadamente a partir dos estudos formulados por Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol que apontaram em suas respectivas teorias algumas soluções para os problemas éticos. A escolha dos referidos autores como foco de análise deve-se ao fato de haverem trabalhado com concepções de representação do conhecimento nelas explicitando e enunciando valores éticos interagentes.

Nesse sentido, a proposição deste trabalho é estabelecer, a partir dos estudos desses autores, a identificação de vertentes teóricas que subsidiem as questões sobre os aspectos éticos nas atividades de organização e representação do conhecimento e, a partir daí, no intuito de contribuir para os estudos teóricos que tratam dos aspectos éticos, preencher essa lacuna existente na área.

Por isso, o objetivo geral é identificar pontos de convergência entre esses autores, principalmente em relação ao usuário e às competências profissionais, que são dois pontos-chave em relação aos aspectos éticos na representação do conhecimento. Decorrendo disso, tem-se, como objetivo específico, identificar os valores na representação do conhecimento sob a ótica de cada autor e em que medida tais valores interagem quando do desenvolvimento das atividades da área.

As competências específicas para os profissionais que trabalham com a questão da representação estão intimamente ligadas a uma dimensão ética, principalmente porque essa atividade deve levar em conta que tanto o sistema quanto o processo de representação devem se preocupar com a utilidade e se são recomendáveis para determinados grupos de usuários.

Assim, a justificativa se estabelece à medida que essa proposta de convergência cria pontes entre as teorias desses autores, aumentando a contribuição teórica que se faz necessária nessa ramificação temática da área, possibilitando aprofundar o conhecimento sobre os conceitos propostos pelos autores, favorecendo a identificação de pontos convergentes. Além disso, este trabalho se insere em um Projeto Integrado de Pesquisa

(CNPq), coordenado pelo Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães da UNESP-Marília, cuja preocupação com a dimensão social das atividades de Organização e Representação do Conhecimento, leva ao estudo dos aspectos éticos da área. Desse modo, traz um aporte específico ao referido projeto no sentido de contribuir para a sedimentação da ética, especificamente na representação do conhecimento, obtendo elementos teóricos para a elaboração do quadro preliminar de valores.

Este trabalho também busca contribuir com a dimensão teórica e a reflexão sobre a organização do conhecimento, que são pressupostos inerentes à linha de pesquisa onde está inserido.

Assim sendo, nesta pesquisa, de caráter exploratório, o método utilizado é eminentemente teórico-investigativo, uma vez que se pretende estabelecer um diálogo entre os autores em questão, no intuito de investigar as questões éticas na representação do conhecimento. Dessa maneira, realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas principais revistas e eventos da área, e a partir dessa revisão, foram sistematizadas as questões mais relevantes, para uma maior familiarização com os aspectos éticos.

A área de Organização e Representação do Conhecimento possui valores intrínsecos às suas atividades, porém não os assume como tal, principalmente através dos conceitos construídos para os estudos dos aspectos éticos da mesma. Dessa forma, a principal hipótese que se levanta, a partir da delimitação do problema, é que os autores analisados, por meio dos seus conceitos, podem orientar a abordagem de questões éticas nas atividades de representação do conhecimento, inclusive, na indicação de valores.

Refletindo tais aspectos, esta dissertação inicia-se com a Organização do Conhecimento, abordando os principais aspectos históricos da área, desde o processo de leitura até a sistematização dos principais autores que orientam sua evolução. Nesse sentido, merece destaque a importância da fundação da ISKO para o desenvolvimento de trabalhos e conseqüentemente da área em si. Discute-se, também, o objeto de estudo e o conceito da organização do conhecimento, juntamente com os fundamentos estudados e desenvolvidos até o momento, que são pilares que constituem esse campo do saber. Por fim, apresenta-se a questão da representação, bem como o Sistema de Classificação de Dahlberg, que foi um marco para a área, mas que não prevê o tema 'ética' em sua estrutura.

Logo em seguida, aborda-se a questão da ética nas atividades informativas e seu impacto na representação do conhecimento. Essa parte trata do conceito de ética e o seu entendimento realizado pelos filósofos ao longo da história, bem como, discute a ética no âmbito profissional, visto que esse espaço está imbuído de um código moral que orienta a

atuação profissional. Além disso, destaca-se a ética motivada principalmente pelo surgimento das tecnologias informacionais e, também, dos valores, avanços e problemas que cercam a ética na representação do conhecimento.

A dissertação continua trazendo as principais contribuições teóricas sobre as questões éticas aplicadas à representação do conhecimento, como: Antonio García Gutiérrez e a epistemografia interativa, Michèle Hudon e o multilingüismo, e, Clare Beghtol e a garantia e hospitalidade cultural. Em seguida, trata do diálogo entre esses autores com relação às questões éticas envolvidas em suas teorias, e depois, as considerações finais acerca das contribuições identificadas.

2 A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO COMO DISCIPLINA

Para tratar da Organização e Representação do Conhecimento enquanto disciplina, faz-se necessário apresentar seus aspectos históricos, relatando sua evolução como área de estudos. Além disso, torna-se necessário apresentar as discussões sobre seu objeto de estudo e seu conceito, bem como a organização que congrega os pesquisadores da área e suas pesquisas.

2.1 Aspectos Históricos

Os estudos sobre a organização do conhecimento têm ligação com as pesquisas sobre a história do livro e da escrita, uma vez que os meios, utilizados para comunicar as idéias, representam um componente importante na relação leitor-texto, pelo fato de condicionarem os próprios modos de pensar. Dessa forma, a relação que se estabelece entre esses componentes influenciará a produção do conhecimento e, logo, a sua organização.

O processo de leitura¹ interfere tanto na produção como na recepção textual, que são dotadas de influências culturais e sociais. Assim, para Chartier (1994, p. 9), na recepção que ocorre durante as leituras, “[...] decifradas a partir de esquemas mentais e afetivos que constituem a cultura (no sentido antropológico) das comunidades que as recebem, tais obras se tornam um recurso precioso para pensar o essencial: a construção de um vínculo social, a subjetividade individual, a relação com o sagrado”.

Já na criação, o autor menciona que, “[...] inscreve nas suas formas e nos seus temas uma relação: na maneira pela qual – em um dado momento e em determinado lugar – são organizados o modo de exercício do poder, as configurações sociais ou a economia da personalidade”. O círculo da produção e da recepção textual inicia o processo de reflexão no indivíduo que, com toda sua bagagem e inserção cultural, constrói o conhecimento.

Então, o ingresso da leitura e da escrita nas sociedades ocidentais tornou-se um fator importante de mudança cultural, visto que o ser humano vem lançando mão dos mais

¹ Para Jouve (2002, p. 17), “a leitura é uma atividade complexa, plural, que se desenvolve em várias direções”.

variados suportes para se expressar, utilizando desde imagens até a linguagem codificada, no intuito de compartilhar suas vivências e experiências: compartilhar o conhecimento.

O direito de acesso aos registros do conhecimento possibilita que o indivíduo possa desenvolver suas atividades. A organização desses registros, e a própria organização do conhecimento, surge como um campo de estudos para resolver os problemas de ordenação e acesso ao conhecimento.

O ser humano inicia as tentativas de organizar e representar o conhecimento desde os primórdios da sua própria existência, transformando as formas de sociabilidade e as relações. Portanto, organizar e representar não são uma necessidade atual mas, sim, uma preocupação que surge com a própria evolução da sociedade, que anseia pelo compartilhamento, decifração e uso do conhecimento registrado.

As bibliotecas foram sendo constituídas através da posse de livro por indivíduos que podiam adquiri-lo e, que o deixavam guardado em suas residências. O livro podia ser encontrado em qualquer lugar da casa, não tendo um lugar definido; muitas vezes estava em um cômodo único, na cozinha, ou nas diversas dependências menores. Assim, quanto maior o número de livros, maior a necessidade de acessórios para acomodá-los, como um pequeno armário, estante e até armários-bibliotecas, que eram encontrados em qualquer cômodo de uma casa (CHARTIER, 2004, p. 191-192).

Com isso, inicia-se um ato de ordenação desses livros, primeiramente realizada por tamanho. Da necessidade de conservar os livros, logo uma dependência da casa passa a ser considerada uma biblioteca, motivada principalmente pela paixão da coleção, ou ainda, pela aparência social ou pelo interesse em manter um gabinete de curiosidades (CHARTIER, 2004, p. 194).

Atualmente, à concepção de biblioteca são adicionadas novas acepções. De acordo com Fantinatti e Ceccantini (2004, p. 41), biblioteca é um ambiente como “sala, casa ou edifício público ou particular onde se instalam grandes coleções de livros, arrumados, ordenados e devidamente catalogados, destinados à leitura”. Fantinatti e Ceccantini (2004, p. 43) recordam que a biblioteca surgiu antes do livro, e que “seus antecedentes mais remotos estão na Babilônia, com seus tabletes de argila ou coleção de tijolos gravados com caracteres cuneiformes, materiais que, no Egito, foram substituídos pelo papiro com função de arquivo e documento da escrita”. Isso se verifica, de forma mas específica em Witty (1973, p. 193), ao referir-se, inclusive, a envelopes de argila para expressar o conteúdo dos papiros e pergaminhos.

Dessa forma, surgem as demandas para a viabilização de instrumentos e práticas de organização do conhecimento registrado. Belo (2002, p. 41) constata que,

com o barateamento e com a multiplicação do número de livros e textos disponíveis, a elaboração de catálogos ou bibliografias das obras impressas, tão antiga como a própria imprensa, tornou-se ainda mais indispensável para a orientação dos leitores no meio de um mar de títulos e temas.

Porém, de acordo com Chartier (1994, p. 15), as práticas de organização do conhecimento revelavam as tradições culturais das diferenças sociais,

daí, a construção (que continua, aliás, necessária) de indicadores aptos a revelar as distâncias culturais; assim, para determinado tempo e espaço, a porcentagem de inventários póstumos mencionando a posse de livros, a classificação de coleções segundo o número de obras que comportassem, ou ainda, a caracterização temática das bibliotecas privadas em função da parte que nelas têm as diferentes categorias bibliográficas.

Assim, os séculos XVII e XVIII presenciaram mudanças surpreendentes na atividade dos bibliotecários e na organização das bibliotecas. A invenção da imprensa influenciou as maneiras de realizar a organização dos livros existentes nas bibliotecas. Mckitterick (2000, p. 95) ensina que, dessas mudanças,

decorre a transformação da bibliografia, que se manifesta nas *Bibliotecas* (ou *Bibliografias*) de eruditos como Gesner (*Pandectae*, 1548) ou de Possevinus (*Bibliotheca selecta*, 1593): temos aí o fundamento dos sistemas bibliográficos e de suas classificações – seja por temas, seja por outras vias.

Dentre os estudos recentes que focalizam as tentativas de organizar o conhecimento, estão o levantamento sobre a história dos catálogos realizados por Ruth French Strout (1956) com fatos ocorridos até 1900 e o de Eliane Serrão Alves Mey (1995) com eventos relatados a partir de 1900 a 1995.

Em relação ao levantamento histórico sobre as classificações destacam-se, no Brasil, os estudos realizados por Alice Príncipe Barbosa (1969), Maria Antonieta Requião Piedade (1983), Jacques Maniez (1993) e Ana Cláudia Straioto e José Augusto Chaves Guimarães (2004), dentre outros.

A criação de esquemas e sistemas de organização e representação do conhecimento² vai ao encontro de uma outra expectativa do ser humano ao longo da evolução da sociedade: saber tudo o que se tem publicado pelo mundo.

No entanto, desde que se busca o conhecimento, essa idéia de controlar os registros não é nova, pois já na Antiguidade se pensava nisso. Dessa forma, as bibliotecas tornaram-se instituições de guarda desse saber registrado.

A famosa biblioteca de Alexandria, que reunia inúmeras obras de todo o mundo, inspirou a criação de catálogos e bibliografias com o intuito de controlar o que se havia publicado, além de que, com o aumento da circulação das obras, tornou-se necessário a criação de instrumentos capazes de classificar, identificar e hierarquizar o conhecimento disponível.

Os sistemas de organização e representação do conhecimento bibliográfico sofreram influências de filósofos que estavam preocupados com a divisão do conhecimento e deram aporte teórico para o seu desenvolvimento. Dentre esses filósofos destacam-se: Platão (427-234 a.C.), que classificou as ciências, dividindo o conhecimento em Física, Ética e Lógica; Aristóteles (384-322 a.C.), que com sua classificação dicotômica, dividiu as ciências de acordo com suas finalidades em teóricas (pensar), práticas (agir) e poéticas (produzir); e, Francis Bacon (1561-1626), que dividiu as ciências em memória, imaginação e razão (SAN SEGUNDO, 1996).

O princípio dos sistemas de organização e representação do conhecimento pode ser conferido a um dos sábios de Alexandria, Calímaco, que por volta de 250 a.C. elaborou seus *Pinakes* [Tabulas], onde registrava o número de linhas de cada obra, as palavras iniciais e os dados bibliográficos dos autores. Apesar de alguns pesquisadores denominarem o trabalho de Calímaco como catálogo, não se sabe ao certo se foi um catálogo, uma bibliografia ou ambos, pois não restaram vestígios dessas obras (MEY, 1995, p. 13).

O sistema de Calímaco obedecia às ordens alfabética e cronológica e sofreu influência da classificação de Aristóteles³.

² Destaca-se que existe a classificação enquanto instrumento (sistemas de classificação), a classificação enquanto processo mental (ato de classificar), enquanto área do conhecimento (atualmente denominada Organização do Conhecimento), enquanto operação (atribuição de uma notação) e como atividade (caracterização geral de um fazer em um universo social).

³ A classificação de Aristóteles (384-322 a.C.) foi concebida como cinco predicáveis (ou categorias), a saber: Gênero, Espécie, Diferença, Propriedade e Acidente. A partir dos predicáveis, o filósofo subdividiu o conhecimento em: Filosofia Teórica Física, Matemática, Metafísica, Filosofia Prática, Ética, Economia, Política, Filosofia Produtiva, Poética, Retórica e Arte.

Alguns sistemas de organização e representação do conhecimento são anunciados por Machado (2003, p. 43) da seguinte maneira:

os primeiros catálogos e bibliografias são puramente listas inventariais e não instrumentos bibliográficos. Nas bibliografias, a ênfase é dada aos autores e não aos livros, são biobibliografias; nos catálogos, únicos tipos de listas bibliográficas, a caracterização dá-se pela técnica pouco elaborada, falta de arranjo e transcrição sucinta e pouco precisa dos títulos.

Outra importante contribuição se deve ao bibliógrafo suíço Konrad von Gesner (1516-1565), que produziu sua bibliografia denominada *Bibliotheca Universalis* (1545), cujo interesse era classificar tanto livros como animais, e posteriormente publicou o respectivo índice de assunto denominado *Pandectae* (1548), que se ocupava da classificação dos temas (BURKE, 2003, p. 88).

Esse segundo volume de sua obra estava dividido em 21 seções, começava pelo *trivium* (gramática, lógica e retórica), seguido pela poesia, *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música), astrologia, adivinhação e magia, geografia, história, artes mecânicas, filosofia natural, metafísica, filosofia moral, filosofia “econômica”, política, direito, medicina e teologia (BURKE, 2003, p. 88).

Em 1643, Gabriel Naudé estabeleceu em sua obra *Bibliotheca Cordesiana Catalogus* um esquema de classificação com a seguinte divisão: teologia, medicina, bibliografia, cronologia, geografia, história, arte militar, jurisprudência, direito canônico, filosofia, política e literatura. Naudé assinalava a importância dos instrumentos de representação como meios de encontrar os assuntos desejados identificando-os bibliograficamente (MEY, 1995, p. 17).

Diversos debates se seguiram em relação aos instrumentos de organização e representação alfabéticos e classificados. Anthony Panizzi, advogado, refugiado político italiano que trabalhava no British Museum como bibliotecário assistente, aprovou, junto à comissão do museu, suas *91 regras*, no ano de 1839. Já no ano de 1841 publicou as *Regras para a Compilação de um Catálogo*, iniciando o acesso ao assunto de uma obra por meio de um vocabulário controlado (OLSON, 2002, p. 10).

Em 1870, William Torrey Harris desenvolveu seu sistema de classificação baseando-se na ordem indireta da classificação de Francis Bacon, ou seja, razão, imaginação e memória. Sua contribuição influenciou diretamente outros sistemas de classificação.

Por volta de 1876, com a publicação da Classificação Decimal de Dewey, os estudos e práticas relacionadas à classificação e indexação dos livros nas bibliotecas toma

status profissional. Com isso, tem-se o destaque de pesquisadores que contribuíram para o avanço nos estudos da Organização do Conhecimento, a saber: Charles Ami Cutter (1837-1903), Melville Louis Kossuth Dewey, conhecido como Melvil Dewey (1851-1931), Henry E. Bliss (1870-1955) e S. R. Ranganathan (1892-1972), entre outros.

Charles Ami Cutter, bibliotecário norte-americano, em 1876, publicou suas Regras para um Catálogo Dicionário, como era de fácil entendimento, incluía a catalogação de assuntos (MEY, 1995, p. 21). Cutter criou também um sistema de classificação conhecido como *Expansive Classification*, que era instituído por sete classificações, sendo cada uma delas mais detalhada que a anterior, com o intuito de acompanhar a expansão do assunto. Sua concepção foi baseada na inversão da classificação de Bacon influenciando outros sistemas de classificação (PIEIDADE, 1983). Sua tabela representativa de sobrenomes é usada ainda nos dias atuais. Em Cutter, com a idealização do catálogo dicionário, observa-se uma mudança na lógica de organização, até então basicamente pautada pelo critério sistemático e que, a partir daí, passa a nortear-se, também, pela ordem alfabética.

Observa-se, nesse sentido, que os princípios específicos, de uso e sindético preconizados por Cutter continuam a ser, ainda hoje, um dos alicerces sobre os quais se assenta a indexação alfabética.

Melvil Dewey também estabeleceu regras simplificadas de catalogação, mas a obra que lhe conferiu reconhecimento foi sua classificação decimal, publicada no ano de 1876, cuja primeira edição era anônima. Dewey utilizou na sua classificação de assuntos uma divisão decimal. Apesar de toda a discussão que envolve sua concepção, a Classificação Decimal de Dewey (CDD) é o sistema mais utilizado no mundo, totalizando mais de 135 países e traduzido para mais de 30 línguas (OLSON, 2002, p. 13), uma vez que consegue reunir, sob uma mesma notação, os aspectos de representação temática e de arranjo físico da obra.

Baseada na Classificação Decimal de Dewey surge a Classificação Decimal Universal (CDU), atingindo notoriedade mundial devido ao trabalho dos belgas Paul Otlet (1869-1944) e Henri de La Fontaine (1854-1943), publicada em 1905 como *Manuel du répertoire bibliographique universel*. Para Piedade (1983, p. 74), a Classificação Decimal Universal “é um sistema hierárquico, com base filosófica, mas no qual, graças à utilização de sinais gráficos, diz-se que surge a tentativa de classificação em facetas, cujo primeiro emprego consciente apareceu na Classificação de Dois Pontos, de autoria de Ranganathan”,

que, por sua vez, resgatou e aperfeiçoou a concepção da indexação sistemática de Kaiser⁴, de 1911.

Com a CDU dá-se uma nova perspectiva para superar a rigidez notacional de Dewey, visto que a coordenação e síntese de conceitos compostos passam a ser feitas de forma mais ampla, por meio de sinais como os dois pontos. Destaca-se, também, a preocupação dos idealizadores da CDU, Paul Otlet e Henri La Fontaine, com o resgate do conhecimento registrado até então disponível - por meio de sua *Bibliografia Universal* - aspecto que lançou as bases para a Documentação e para o Controle Bibliográfico Universal.

Nesse momento é interessante apontar que Dewey pensou em uma classificação bibliotecária (organização de livros) e Otlet estava voltado para uma classificação bibliográfica (organização de informação).

Já Henry Evelyn Bliss, bibliotecário norte-americano, elaborou a *Bibliographic Classification*, que para Piedade (1983, p. 74) é “apontada como perfeita no desenvolvimento, quanto ao escalonamento e à subdivisão dos assuntos”, permitindo que um mesmo assunto seja classificado em diferentes pontos do sistema. Além disso, Bliss publicou obras que ganharam destaque nos estudos inerentes à Organização do Conhecimento, visto ter sido o autor que, pela primeira vez, utilizou formalmente a expressão *organização do conhecimento*.

Shiyali Ramamrita Ranganathan, matemático indiano, influenciou os estudos sobre as classificações. Após comparar e questionar diversos sistemas de classificação existentes, decidiu desenvolver um novo sistema de classificação, com intuito de modificar os princípios básicos da classificação. Ranganathan também contribuiu para que a classificação adquirisse um *status* científico, transcendendo à prática bibliotecária, principalmente a partir de sua obra *Filosofia da Classificação Bibliográfica*, onde aborda os campos que têm o conhecimento como objeto de estudo (Filosofia, Epistemologia etc.)

Em 1933, Ranganathan estabeleceu a *Colon Classification*, originando o denominado Sistema de Classificação Facetada, ou Classificação dos Dois Pontos, ou ainda, Classificação Analítico-Sintética. Segundo Piedade (1983, p. 198), “ao lançar o seu sistema, Ranganathan só utilizou o sinal de dois pontos para introduzir qualquer uma das facetas, daí o nome do sistema, Colon Classification, pois a palavra ‘colon’ em inglês significa dois pontos”. Desta forma, o número de classificação é formado por símbolos unidos pelo sinal dos dois pontos, relacionando os assuntos que constam na obra.

⁴ Julius Kaiser (1868-1927), bibliotecário norte-americano, publicou em 1911 sua obra *Systematic Indexing*. Kaiser deu seguimento aos estudos de Cutter no que se referia a catalogação alfabética de assunto (STRAIOTO; GUIMARÃES, 2004, p. 111).

Conforme Straioto e Guimarães (2004, p. 117), “esse sistema significou expressivo avanço na área, pela possibilidade de inter-relação de conceitos, rompendo com a tradição demasiadamente hierárquica”. Os autores relatam, ainda, que “a *Colon Classification* divide o *universo do conhecimento* em quarenta e duas classes principais (ou áreas do conhecimento), sendo formada por tabelas com base em uma única característica que posteriormente passou a ser conhecida por *faceta*”.

Sob a influência dos estudos de Ranganathan surgiu, no ano de 1952, em Londres, o CRG (*Classification Research Group*), como resultado de um convite recebido em 1951 por B. C. Vickery. Straioto e Guimarães (2004, p. 119) informam que “deveriam formar um grupo com o objetivo de cuidar do trabalho da comissão criada para analisar a situação da classificação e para verificar e seguir caminho que levasse à melhoria dos métodos referentes à organização da informação especializada”. Assim, os profissionais envolvidos com as questões da organização do conhecimento teriam um espaço para desenvolver seus estudos.

Para Gomes (1996), o *Classification Research Group* “desenvolveu os estudos de classificação não apenas para produzir esquemas de classificação, mas para aprofundar os princípios e métodos, para melhor conhecer o objeto de seus estudos”.

Então, a idéia de organizar e mapear as publicações existentes, enquanto representantes de um conhecimento registrado tornou-se expressiva, e denomina-se controle bibliográfico⁵, que pressupõe um domínio completo sobre os itens que registram o conhecimento, no intuito de identificá-los, localizá-los e obtê-los, que por sua vez, passam a necessitar de toda uma atenção de estudos que envolvam esses aspectos.

Desse modo, a organização do conhecimento passa a ganhar espaço não apenas como uma necessidade pragmática para o universo documental, mas como um campo de reflexão e produção teórica, notadamente a partir da criação da *ISKO - International Society for Knowledge Organization*.

A ISKO foi fundada em 22 de julho de 1989, em Frankfurt/Main, na Alemanha. É a principal sociedade internacional para a organização do conhecimento, tendo um alcance amplo e interdisciplinar. Sua missão é avançar os trabalhos conceituais na organização do conhecimento em todas as suas formas, e para todos os tipos de propostas, tais como base de dados, bibliotecas, dicionários e internet.

Entretanto, a iniciativa de criar esta sociedade traz à luz alguns fatos interessantes. Em 1977, Ingetraut Dahlberg finalizou seus trabalhos no *Thesaurus Committee* da *German*

⁵ Este conceito foi inicialmente introduzido por Jesse Shera (1975) a partir de um enfoque sociológico, fazendo parte do sistema geral de comunicação da sociedade.

Documentation Society para fundar a *Society for Classification*, que pretendia abranger todos aqueles que estavam interessados no estudo e aplicação das abordagens para a classificação, por meio de tesouros, taxonomias para ordenar objetos e taxonomia numérica, usando métodos formais e matemáticos para o reconhecimento de classes de objetos de acordo com suas características (DAHLBERG, 1995, p. 9).

Foram 12 anos de conferências anuais, totalizando 17 anais (*Studien zur Klassifikation*), além de alguns grupos de trabalhos. Porém, esses trabalhos não resultaram em um consenso, visto que os matemáticos eram maioria no conselho dessa sociedade. Então, a *Society for Classification* foi deixada para os matemáticos e estatísticos, pois possuíam a atenção voltada para os métodos de análise de dados. Dessa forma, uma nova sociedade foi fundada, desta vez com a atenção voltada para a organização do conhecimento, indicando que o conceito de ‘classificação’ seria interpretado como um método de classificar, agrupando aquilo que pertence a uma mesma classe. Aqui ‘organização do conhecimento’ é entendida de forma mais ampla como uma estrutura, sinalizando como o conhecimento pode ser entendido, organizado, descrito e representado, bem como o caminho em que ele possa ser acessado e disponibilizado (DAHLBERG, 1995, p. 10).

Estava assim criada a ISKO, que, como uma sociedade interdisciplinar, traz consigo profissionais de muitas áreas diferentes, contando atualmente com mais de 500 membros em todo o mundo, oriundos de áreas como ciência da informação, filosofia, lingüística, ciência da computação, além de áreas específicas como informática médica.

Para alcançar sua missão e seus objetivos, a ISKO trabalha para promover a pesquisa, o desenvolvimento e a aplicação dos sistemas de organização do conhecimento que avancem nas abordagens filosófica, psicológica e semântica para ordenar o conhecimento. Além disso, procura providenciar os recursos de comunicação e de rede de trabalho sobre organização do conhecimento para os seus membros, e funcionar como uma conexão entre as instituições e sociedades nacionais, trabalhando com os problemas relacionados à organização conceitual e o processo do conhecimento.

Entre as principais atividades da ISKO destacam-se:

- ✓ a promoção de uma conferência internacional a cada dois anos (Darmstadt, Alemanha em 1990; Madras, Índia em 1992; Copenhagen, Dinamarca em 1994; Washington, Estados Unidos em 1996; Lille, França em 1998; Toronto, Canadá em 2000; Granada, Espanha em 2002; Londres, Inglaterra em 2004; Viena, Áustria em 2006);
- ✓ a promoção de conferências nacionais e regionais sobre assuntos específicos;

- ✓ a publicação da principal revista científica da área: a *Knowledge Organization* (KO) que outrora recebia o título de *International Classification* (iniciada em 1974, e com a mudança de título ocorrida em 1993);
- ✓ a publicação da *ISKO News* (atualmente incorporada à KO);
- ✓ a publicação das séries *Advances in Knowledge Organization* (AKO) e *Knowledge Organization in Subject Areas* (KOSA).

Todos esses produtos editoriais possuem um considerável nível de impacto na área.

A ISKO⁶ está organizada da seguinte forma: um Comitê Executivo composto por 7 membros e um Conselho Científico Consultor com 22 membros, possuindo 17 capítulos nacionais, sendo que 9 desses estão atualmente ativos, como a República da China, República Tcheca, França, Alemanha (conjuntamente com a Áustria e a Suíça), Índia, Itália, Rússia, América do Sul e Espanha.

Além disso, a ISKO coopera com organizações nacionais e internacionais, como a UNESCO, a Comissão Européia e a ISO (International Organization for Standardization). Também possui ligação com a IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions), especialmente com a Seção sobre Classificação e Indexação; com a ASIS&T SIG/CR (Special Interest Group on Classification Research of the American Society for Information Science and Technology); com a NKOS (Networked Knowledge Organization Systems/Services); e o Infoterm (International Information Centre for Terminology).

Portanto, a ISKO está concebida como um círculo internacional de pesquisadores, especialmente aqueles inerentes à Ciência da Informação, que trabalham com os problemas relacionados à organização conceitual do conhecimento, trazendo influências das teorias desenvolvidas por Ranganathan e pelo *Classification Research Group*.

Assim, com o exposto até o momento, é possível entender e discutir o surgimento da Organização do Conhecimento enquanto área de estudos que procura abarcar, dentre outros aspectos, o tratamento temático da informação, mas para isso é necessário entender o que vem a ser Organização do Conhecimento.

Como aqui o *conhecimento* é o objeto de estudo em questão, necessário se faz buscar subsídios para sua definição e entendimento, como é tratado a seguir.

⁶ Atualmente, a presidência da ISKO encontra-se sob a responsabilidade de Ia McIlwaine, da University College London, Inglaterra.

2.2 Objeto de Estudo e Conceito

Como a atenção estava mais voltada para o tratamento descritivo das obras, ou seja, uma preocupação com o acervo documental, o paradigma da informação⁷ remete ao tratamento temático uma discussão acerca de seus estudos teóricos (fundamentação) e aplicados (construção de ferramentas).

Quando a Organização do Conhecimento é focalizada no âmbito da Ciência da Informação⁸ tem-se uma área de estudos voltada às atividades de ordenação, representação e recuperação da informação registrada.

Sua forte ligação com a Biblioteconomia inicia-se com os aportes teóricos desenvolvidos sobre os sistemas de representação da informação, aos quais se dedicam, por meio de estudos e práticas, os bibliotecários e demais profissionais da informação ligados à área.

Henry Evelyn Bliss foi o primeiro pesquisador a utilizar a expressão “Organização do Conhecimento” em seus livros, a saber: *The Organization of Knowledge and the System of Sciences*, publicado em 1929; e, *Organization of Knowledge in Libraries and the Subject Approach to Books*⁹, datado de 1933. Em seguida, a expressão é usada no ano de 1971, na tese do alemão Dagobert Soergel, cujo tema era *Organization of Knowledge and Documentation*. Já no ano de 1973, Ingetraut Dahlberg defende sua tese com o título *Foundations of Universal Organization of Knowledge*. Atualmente o termo utilizado é, em inglês, *Knowledge Organization*, representado pela sigla KO (DAHLBERG, 1995, p. 10).

A definição do objeto de estudo da Organização do Conhecimento ainda não alcançou um consenso entre os pesquisadores da área. Afinal, a que modalidade de conhecimento a área se dedica?

Segundo Dahlberg (1995, p. 10), “conhecimento é a certeza subjetiva e objetivamente conclusiva da existência de um fato ou do estado de um caso. Conhecimento não é transferível. Ele pode somente ser adquirido por alguém através de sua própria reflexão”.

⁷ O paradigma da informação está amplamente relatado e discutido em Valentim (1996).

⁸ Apesar da necessária reflexão epistemológica e de toda a problemática envolvida, uma definição clássica da Ciência da Informação diz que essa ciência tem como objeto a produção, seleção, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação (GRIFFITH, 1980).

⁹ Ressalta-se aqui que Bliss já preconizava o reconhecimento da Organização do Conhecimento enquanto um campo autônomo no sistema das ciências.

A declaração anterior remete ao conceito de conhecimento enquanto um processo individual. Entretanto, Guimarães (2000b, p. 208) observa que para a Organização do Conhecimento, enquanto área de pesquisa, o objeto de estudo é “algo sobre o qual existe um certo consenso social. Trabalha-se aqui com o conhecimento registrado e divulgado”.

Esse aspecto é compartilhado por Barité (2001, p. 41) quando afirma que o objeto de estudo da Organização do Conhecimento é o “conhecimento socializado”, e relaciona, entre as suas nove premissas, uma onde se destaca que o conhecimento, enquanto objeto de estudo da área, é o registrado.

Por outro lado, Jaenecke (1994, p. 4) expõe a necessidade de distinguir primeiramente conceitos da teoria da comunicação como mensagem e informação. Para o autor a mensagem “enquanto conjunto de caracteres existe independentemente do receptor”; e, informação está sempre relacionada a um destinatário. Isso pode levar a se colocar no mesmo nível ‘conhecimento’ e ‘conteúdo da mensagem’, visto que, neste último, “o conhecimento está contido em forma de *declarações válidas universalmente*” (grifo nosso), pois o conteúdo da mensagem “é a soma de todas as informações que podem ser extraídas dele”.

É reconhecida a necessidade de organizar o conhecimento registrado, o que envolve representantes de diversas áreas, uma vez que essa organização tem a finalidade de disponibilizar o conhecimento para ser recuperado e assimilado, para gerar novos conhecimentos.

Nesse sentido, Guimarães (2000b, p. 210) aponta que a Organização do Conhecimento possui uma dimensão cíclica, como “o estudo das possibilidades de organização de um conhecimento registrado sob a perspectiva de geração de novo conhecimento que, uma vez registrado, transforma-se em informação (**conhecimento em ação**, na concepção de Dahlberg, 1993, p. 214) para gerar novo conhecimento”.

Ao analisar a literatura da área, os pesquisadores apresentam definições de Organização do Conhecimento com algumas dúvidas em relação ao seu alcance e significado.

A partir do apontamento de Dahlberg (1993, p. 214) no qual é colocado que, “estamos vivendo em um mundo inundado por informação que necessita urgentemente ser *ordenada e compilada* para *disponibilizar* o conhecimento, não somente o conhecimento pessoal, mas o interpessoal, objetivo e público também”, tem-se uma seqüência de definições que expressam uma preocupação em relação às práticas que envolvem o tratamento que é dado ao conhecimento, bem como as formas e os instrumentos que permitem sua representação e recuperação (grifos nossos).

Para Hjørland (2003, p. 87), o conceito de Organização do Conhecimento para a comunidade da Biblioteconomia e Ciência da Informação “significa especialmente a organização da informação em registros bibliográficos, incluindo índices de citação, texto completo e internet”.

No mesmo sentido, Smiraglia (2002, p. 331) relata que a Organização do Conhecimento, no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação é “o ramo do conhecimento da construção de ferramentas para o armazenamento e recuperação de *entidades documentárias*” (grifo nosso).

Na reflexão de Barité (2001, p. 41), a Organização do Conhecimento “como disciplina dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, a gestão, o uso e a avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentárias”.

Sigel (2000), por sua vez, trabalha sobre uma definição de que a “Organização do Conhecimento é uma atividade cultural interdisciplinar que adiciona valor informacional às *coleções* que contém conhecimento” (grifo nosso). O autor ainda complementa a definição relatando que, “atribui pontos de acesso de assunto aos itens nos quais as necessidades dos grupos de usuários do sistema de informação associado são melhores servidas”.

Para Anderson (1996, p. 337), a Organização do Conhecimento é definida como “a descrição de *documentos*, seu conteúdo, características e propósitos, e a organização destas descrições, para fazer destes documentos e de suas partes acessíveis às pessoas, buscando-os ou as mensagens que eles contêm” (grifo nosso). Em sua preocupação, o autor continua seu relato mencionando que, “a organização do conhecimento cerca todo tipo e método de indexação, resumo, catalogação, classificação, gerenciamento de registros, bibliografia e a criação de bases de dados textuais ou bibliográficos para a recuperação da informação”.

De acordo com García Marco (1995, p. 220), a Organização do Conhecimento é “uma disciplina científica (isto é, sujeita ao método científico) e social, de caráter aplicado”. E Esteban Navarro (1995, p. 66) coloca que a “Organização do Conhecimento apresenta-se como uma plataforma de integração das *ciências documentais*” (grifo nosso).

Miranda (1999, p. 69) relata que,

a Organização do Conhecimento se constitui em disciplina científica, inter e transdisciplinar, cujo objetivo é gerir e difundir em nível de excelência a informação no âmbito dos arquivos, bibliotecas, centros de informação/documentação e museus. Pressupõe análise, reflexão e aplicação de fundamentos científicos.

Estes conceitos permeiam a história da organização e representação do conhecimento ao longo dos tempos, principalmente no âmbito das bibliotecas, incentivando a pesquisa sobre o avanço teórico da área.

Como se pode observar nos grifos que realizamos nos parágrafos anteriores, para a Ciência da Informação, a organização se desenvolve a partir de um conhecimento que possui materialidade, aspecto que demonstra a necessidade de uma maior delimitação na definição original de Dahlberg (1995, p. 10).

2.3 Fundamentos da Área

Com os aspectos históricos pontuados anteriormente, bem como o conceito e objeto de estudo da Organização do Conhecimento abordados, têm-se alguns elementos que permitem iniciar uma discussão acerca dos fundamentos teóricos que envolvem a área.

Ao analisar o panorama histórico verifica-se que muitos instrumentos de organização e representação do conhecimento foram estruturados de acordo com uma determinada época, um dado idealizador e uma posição filosófica assumida.

Para Smiraglia (2002, p. 330), “no século dezenove, Panizzi (1841), Cutter (1876) e Dewey (1876) desenvolveram muitas ferramentas pragmáticas (isto é, catálogos e classificações), explicando como eles interpretavam os princípios nos quais suas ferramentas eram construídas”.

Um passo adiante foi dado por Otlet e La Fontaine na tentativa de reunir, descrever e sistematizar o conhecimento produzido e disponibilizá-lo, de modo a que o mesmo pudesse ser tanto repertoriado (a idéia de bibliografia universal) quanto localizado (a idéia de notação classificatória).

É necessário destacar que esses trabalhos estão envolvidos na premissa de que um dos fundamentos teóricos da Organização do Conhecimento reside no fato de que qualquer organização do conhecimento está baseada em unidades do conhecimento, conhecidas como conceitos. Os conceitos, por sua vez, são compostos de elementos, conhecidos como características do conceito. Então, é por esse item, importante na teoria da Organização do Conhecimento, que se torna possível a construção de sistemas de organização e representação do conhecimento (DAHLBERG, 1993, p. 211).

Para que se possa entender o progresso dos estudos na Organização do Conhecimento existe a necessidade de compreender o seu próprio significado e sua abrangência dentro da área da Ciência da Informação, que também procura consolidar-se. Dessa maneira, não é possível ignorar que os resultados de pesquisas acumulados ao longo dos tempos resultam em um grande número de padrões e diretrizes, bem como os desenvolvimentos teóricos como os princípios de Cutter, de 1904, os avanços na análise facetada e as mudanças na tecnologia da informação (HJØRLAND, 2003, p. 88).

Entretanto, é difícil esboçar o progresso teórico e científico da área visto que, nesse campo, a maior parte dos pesquisadores segue linhas de pensamento diferentes, além de estar fragmentado, ocasionando a falta de uma melhor fundamentação teórica sobre a própria área, tais como: conceitos, critérios para inclusão de classes, significação, indexação, relações semânticas, assuntos, pontos de acesso por assunto, entre outros.

Esse aspecto pode ser observado pela importação, para a Organização do Conhecimento, de paradigmas de outras áreas, resultando em uma verdadeira confusão paradigmática, pois são os estudos dos paradigmas que preparam os indivíduos para atuarem em uma determinada comunidade científica, unindo-os de forma articulada. No caso do Brasil, percebe-se que os grupos de pesquisa baseiam-se em paradigmas oriundos de pesquisas estrangeiras (MIRANDA, 1999, p. 69; 76).

Não obstante, faltam à Organização do Conhecimento maiores explorações em relação à sua base metodológica, uma vez que seu desenvolvimento parece, na prática, influenciado muito mais pelo progresso da tecnologia da informação que pelo progresso da Organização do Conhecimento propriamente dito (HJØRLAND, 2003, p. 88).

Essa incipiente preocupação metodológica pode estar relacionada com as fundamentações teóricas já desenvolvidas sobre sistemas de organização e representação do conhecimento, especialmente classificações e tesouros. Para Fujita (2001, p. 29), “os sistemas de classificação idealizados com base em concepções da teoria do conhecimento marcam os primórdios da organização do conhecimento em Biblioteconomia e Documentação”.

Nesse cenário, Mai (2004, p. 39) discute a relatividade e a estabilidade inerentes à pesquisa sobre os sistemas de classificação, apontando para necessidade de mudanças, levando em consideração um contexto específico.

O autor diferencia teoria da classificação¹⁰ moderna da pós-moderna, apontando que, enquanto a classificação moderna visa a representar o universo do conhecimento, a pós-moderna visa a fornecer uma ferramenta pragmática para domínios específicos.

Farradane (1955, p. 188 *apud* MAI, 2004, p. 40) observa que, “o objeto da *ciência da classificação* é ter certeza que a ‘classificação é uma representação da verdadeira estrutura do conhecimento’” (grifo nosso).

Porém, os esquemas de classificação bibliográficos são produtos de seu tempo e de seus criadores, influenciados pelos momentos histórico e sócio-político nos quais vivem.

Os esquemas de classificação gerais e universais foram construídos tendo como base filosófica uma visão de que o ser humano é o foco central do universo, que acredita no progresso através da ciência e da pesquisa e que privilegia a documentação escrita sobre outras formas (RAFFERTY, 2001, p. 184).

Nesse sentido, o desenvolvimento da área parece estar influenciado pelo progresso da tecnologia da informação; porém, isso revela um sinal de crise, pois o desenvolvimento não está ocorrendo pela sua própria pesquisa.

Na literatura, é destacado que o progresso da Organização do Conhecimento é influenciado por cinco estágios direcionados pela tecnologia da informação, a saber: indexação manual e classificação em bibliotecas e serviço de referência; documentação e comunicação científica; armazenamento e recuperação da informação por computadores; recuperação baseada em citação e Organização do Conhecimento; texto completo, hipertexto e internet (HJØRLAND, 2003, p. 88-91).

Para Hjørland (2003, p. 93), a Organização do Conhecimento envolve dois tipos de organização: *a organização intelectual do conhecimento*, ou organização cognitiva do conhecimento, que utiliza conceitos, sistemas conceituais e teorias; e, *a organização social do conhecimento*, que é a organização em profissões, negócios e disciplinas.

Essa divisão resulta na existência de diferentes teorias ou estruturas conceituais destes dois tipos de organização.

E Hjørland (2003, p. 93) continua explicando que o primeiro tipo de organização admite conceitos científicos, teorias e campos como reflexo de uma realidade neutra e objetiva (a “ciência como espelho”, relacionada ao racionalismo), ao passo que o segundo tipo de organização aceita conceitos científicos, teorias e campos como ferramentas úteis

¹⁰ Teoria da classificação é frequentemente encontrada na literatura como idéias ou princípios de classificação (SMIRAGLIA, 2002, p. 330)

construídas de forma a permitir aos seres humanos acomodarem as demandas da vida (a “ciência como mapa”, relacionada ao pragmatismo).

Nesse sentido, Smiraglia (2002, p. 330) relata que, na Organização do Conhecimento, a “geração de teoria tem se movido de uma posição epistêmica de pragmatismo (baseada na observação da construção de ferramentas de recuperação), para o empirismo (baseada nos resultados de pesquisa empírica)”.

Entretanto, Rafferty (2001, p. 184) observou que é enfatizada a natureza pragmática dos esquemas de classificação bibliográficos, porém o pragmatismo é um termo incerto, pois é definido, às vezes, como aquele que é bom ou para que serve; no entanto, em uma aproximação crítica, pode-se perguntar para quem o esquema é bom ou para quem ele serve. Dessa forma, tem-se que a classificação bibliográfica reflete, ou tem a ela atribuída, uma ideologia¹¹ dominante, como as decisões sobre as classes principais, as divisões, as subdivisões e a ordem das coisas.

No que se refere aos métodos de organização do conhecimento, como os de construção de classificações e tesouros, bem como o processo de indexação e de classificação, é necessário distinguir entre classificação nas ciências e, especificamente, na Ciência da Informação, uma vez que os métodos da Organização do Conhecimento em Ciência da Informação estão conectados aos mesmos paradigmas fundamentais da epistemologia, como os métodos de classificação em ciências e outros campos, implicando em uma discussão fundamental de base ligada à discussão de diferentes teorias epistemológicas (HJØRLAND, 2003, p. 104).

A essa discussão estão aliados os nove princípios de organização do conhecimento, estabelecidos por Hjørland (1994, p. 91-100), que visam a minimizar os problemas de busca e recuperação da informação, preocupando-se com os problemas da organização do conhecimento. Os princípios são baseados em uma visão de conhecimento como um produto desenvolvido historicamente, a saber:

1) a percepção realístico-ingênua de estruturas do conhecimento não é possível em ciências mais avançadas (critério esse baseado na filosofia da ciência);

¹¹ Ideologia é um termo inventado pelo sensualismo de Destutt de Tracy, em 1796, no seu *Project d'Éléments d'Idéologie*, e significa ciência das idéias, o estudo sistemático e crítico dos fundamentos das idéias. Sofre uma evolução semântica: de ciências das idéias passa a aspiração reformista envolvendo um programa político. Foi Karl Marx quem começou a fazer uso político dela quando escreveu um livro junto com Friedrich Engels, intitulado ‘A ideologia alemã’. Nessa obra eles mostram como, em toda a sociedade dividida em classes, aquela que domina as demais faz de tudo para não perder essa condição (CHAUI, 1981).

- 2) categorizações e classificações devem reunir assuntos relacionados e separar assuntos distintos;
- 3) para fins práticos, o conhecimento pode ser organizado de diferentes formas, e com diferentes níveis de ambição;
- 4) qualquer categorização deve refletir seu próprio objetivo;
- 5) categorizações científicas concretas e classificações sempre podem ser questionadas;
- 6) o conceito de polirrepresentação¹² é importante;
- 7) diferentes artes e ciências podem, de certo modo, ser entendidas como diferentes formas de organizar os mesmos fenômenos;
- 8) a natureza das disciplinas varia;
- 9) a qualidade da produção do conhecimento em muitas disciplinas enfrenta uma situação confusa.

Aliadas a estes princípios estão as dez premissas básicas que dão razão de ser e justificação intelectual à Organização do Conhecimento, propostas por Barité (2001, p. 42-53). São elas:

- 1) o conhecimento é um produto social, uma necessidade social e um dinamismo social;
- 2) o conhecimento se realiza a partir da informação, e ao se socializar se transforma em informação;
- 3) a estrutura e a comunicação do conhecimento formam um sistema aberto;
- 4) o conhecimento deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social;
- 5) existem “n” formas possíveis de organizar o conhecimento;
- 6) toda organização do conhecimento é artificial, provisional e determinista;
- 7) o conhecimento se registra sempre em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis, e admite usos indiscriminados;
- 8) o conhecimento se expressa em conceitos, e se organiza mediante sistemas de conceitos;
- 9) os sistemas de conceitos se organizam para fins científicos, funcionais ou de documentação;
- 10) as leis que regem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis, e se aplicam por igual a qualquer área disciplinar.

Nos princípios mencionados por Hjørland (1994) existem, implicitamente, as preocupações com a questão representativa e de recuperação do conhecimento. Os princípios 1, 2 e 3 tratam da percepção da estrutura do conhecimento, levando em consideração que a

¹² Proposto por Ingwersen (1994).

organização deste esteja baseada em teorias desenvolvidas por disciplinas científicas, em critérios da filosofia da ciência, no intuito de separar ou unir assuntos que possam ser tratados na perspectiva de uma classificação pragmática ou de uma classificação científica.

Também se expressam as formas de representação por meio de conceitos, bem como os devidos questionamentos sobre tais representações (princípios 4, 5 e 6), que consideram as distintas naturezas das ciências, bem como seu entendimento sobre um determinado fenômeno, o que se reflete na forma de representá-lo e organizá-lo (princípios 7 e 8).

O princípio 9 trata especificamente da problemática que envolve a qualidade da produção do conhecimento em muitas disciplinas. O autor sugere que a organização do conhecimento poderia ajudar os usuários a identificar e distinguir entre documentos relevantes e não relevantes. Neste sentido, Jaenecke (1994, p. 5) argumenta que antes de discutir a forma e o objetivo da Organização do Conhecimento, é necessário discutir para que ela serve. E para isso, o pesquisador aponta a existência de *conhecimento-núcleo*, de *conhecimento-periférico* e de *pseudoconhecimento*¹³, relatando que estes dois últimos causam uma desordem no estoque do conhecimento, necessitando que a área encontre medidas para contê-los, como a exclusão de documentos que contêm pseudoconhecimento, avaliações de qualidade e sintetização do próprio conhecimento.

Entretanto, Kiel (1994, p. 152) rejeita a tese de Jaenecke (1994), argumentando que a Organização do Conhecimento necessita de uma abertura epistemológica que proporcione suporte aos usuários em vez de controlá-los.

Por sua vez, Barité (2001) em suas dez premissas aponta a transformação da informação em conhecimento, devido ao fato de ser um produto social que se constitui em um sistema aberto (premissas 1, 2 e 3). E que, o conhecimento registrado pode ser organizado, através de diferentes formas específicas e determinadas (premissas 4, 5, 6 e 7), pois este se expressa em conceitos e os sistemas de conceitos se organizam com uma finalidade científica, funcional, documentária e serve para qualquer área ou campo do saber (premissas 8, 9 e 10).

Então, isso revela que desde a construção de ferramentas pragmáticas, como os sistemas de classificação, até a discussão dos princípios propostos por esses pesquisadores, o ponto fundamental da Organização do Conhecimento reside em que sua base é fortemente

¹³ No conhecimento-núcleo encontra-se a base e a *episteme* de um determinado conhecimento, enquanto que o conhecimento-periférico se forma paralelamente ao núcleo, acrescentando a este último novos aspectos ou ainda corrigindo-os. Já o pseudoconhecimento em nada contribui, uma vez que este se forma pelo imenso fluxo de mensagens, composto de idéias vagas e incertezas (JAENECKE, 1994, p. 5).

conectada à discussão de diferentes bases epistemológicas¹⁴, uma vez que a Organização do Conhecimento não pode ignorar conceitos e teorias de disciplinas específicas, pois tanto os métodos quanto a teoria do conceito estão ligados às teorias epistemológicas (HJØRLAND, 2003, p. 107).

As teorias epistemológicas que embasam os pressupostos teóricos e os métodos da Organização do Conhecimento constituem, como ressalta Hjørland (1998, p. 608), mais especificamente, no Empirismo (derivado da observação e experiência), no Racionalismo (derivado do emprego da razão), no Historicismo (derivado da hermenêutica cultural) e no Pragmatismo (derivado da consideração dos objetivos e suas conseqüências).

Dessa forma, para se alcançar uma estrutura teórica desejada para explicar os fenômenos acerca da Organização do Conhecimento faz-se necessária uma variedade de posições epistêmicas. Para Smiraglia (2002, p. 341), “o pragmatismo pode sugerir o que fazer, o empirismo pode descrever os fenômenos únicos em contextos isolados, o racionalismo e o historicismo podem nos ajudar a descobrir as verdades inevitáveis da ordem natural das entidades do conhecimento”.

Assim, é possível entender que não há uma simples e formal declaração sobre a teoria da Organização do Conhecimento, mas estudos que buscam entender as limitações e possibilidades que a compõem. De Calimacus até hoje, a organização do conhecimento e, por decorrência, sua representação, têm sido estabelecidas de acordo com teorias epistemológicas que podem melhor explicar seus fenômenos e estudos. Portanto, faz-se necessário o entendimento sobre a questão da representação, como é tratado a seguir.

2.4 A Questão da Representação

A palavra representação tem sido empregada, no âmbito ocidental, como uma forma de apreender um objeto ou conceito, tratando-se de uma significação, simbolização ou referência a uma coisa distinta de si mesma, estabelecendo uma relação com aquilo que se representa ou substitui (SAN SEGUNDO MANUEL, 2003, p. 395).

¹⁴ Segundo Smiraglia (2002, p. 342), “Epistemologia é a divisão da filosofia que investiga a natureza e origem do conhecimento”.

Aristóteles considerava que é a mente humana que busca a ordem já existente no universo. Assim, a concepção de representação está diretamente ligada à correspondência da realidade. Essa concepção é considerada obsoleta, uma vez que parte da inexistência de representações.

Kant por sua vez, propõe uma concepção de representação inversa à de Aristóteles, visto que considera que o sujeito pensante é quem intervém e impõe uma ordem mental à realidade e aos fenômenos (SAN SEGUNDO MANUEL, 2003, p. 396).

No tocante ao universo informacional, Charles Sanders Peirce, filósofo pragmático, sustenta que o conhecimento será mediado pelo seu contexto e pelo próprio sujeito, admitindo a existência das coisas à margem do pensamento, mas para que essas sejam percebidas existe um condicionamento sobre as mesmas que determina seu conhecimento. Tem-se aqui a influência significativa do Pragmatismo, que é uma corrente filosófica que propõe a idéia de verdade como princípio prático, apontando para um idealismo transcendental que reitera o caráter construtivo dos conceitos, chegando a sua própria realidade (SAN SEGUNDO MANUEL, 2003, p. 396).

A Filosofia da Linguagem também abordou a questão da representação enquanto aspecto da linguagem e não mais da mente. Encontram-se, nesse sentido, as propostas de Ludwig Wittgenstein frente ao problema da representação: o *Tractatus Logico-Philosophicus*, que considera a linguagem como representação, pois representa o mundo; e o *Investigations Philosophiques*, que considera a representação como um jogo de linguagem. Nessa corrente de pensamento o conhecimento não se refere à realidade e, sim, à linguagem (SAN SEGUNDO MANUEL, 2003, p. 397).

De acordo com San Segundo Manuel (2003, p. 397),

o pragmatismo atual considera que não existe *representação* estrita como tal. [...] A representação como espelho é uma metáfora física que vem a expressar que o representado e o representante são muito semelhantes, não obstante as representações estão impregnadas pelo sujeito que as prescreve.

A priori, as correntes filosóficas não abordam a questão da representação de forma singular e muito menos consensual. De uma forma geral, para a Filosofia a noção de representação está diretamente ligada à realidade.

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos através de seus postulados sobre hermenêutica propõe duas rupturas epistemológicas, a saber: a de ir contra o senso comum, no intuito de fazer ciência; e a de integrar o senso comum à reflexão, evitando uma excessiva racionalização. Assim, Boaventura Santos compreende a noção de representação sob um

caráter mais sociológico e pedagógico, propondo um método para analisar as formas de conhecimento (LARA, 1999, p. 34).

Dessa maneira, Boaventura Santos não segue com a noção de que as representações são cópias da realidade, como proposto por Kant. Para o autor, a exatidão da representação é oriunda da filosofia natural que concebe a mente como um espelho que contém várias representações (LARA, 1999, p. 35). Ressalta-se que foi o autor quem atribuiu a importância do critério social para a definição da utilidade da representação.

Para Lara (1999, p. 37), Richard Rorty contribuiu significativamente com a questão da representação. Assim como Boaventura Santos, Rorty também rompeu com a normativa positivista, porém, definiu-se como partidário de um ‘behaviorismo epistemológico’. Para Rorty (1988, p. 300),

a representação está ligada a sua *justificação*, sendo sua *legitimação* sempre *temporária, local e variável*. As representações são sempre *hipóteses válidas circunstancialmente e justificadas à base de crenças e convicções particulares*, o que leva a questionar as propostas que se pretendem universais, pois não há como chegar a descrições únicas da realidade.

Com esse cenário é que se aborda a questão da representação no âmbito da Ciência da Informação, especificamente na Biblioteconomia e Documentação. Em que se pese o afastamento da discussão conceitual, aqui será considerado que os termos ‘representação do conhecimento’, ‘representação da informação’ e ‘representação documentária’ possuem significados similares, uma vez que a representação, no âmbito da Ciência da Informação, visa a promover o acesso ao conteúdo dos documentos para uso e posterior geração de novos conhecimentos. Além disso, o termo ‘representação do conhecimento’ é adotado e reconhecido pela ISKO e, no mais das vezes, ligado a uma dimensão temática.

San Segundo Manuel (2003, p. 398) constata que a Biblioteconomia recolhe os postulados do pragmatismo para fundamentar um conceito de representação mais preciso como aplicação e preservação de estruturas, o que resulta em uma tendência reducionista, propondo que as representações servem para reduzir a realidade supérflua.

Miranda (1999, p. 68) destaca que as representações, enquanto ponto de partida para ações sociais, refletem momentos históricos, teorias, paradigmas, ideologias e culturas, mas que, embora se aproximem da realidade, podem ter interpretações variadas. O autor prossegue relatando que,

a representação não deve alterar o objeto representado mas isto torna-se impossível na medida em que a representação é uma **leitura** do objeto e sofre diversas influências que dificultam a manutenção de parâmetros culturais no intercâmbio representacional.

Como a tarefa de representar resulta em uma maneira de compreender a realidade, a ela necessita-se empreender uma expressão de racionalidade, associando *princípios*, categorias, procedimentos e normas, a fim de que essa atividade se torne estável (MIRANDA, 1999, p. 68) (grifo nosso).

O conceito de ‘representação do conhecimento’ é explicado de forma concisa e, por vezes, congruentes pela literatura da área, mesmo em que pese à utilização distinta do termo.

Para San Segundo Manuel (2003, p. 398), representação do conhecimento significa a simbolização de livros ou documentos, possuindo raízes nas correntes filosóficas do pragmatismo e do reducionismo. Assim, no contexto científico, a representação abarca a descrição física e de conteúdo dos livros e documentos, eliminando a ‘complexidade supérflua’, fazendo com que, os objetos representantes sejam substitutos dos objetos representados.

Nesse sentido, Guimarães (2000c, p. 51) afirma que o tratamento de conteúdo assume uma dimensão estratégica, tendo em conta que o documento (registro do conhecimento) se transforma em representante ou substituto de idéias e criações de um gerador de conhecimentos que geralmente não pode estar presente¹⁵.

Segundo Barité (1997, p. 135), a representação do conhecimento é um

ramo da Organização do Conhecimento que compreende o conjunto dos processos de simbolização notacional ou conceitual do saber humano no âmbito de qualquer disciplina. Na representação do conhecimento se compreende a classificação, a indexação e o conjunto de aspectos informáticos e lingüísticos, relacionados com a tradução simbólica do conhecimento.

Nesse sentido, Guimarães (2003, p. 102) explica que essa representação é parte integrante de um âmbito maior de estudo denominado Análise Documentária, que compreende um conjunto de procedimentos a serem efetuados com o objetivo de facilitar o uso da informação. Esses procedimentos são operações fundamentais e interdependentes tais como a produção, a organização, a recuperação, a disseminação e o uso da informação.

¹⁵ O autor resgata, aqui, a idéia de “*surrogate of knowledge*” atribuída ao documento.

Dessa forma, para o autor, a Análise Documentária agrega, nos termos da literatura francesa e espanhola, os conceitos de análise e documento, assumindo a dimensão de forma e de conteúdo, distribuídas em dois níveis:

- *Análise formal*: abrange a descrição bibliográfica com o objetivo de criar registros, com a finalidade de identificá-los e localizá-los.

- *Análise de conteúdo*: abrange o processo de condensação documentária e de representação por meio de linguagens documentárias, com a finalidade de produzir resumos e índices.

Assim, a Análise Documentária visa a expressar os aspectos descritivos e temáticos do documento. Entretanto, em relação aos seus procedimentos, alguns pesquisadores têm destacado que na literatura da área existe uma identidade entre o tratamento temático e a indexação. Por outro lado, outros estudiosos entendem que a análise documentária é uma área na qual se insere a indexação, que por sua vez reflete a representação documentária, utilizando-se das linguagens documentárias para gerar produtos documentários, como os índices e as notações (GUIMARÃES, 2003, p. 103).

Lara (1999, p. 143-153) apresentou algumas características em relação à natureza da representação do conhecimento, que são:

- a) ambivalente, pois ocorrem operações de agregação e desagregação, reconhecendo que o excesso de regulamentação das linguagens documentárias leva ao enrijecimento das relações comunicativas, fazendo parecer o fundamento da informação;
- b) dinâmica, pois se compõe de signos construídos;
- c) funcional, pois seu valor se dá temporal e circunstancialmente;
- d) intencional, visto que a informação documental conduz à interpretação;
- e) mediadora entre linguagem do sistema e a do usuário.

Nesse sentido se identifica dois tipos de representação no processo de Análise Documentária, sendo que, no primeiro, a representação é construída através de um processo de condensação intensiva do texto original, gerando vários produtos documentários (tipos distintos de resumos). No segundo tipo, a representação é realizada através de uma linguagem documentária, no intuito de normalizar as unidades conceituais (LARA, 1999).

Então, a Análise Documentária propicia a identificação dos produtores, do contexto da produção, além dos conteúdos informacionais (GALVÃO, 2003, p. 232), ou dito de outra forma, explicita os aspectos intrínsecos e extrínsecos do documento, através de um conjunto de procedimentos de natureza analítico-sintética (GUIMARÃES, 2003, p. 103).

Esse conjunto de procedimentos de natureza analítico-sintética é especificado na literatura como análise, síntese e representação do conhecimento, e atuam de forma interdependente.

A análise tem por objetivo a identificação de conteúdos informacionais, exigindo do profissional conhecimento e identificação tipológica do texto, bem como de suas superestruturas, além do conhecimento das políticas institucionais e o perfil dos usuários. A síntese, por sua vez, envolve a seleção e a coleta do conteúdo informacional, tornando-se uma fase intermediária entre a análise e a representação. Já a representação irá explicitar forma e conteúdo dos documentos, sendo que o conteúdo pode resultar em índices e resumos (GALVÃO, 2003, p. 232).

Guimarães (2003, p. 104) apresentou um resgate histórico relativo a Análise Documentária e, ressaltou que, nas discussões pela busca metodológica que justifique esse conjunto de procedimentos cientificamente, pouca atenção tem sido dada à etapa de análise, visto que essa etapa de localização e identificação de conceitos através da leitura, era encarada como uma operação empírica, que resultava em diversos critérios sem parâmetros científicos que lhes conferissem autenticidade.

Entretanto, destacam-se as atuais pesquisas desenvolvidas no âmbito da leitura no processo de análise documentária com o uso do protocolo verbal por Fujita (2003).

Na literatura da área, as etapas do processo de análise documentária são diferentemente denominadas, mas não diferem quanto ao conteúdo. Guimarães (2003, p. 112) sistematizou as etapas no tocante às etapas de análise e síntese, reproduzidas a seguir:

- Etapa analítica:

- *Leitura técnica* do documento, em que o documentalista adentra na estrutura do documento, buscando tomar contato com as partes que revelem maior conteúdo temático valendo-se, para tanto, de um conjunto de estratégias metacognitivas.

- *Identificação de conceitos*: uma vez identificadas as partes mais significativas tematicamente, aplica-se ao documento um conjunto de categorias conceituais, visando à construção de enunciados de assunto.

- Etapa sintética:

- *Seleção de conceitos*: os enunciados de assunto são, então, categorizados em principais, secundários e periféricos, e ordenados logicamente, tendo como parâmetros a estrutura, a função e os usos (tipo de busca informacional a que se presta o documento).

- *Condensação documentária*: redução do documento original a um microdocumento (resumos).

- *Representação documentária*: tradução do conteúdo temático do documento em linguagem de indexação, representando-o por meio de índice.

De certa forma, observa-se uma convergência nas idéias de Guimarães e Galvão, à medida que interpretam a questão da representação enquanto um processo da análise documentária.

Enquanto produtos documentários gerados durante as etapas de condensação e representação têm-se, respectivamente, o resumo e o índice. Galvão (2003, p. 232) ressalta que,

os índices associam assuntos, termos, palavras e/ou descritores aos vários conteúdos informacionais, que podem estar dispersos em vários textos, permitindo assim a identificação, seleção e recuperação [...]. Os resumos são condensações intensivas dos conteúdos informacionais dos textos originais, mas que preservam suas estruturas e vocabulários.

O processo de condensação não será aqui objeto de discussão mas sim, o processo de representação, uma vez que é necessário conhecer os fenômenos que interferem no tratamento e no acesso à informação, especialmente nesse caso, os desvios que se encontram no momento da representação.

Os instrumentos usados no processo de representação são as linguagens documentárias, que são linguagens artificiais e padronizadas que visam a representar o conteúdo informacional para posterior recuperação. Guimarães (2003, p. 103) entende as linguagens documentárias também como linguagens de indexação e as denomina como “conjunto de instrumentos ou ferramentas para a representação padronizada do conteúdo temático dos documentos”, consistindo em sistemas de classificação, tesouros e listas de cabeçalhos de assunto.

As linguagens documentárias são estáticas e homogêneas, porque seguem convenções estabelecidas no conjunto do próprio sistema. Entretanto, elas não se livram de interferências culturais, pois são construídas a partir da linguagem natural (CINTRA et al., 2002, p. 16).

Gardin et al. (1968 *apud* CINTRA et al., 2002, p. 35) destacou que uma linguagem documentária “é um conjunto de termos, providos ou não de regras sintáticas, utilizadas para representar conteúdos de documentos técnico-científicos com fins de classificação ou busca retrospectiva de informações”. São elementos integrantes de uma linguagem documentária: o léxico (lista de descritores), a rede paradigmática (relação lógico-semântica entre os descritores, a classificação), a rede sintagmática (relação contingente entre os descritores, o tema).

Nesse contexto os tipos básicos de relações existentes nas linguagens documentárias são as Hierárquicas (genéricas, específicas e partitivas); e as não hierárquicas ou seqüenciais, denotando coordenação ou associação não linear de termos, e em termos lingüísticos, deparam-se com a necessidade de resolução de problemas como polissemia e ambigüidade (diferentes interpretações e diferentes significados para um mesmo significante); Sinonímia (que leva ao delineamento da relação de equivalência) e Hiponímia (relações gênero-espécie), dentre outros (CINTRA et al., 2002, p. 55-66).

Em termos concretos, para a representação do conhecimento em bibliotecas, por exemplo, destacam-se como instrumentos os sistemas de classificação, as listas de cabeçalhos de assunto e os tesouros.

Existe para a área de Organização e Representação do Conhecimento uma classificação específica, estabelecida por Ingetraut Dahlberg (1993). A seguir está um relato sobre essa classificação.

2.5 Sistema de Classificação de Dahlberg

A partir dos princípios teóricos e metodológicos discutidos ao longo da temática da área de organização do conhecimento, destacam-se os trabalhos da ISKO, em especial o desenvolvimento de um sistema de classificação para a literatura de organização do conhecimento, proposto por Ingetraut Dahlberg (1993, p. 213).

Esse sistema de classificação possui uma divisão em dez grupos, numa seqüência de 3 x 3, designada de *Systematifier*. Segundo Dahlberg (1993, p. 212), “é uma seqüência de facetas, que pode ser usada em todas as áreas e campos de assunto e ajuda a memorizar o que precisa ser considerado como objeto para cada campo de assunto”. O sistema tem o seguinte nível primário:

- 0 Divisões de Forma.
- 1 Fundamentos Teóricos e Problemas Gerais de Organização do Conhecimento.
- 2 Sistemas de Classificação e Tesouros. Estrutura e Construção.
- 3 Metodologia de Classificação e Indexação.
- 4 Sistemas de Classificação Universais.
- 5 Sistemas de Classificação de Objetos Especiais (Taxonomias).
- 6 Sistemas de Classificação de Assuntos Específicos.
- 7 Representação do Conhecimento por meio de Linguagem e Terminologia.
- 8 Classificação e Indexação Aplicadas.
- 9 Ambiente da Organização do Conhecimento.

O primeiro grupo (0) está voltado exclusivamente à forma do documento. Os grupos 1-3 representam as divisões de campo caracterizadas por: fundamentos teóricos; estrutura e construção de sistemas de classificação e tesouros; e, classificação e indexação.

Os grupos 4-6 representam a aplicação das divisões como: sistemas universais; sistemas de classificação orientados a objeto e tesouros; e, sistemas de classificação orientados a assuntos especiais e tesouros.

Os grupos 7-9 representam a influência, aplicação e o ambiente da área de Organização do Conhecimento, tais como: problemas de representação do conhecimento por meio de linguagem e terminologias; aplicação da classificação e indexação para diferentes tipos de dados e documentos; e, organização do campo em níveis nacional e internacional, seus projetos educacionais e de treinamento, seus aspectos legais e econômicos, além de estudos de usuários e padrões.

O *Sistema de Classificação para a Literatura de Organização do Conhecimento*, que se chamava Classificação da Literatura de Classificação (CFC), estrutura a Bibliografia Internacional de Classificação e Indexação, além de contribuir para o entendimento do alcance, das possibilidades e das implicações da área, que são representados pelos trabalhos publicados.

Dessa forma, o sistema idealizado por Dahlberg tem sido utilizado como parâmetro para entender o progresso da área e também como subsídio para pesquisas. Guimarães e Fernández-Molina (2003, p. 812) utilizaram esse sistema para amparar

metodologicamente um trabalho que objetivou apontar aspectos éticos de organização e representação do conhecimento em artigos publicados na revista *Knowledge Organization*, com a justificativa de que, sendo um sistema de estrutura decimal, “parte de uma classe inicial teórica (classe 1) para, em continuação, centrar-se na construção de instrumentos (classe 2) e no desenvolvimento de processos da área (classe 3)”.

Os autores relatam ainda que, “as classes 4, 5 e 6, por sua vez, dedicam-se aos instrumentos gerais e específicos da área no âmbito da classificação para, na classe 8, centrar-se no processo de representação por meio da linguagem e da terminologia”. E eles finalizam assimilando que, “a classe 9 é a que, a nosso ver, representa a dimensão da atuação profissional na organização e representação do conhecimento”.

Entretanto, ao analisar esse sistema, Guimarães e Fernández-Molina (2003, p. 813) notaram que o tema ‘ética’ não está contemplado no próprio instrumento. Assim, os autores sugerem que a ética deva ser um ramo temático da área, de maneira que fosse contemplado com uma notação específica. Essa notação, segundo os pesquisadores, poderia estar inserida na classe 9 (Ambiente da Organização do Conhecimento), pois as notações 912 (Questões Profissionais) e 96 (Questões Legais) são adequadas para receber a temática.

Os autores também analisaram a notação 17 (Problemas em Organização do Conhecimento), entretanto, essa notação estaria voltada para as questões intrínsecas dos instrumentos da área.

Pelo até então exposto, observa-se que a área vem percorrendo uma trajetória que reúne a dimensão pragmática dos instrumentos à busca por uma base epistemológica que a explique e sustente.

No entanto, tais dimensões encontram, na atualidade, um ponto de confluência que nos leva a uma reflexão específica: os valores envolvidos nessa trajetória, desde seus aspectos teóricos até os aspectos mais pragmáticos do exercício profissional da área de informação.

Desse modo, logo a seguir será abordada uma temática que, notadamente a partir do impacto das novas tecnologias na representação do conhecimento, vem merecendo estudos: a ética em representação do conhecimento.

3 A ÉTICA NAS ATIVIDADES INFORMATIVAS E SEU IMPACTO NA REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Aqui se encontra o conceito de ética e seu entendimento realizado por filósofos ao longo da história, bem como, discute a ética no âmbito profissional, visto que esse espaço está imbuído de um código moral que orienta a atuação profissional. Além disso, traz a ética nas atividades informativas, motivada principalmente pelo surgimento das tecnologias informacionais; e também, dos valores, avanços e problemas que cercam a ética na representação do conhecimento.

3.1 Ética

A sociedade, na busca por sua evolução encontra, no bem-estar dos indivíduos, um aspecto que possa contribuir para esse crescimento. Nesse sentido, é possível avaliar as atitudes das pessoas como certas ou erradas, ou ainda, como boas ou ruins.

A ética, enquanto ramo da Filosofia, busca estudar o modo de agir do ser humano junto aos seus semelhantes.

Então, para entendê-la, Martins (1994, p.3) ensina que, “a ética, também chamada filosofia moral, é a parte da filosofia que reflete sobre os princípios da vida moral, isto é, dos valores em sociedade”.

Guimarães (2000a, p. 65) destaca que se tem na ética o “estudo do bem-fazer ou do bem-agir no âmbito da interação humana, pressupondo uma concepção de homem como ser livre, autônomo e dono de suas próprias idéias e atos”.

Para Sá (2001, p. 16), a ética é estudada sob dois aspectos:

1º como ciência que estuda a conduta humana dos seres humanos, analisando os meios que devem ser empregados para que a referida conduta se reverta sempre em favor do homem. [...], 2º como ciência que busca os modelos da conduta conveniente, objetiva, dos seres humanos.

É possível observar, então, que a ética busca entender o ato comportamental do ser humano, além de estudar como se dá um determinado comportamento ou conduta. Porém,

muitos confundem ética com moral. Para explicar esse mal-entendido, Martins (1994, p. 3) relata que, “enquanto a primeira reflete sobre os fundamentos e princípios da vida moral, a moral estabelece as regras do que é considerado boa conduta, *dentro de um tempo histórico e de uma cultura determinada*” (grifo nosso).

Com isso, o ser humano vai construindo sua conduta¹⁶, discernindo entre o certo e o errado, através de meios emancipatórios de bem-estar coletivo, visto que a ética pode ser entendida através de problemas morais práticos, mesmo que voltada à realidade de cada época.

Ao longo da história, o estudo da ética dividiu-se em quatro doutrinas: Ética Grega (sofistas, Sócrates, Platão, Aristóteles, estóicos e epicuristas); Ética Cristã Medieval (Ética Religiosa, Ética Cristã Filosófica); Ética Moderna (Ética Antropocêntrica no Mundo Moderno, Ética de Kant); e Ética Contemporânea (de Kierkegaard ao Existencialismo, Pragmatismo, Psicanálise e Ética, Marxismo, Neopositivismo e Filosofia Analítica) (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1975 *apud* GUIMARÃES, 2005b).

Diversos filósofos, oriundos de diferentes escolas de pensamento, buscaram entender essa procura do ser humano pelo bem¹⁷. Tais estudos são concebidos como clássicos na literatura e foram influenciados por aspectos políticos, religiosos e econômicos. Alguns filósofos que se dedicaram ao assunto são¹⁸:

Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo inglês que apresentou, não de uma maneira lógica científica e nem epistemológica, porém com convicção suficiente, estudos determinando sua forma de entender a conduta do ser humano como um meio de conservar a si mesmo.

Baruch Espinosa (1632-1677), filósofo holandês, que mesmo sendo seguidor de um racionalismo religioso, entendeu que era necessário desejar o bem para si mesmo com o intuito conveniente de conservar o bem-estar.

John Locke (1632-1704), filósofo inglês, que defendeu a experiência como método, auxiliada pela sensação e reflexão, acompanhando a tendência de conservação do ser.

Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), filósofo alemão, que produziu uma doutrina idealista, entendendo que as normas da moral não são inatas, existindo sim, verdades inatas.

¹⁶ Segundo Sá (2001, p. 24), “a conduta do ser é sua resposta a um estímulo mental, ou seja, é uma ação que se segue ao comando do cérebro que, manifestando-se favorável, também pode ser observada e avaliada”.

¹⁷ Aqui entendido como um valor ético por excelência, como em Martins (1994, p. 3).

¹⁸ Extraídos, principalmente, de Sá (2001, *passim*).

David Hume (1711-1776), filósofo inglês, criador da filosofia fenomenista, destacou-se como um questionador das causas promotoras das virtudes e foi precursor de conceitos sobre os *móveis* da conduta humana, aqui entendidos, dentre outros, como os valores.

Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, autor da obra *Crítica da Razão Pura*, datada de 1781, isolou a metafísica da moral, revelando que o ambiente produz a sensação, mas é o cérebro que prevalece sobre tudo. Dessa forma, ele atribuiu à razão a origem das ações éticas, sugerindo que a vontade humana é regida por *imperativos categóricos*¹⁹ pois, para o filósofo, a conduta do ser humano deve estar em consonância com princípios universais.

Jeremy Bentham (1748-1832), filósofo inglês, radicalista e utilitarista, considerou a moral como uma das quatro fontes que produzem o prazer e a dor nos seres humanos.

Henri Bergson (1859-1941), filósofo francês, que enfocou seus estudos no que denominou moral fechada e moral aberta, aceitando a ética como uma finalidade a ser perseguida.

Já os propulsores dos estudos sobre o valor, na ética, foram os filósofos alemães Max Scheler e Edward Von Hartmann, que desenvolveram pesquisas sobre a substituição da noção de bem que predominava na área, pela noção de valor, onde dissertavam didaticamente sobre os valores éticos.

É necessário lembrar que, na Idade Média, a conduta ética do ser humano e, conseqüentemente, seus valores éticos, estavam diretamente ligados ao aspecto religioso; porém, com os movimentos filosóficos que se desenvolveram nos séculos seguintes (Ilustração e Iluminismo no século XVIII, por exemplo), ocorreu a desvinculação do homem da tutela divina, exaltando o poder da razão sobre suas ações. Entretanto, no século XIX, Nietzsche, Marx e Freud questionaram a noção de que os atos praticados pelos seres humanos são exclusivamente regulados pela razão (MARTINS, 1994, p. 3).

Martins (1994, p. 3) explica que esses pensadores, “cada um de seu modo muito específico, mostram que a razão, ao fazer julgamentos de qualquer natureza, e, em especial, os relativos ao comportamento moral, será influenciada pelo desejo, pelos instintos, pela ideologia”.

¹⁹ É uma proposição que tem o aspecto de um mandamento verdadeiro. Ordena sem condição: única moral propriamente dita, concerne não a matéria do ato ou seu resultado, mas unicamente sua forma, ou seja, sua relação com uma exigência de universalização (DUROZOI; ROUSSEL, 2002, p. 249).

No século XX o foco centra-se na opção pela liberdade, pela escolha livre e sua decorrente responsabilidade, influenciados principalmente pelo existencialismo; porém, o conteúdo da moral, por estar partindo da existência concreta, é sempre mutável e imprevisível. Então, na atualidade, o conceito de uma moral universal é sobreposto por morais particulares, no que tange aos grupos minoritários da sociedade, e isso resulta na noção de que não existe um fundamento ético para a vida moral (MARTINS, 1994, p. 3).

Acontece que, na modernidade, várias tendências surgiram, tais como a do russo Nikolay Alesandrovich Berdyayev, que envolvia a liberdade do espírito individual; a do austríaco Martin Buber, no que se refere à reciprocidade moral; a do francês Jean Paul Sartre, sobre ética e o processo econômico, entre outros (SÁ, 2001, p. 43).

Além disso, nas sociedades modernas a situação é diferente das sociedades tradicionais, uma vez que atualmente existe um pluralismo de comportamento e valores. Esse fato indica a existência de várias éticas, porém esse contexto gera a existência de duas atitudes, a primeira voltada ao tradicionalismo e a segunda voltada ao individualismo, ambas inadequadas face ao equilíbrio necessário para um bem-estar social (CÔRTE, 1994, p. 18).

Então, faz-se necessário entender como o conceito de valor é tratado pela ética. Quando se fala de valor distingui-se dois aspectos relativos à existência das coisas: o primeiro, é a concepção da existência natural do objeto com características que independem do ser humano; e o segundo, é a concepção de objetos que passam a existir para o ser humano, adquirindo características que só existem em relação a ele (BRONDANI, 2000).

A definição de valor traz consigo quatro aspectos essenciais: *primeiro*, é a não existência do valor em si, mas de objetos que possuem valor; *segundo*, os valores somente existem na realidade natural e humana como propriedades valiosas dos objetos; *terceiro*, os valores exigem a existência de certas propriedades naturais e físicas; e *quarto*, as propriedades que sustentam o valor são valiosas somente em potência, ou seja, em relação ao ser humano (BRONDANI, 2000).

O subjetivismo e o objetivismo axiológicos embasam a explicação dessa concepção de valor. Para o subjetivismo axiológico é o desejo do ser humano que confere valor às coisas. Portanto, o valor é um estado psíquico subjetivo, uma vez que é transferido do objeto para o sujeito, recusando as propriedades do objeto. Já o objetivismo axiológico considera que os valores constituem um reino próprio, sendo absolutos, imutáveis e incondicionados. Portanto, o valor não possui uma existência material, uma vez que é ideal. (BRONDANI, 2000).

Então, para o objetivismo axiológico, o valor é separado da realidade, pois existe independentemente da relação com o ser humano, tornado-se absoluto e invariável (BRONDANI, 2000).

Dessa forma, nem o subjetivismo nem o objetivismo axiológicos conseguem explicar a maneira de ser dos valores, pois eles não se reduzem às vivências do ser humano e muito menos existem independentemente do mundo real. Os valores possuem uma objetividade especial, humana e social, uma vez que eles não se reduzem ao ato psíquico de um sujeito nem tampouco às propriedades naturais de um objeto, pois transcendem o limite de um indivíduo ou grupo social determinado, mas não ultrapassam o âmbito do homem como ser histórico e social (BRONDANI, 2000).

Nesse contexto, Cortina e Martínez (2005, p. 73) explicam que,

não parece muito adequado à natureza dos valores perguntar o *que são*, pois os valores *não são*, mas valem ou pretendem valer. Ao afirmar que *não são*, não se deseja dizer que são ficções inventadas pelos seres humanos, mas que não podem ser entendidos como *coisas* ou *maneiras de ser das coisas*.

Portanto, os valores são qualidades dotadas de conteúdo, independente do estado de espírito subjetivo de um indivíduo como das coisas (CORTINA; MARTÍNEZ, 2005, p.74).

Enquanto uma acepção moral que proporciona normas à conduta, têm-se, então, os valores morais, objetos dessa discussão. Os valores morais existem unicamente em atos humanos, como por exemplo, o comportamento de indivíduos e grupos sociais, realizados de forma livre, ou seja, de um modo consciente e voluntário. (BRONDANI, 2000).

Como foram relatados anteriormente, os diferentes filósofos concebem o valor de maneira diferente.

Assim, entendendo que a ética está intimamente ligada a um longo processo histórico e conceitual, não é possível negar os aspectos de ocorrência dos fenômenos éticos sob pena de estar negando a própria vontade do ser humano em sua existência. Por isso, analisar o ser humano no estado pueril é uma condição adequada para também entender a evolução da ética pois, nessa idade, estão ocorrendo orientações para estimular as virtudes e a formação moral (SÁ, 2001, p. 47).

Dessa forma, a educação, apesar de vulnerável a um meio ambiente adverso, é a principal responsável pela formação da estrutura da consciência, e conseqüentemente, da vontade e da conduta humana.

Além disso, haverá todo um reflexo para a vida profissional já na idade adulta, o que se faz necessário para inspirar virtudes, em que pese a adversidade do ambiente em que se vive. Todo esse ensinamento será formador da consciência ética, uma vez que concretizará opiniões resultantes de reflexões do confronto entre a realidade percebida e aquela que se insere no íntimo do ser, formando, então, o caráter²⁰ (SÁ, 2001, p. 48, 63).

Percebe-se que para formação do caráter, as virtudes²¹ são essenciais, pois apesar das individualidades, são elas que regem a ação do ser humano, podendo, então caracterizá-lo como virtuoso e também ético (SÁ, 2001, p. 77).

Nesse sentido, todas as questões morais que cercam as práticas valorativas resultantes da ação do ser humano podem ser analisadas através da teoria ética. Hare (2003, p. 72) ensina que usada estritamente, “a teoria ética refere-se ao estudo dos conceitos morais, isto é, do uso que fazemos das palavras morais”²². Para o autor, a ética é definida como o estudo lógico da linguagem da moral pois, para responder as questões substanciais de moralidade, é necessário passar pelas questões verbais (HARE, 2003, p. 64).

Hare (2003, p. 67) descreve a taxonomia das teorias éticas como:

- 1 Descritivismo: os significados dos enunciados morais são inteiramente determinados pela sintaxe e condições de verdade.
 - 1.1 Naturalismo: condições de verdade dos enunciados morais são propriedade não-morais.
 - 1.11 Naturalismo objetivístico: são propriedades objetivas.
 - 1.12 Naturalismo subjetivístico: são propriedades subjetivas.
 - 1.2 Intuicionismo: as condições de verdade dos enunciados morais são propriedades morais *sui generis*.
- 2 Não-descritivismo: os significados dos enunciados morais não são inteiramente determinados pela sintaxe e condições de verdade.
 - 2.1 Emotivismo: os enunciados morais não são governados pela lógica.
 - 2.2 Não-descritivismo racionalístico: os enunciados morais são governados pela lógica.
 - 2.21 Prescritivismo universal: a lógica que governa os enunciados morais é a lógica das prescrições morais.
 - 2.22 ?

Nessa teoria, enquadram-se os fatos a respeito da existência de valores morais no mundo. Outra questão, é que da leitura do exposto acima, entende-se que a interrogação de 2.22 corresponde a uma classe em aberto.

²⁰ Aqui entendido como um agregado de qualidades morais e intelectuais, representando a individualidade de cada ser humano.

²¹ Virtudes são capacidades atadas a origens transcendentais, estando principalmente envolvidas pela ação competente em exercer o respeito ao ser e a prática do bem (SÁ, 2001, p. 70).

²² Richard Mrvyn Hare, filósofo inglês, faz uso da filosofia da linguagem para explicar a teoria ética, onde os significados das palavras morais (a natureza dos conceitos morais) são explicados inteiramente com base em suas propriedades lógicas formais (prescritiva e universalizabilidade).

A sociedade anseia por valores éticos do comportamento público, incluindo também o profissional. Quando o uso do substantivo *ética* alia-se ao adjetivo *profissional*, tem-se o tratamento de valores que existem em um dos campos da conduta humana, ou seja, o ambiente de trabalho. É um conjunto de regras a serem respeitadas no âmbito profissional, é a *ética profissional*.

3.2 Ética Profissional

A palavra profissão vem do latim *professione* e possui diversos significados nesse idioma. Na atualidade, profissão representa a prática constante de um ofício, labor (SÁ, 2001, p. 129).

No âmbito profissional é possível que o ser humano destaque-se e realize-se, através de suas práticas, provando sua capacidade, habilidade, sabedoria e inteligência; conseguindo, dessa forma, elevar seu nível moral, podendo ser útil a sua comunidade, interagindo com essa (CUVILLIER, 1947, p. 358-359).

Dessa maneira, a atuação profissional e, conseqüentemente, as profissões possuem importância na sociedade, seja na área da saúde, habitação, educação, cultura, administrativa etc. A essas profissões e a seus profissionais são atribuídas responsabilidades por sua atuação social e também pelos benefícios que resultam de seus trabalhos, gerando satisfação e notoriedade a esses.

Então, a profissão, por meio da prática de um labor e por sua relação social, exige uma conduta pré-determinada dos indivíduos que a exercem. E sendo a ética um estudo do bem fazer e do bem agir no que se refere à interação social tem-se, através da profissão, a prescrição de um conjunto de códigos morais que visam a delinear esse bem fazer e bem agir profissional (GUIMARÃES, 2000a, p. 65).

Assim, esse código moral, esse conjunto de regras morais é respeitado no exercício de uma determinada profissão. De acordo com Martins (1994, p. 4), “o ato ético profissional tem a mesma estrutura de qualquer ação moral, ou seja, tem o aspecto *normativo* (que se refere às regras da ação) e o *fatual* (a realização efetiva do ato)”. Para a autora, ética profissional é “um código moral que regula a ação profissional”.

Cada código de conduta profissional depende das peculiaridades do exercício de cada profissão, levando em consideração seu desempenho, conhecimentos

especializados/técnicos, o ambiente de trabalho etc., além de estar amparado por bases filosóficas.

A base filosófica é necessária para edificar a estrutura do código, uma vez que estará regendo as ações profissionais, sendo que esses indivíduos estarão se deparando com situações que exigirão determinada reflexão sobre as práticas valorativas e morais.

Dessa forma, os profissionais, ao assumirem esse conjunto de compromissos propostos no código de ética profissional, propiciarão a construção e o aperfeiçoamento de sua própria coletividade (GUIMARÃES, 2000a, p. 65).

Por isso, manter o diálogo de suas práticas, faz com que os sujeitos em questão reflitam sobre a razão do seu bem fazer e bem agir. No caso dos profissionais da informação, Guimarães (2000a, p. 65) sistematizou cinco compromissos que envolvem a atuação e formação desses profissionais, a saber: o usuário, a organização, a informação, a profissão e o profissional em si mesmo.

Em relação ao *usuário*, o autor menciona que, esse é o elemento/sujeito que se apropria da informação para gerar conhecimento; já a *organização* é o lugar onde estão os meios para concretizar o seu fazer; a *informação* é tida como a fonte de transmissão do conhecimento; a *profissão* é uma dimensão agregadora de saberes, de fazeres e de seus agentes; e por fim, *o profissional em si mesmo*, sendo ele uma parte integrante de um determinado contexto social (GUIMARÃES, 2000a, p. 65-66).

Sobre essas cinco instâncias recaem alguns compromissos éticos, como a abertura de novos mercados profissionais, principalmente no que tange a necessidade de divulgação profissional; a geração de novos conhecimentos e produtos, o que reforça a necessidade de aperfeiçoamento profissional; a qualidade dos produtos e serviços, indicando respeito aos parâmetros técnicos e científicos; a penetração social, como forma de atuação e interação social; a sensibilidade quanto ao valor estratégico da informação, o que leva ao respeito do sigilo profissional e ao desenvolvimento organizacional; a garantia de confiabilidade da informação recebida, identificando procedência, precisão e atualidade dessa; a responsabilidade profissional, visando assumir os aspectos de assistência e amparo; e por fim, o respeito às especificidades da área (GUIMARÃES, 2000a, p. 66-67).

Essas questões podem nortear os perfis dos indivíduos tratados no código de ética profissional pois, no que tange à ética, torna-se necessário refletir sobre as regras e os fundamentos que compõem tais códigos de conduta.

A Biblioteconomia, área organizada e formadora dos profissionais bibliotecários, também prescreveu suas normas de conduta através de códigos de ética profissional, oriundos de instituições representativas ou de suas lideranças.

A profissão de bibliotecário, inserida e constituída como uma das áreas formadoras de profissionais da informação, possui uma vertente de natureza eminentemente pragmática, em que se identificam conjuntos de práticas relacionadas a atividades profissionais específicas.

No Brasil, a profissão de bibliotecário foi regulamentada pela Lei nº 4084 de 1962 e pelo Decreto nº 56.725 de 1965. Nesse decreto também ficou instituída a fiscalização do exercício profissional a cargo dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia - CRB, sob a supervisão do Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB. Com a resolução do CFB nº 327 de 1986 foi aprovado o Código de Ética Profissional Bibliotecário (BIBLIOTECÁRIO..., 1999).

No âmbito internacional, a American Library Association - ALA, que é uma das mais antigas associações bibliotecárias, foi fundada em 1876 e possui o código de ética mais antigo dos Estados Unidos. Esse código foi promulgado em 1939 e consistia de 28 partes, sendo reformulado em 1975, e posteriormente, em 1979. Sua versão atual, datada de 1995, é adotada por outras associações (KOEHLER, 2002, p. 328).

Na literatura da área encontram-se estudos sobre a ética profissional, inclusive sobre os códigos de éticas. O estudo de Vaagan (2002) abordou o exercício profissional bibliotecário em dezoito países dos diferentes continentes, e o resultado confirma que as questões relativas ao acesso à informação, à censura, à inclusão informacional, à confidencialidade e ao respeito à diversidade fazem parte da reflexão desses indivíduos no que tange a sua conduta ética. Outros estudos que tratam da questão sobre a ética na atuação profissional são os desenvolvidos por Froehlich (1994; 1997), Rubin e Froehlich (1996), Rubin (1998), Gorman (2000), Guimarães (2000a), Koehler e Pemberton (2000), Wecker e Adeney (2000) e Fernández-Molina (2000).

Koehler e Pemberton (2000, p. 33) estudaram códigos de ética de 37 associações de profissionais de informação e, a partir desses, desenvolveram um modelo de código de ética para profissionais da informação contendo cinco elementos:

- 1) Sempre que possível coloque as necessidades dos clientes acima de outras preocupações.
- 2) Entenda os papéis do profissional da informação e se esforce para encontrá-los com maior habilidade e competências possíveis.
- 3) Sustente as necessidades da profissão e associação profissional.

4) À medida que eles não estão em conflito com as obrigações profissionais são sensíveis e compreensivos às responsabilidades sociais apropriadas para a profissão.

5) Esteja ciente e seja compreensivo com os direitos dos usuários, dos empregadores, dos profissionais da mesma categoria, da comunidade e da sociedade em geral.

Nesse modelo o profissional pode encontrar um equilíbrio entre as variadas prioridades necessárias, tendo em vista a possibilidade de identificar e executar as melhores soluções.

Em um estudo comparativo, Fernández-Molina e Guimarães (2002, p. 490) discutiram os aspectos éticos relacionados à atuação de profissionais da informação através de seus respectivos códigos de ética. Foram estudados quinze códigos de diferentes países de distintos continentes, que revelaram questões de natureza mais ampla, como liberdade intelectual e censura, privacidade, direito de acesso à informação e condutas profissionais inadequadas.

Ressalta-se o pioneirismo de Froehlich (1994) que apontou os aspectos éticos relacionados à prática profissional, no que tange à negligência e responsabilidade, e também aos aspectos inerentes à garantia de direitos, como privacidade, autoria, liberdade intelectual, entre outros.

Froehlich (2004, p. 3, 9) aponta que existem princípios éticos invocados em situações éticas no trabalho profissional, e que tais princípios têm emergido na tradição filosófica ocidental (seja de teorias deontológicas ou de abordagens consequencialistas). O pesquisador relata ainda que, esse grupo de princípios estabelece um ponto inicial para deliberações morais, a saber:

1) *Respeito a sua própria autonomia moral e a de outros*. Esse princípio reforça a crença na autonomia e na dignidade dos seres humanos, fruto da teoria de Immanuel Kant em seus imperativos categóricos, sendo um fundamento para todas as profissões.

2) *Busca pela justiça ou equidade*. Validando outros aspectos morais dos seres humanos, esse princípio trata do respeito às pessoas na busca pelo que é justo para todos, existindo várias formas nas quais a justiça pode ser realizada num determinado contexto.

3) *Busca pela harmonia social*. Sustentado pelos aspectos motivacionais do utilitarismo, no que diz respeito às ações que busquem a felicidade do maior número de pessoas. Para o bibliotecário, esse princípio reforça a premissa de que os serviços prestados devem beneficiar o maior número de usuários.

4) *Atos que propiciem a minimização de dados*. Esse princípio age por uma articulação inversa do utilitarismo, visto que em situações onde ocorre o dano torna-se necessário a realização de atos que o minimize ou o compense.

5) *Ser digno de confiança pública, profissional e organizacional*. Esse princípio trata do comprometimento que o profissional deve ter com a profissão e a organização, em suas diferentes atuações e no envolvimento público.

Bayles (1989, p. 6-7) também apresentou um grupo de valores que servem de fundamentos para todas as profissões e que são baseados nos valores gerais e na dignidade humana, tais como:

1) *Liberdade e autodeterminação (autonomia moral)*. No caso dos profissionais da informação, especificamente na atuação dos bibliotecários, esse valor se volta para o desenvolvimento de coleções, no sentido de que essas possam conter uma diversidade de materiais com distintos pontos de vista, garantindo ao usuário o direito de decidir e escolher.

2) *Proteção contra danos e ofensas*. Esse valor preconiza que ao profissional seja garantido um ambiente confortável e seguro para o desenvolvimento dos seus trabalhos, procurando alcançar seus objetivos.

4) *Igualdade de oportunidades*. Implica numa atuação profissional, onde o desenvolvimento de políticas dos serviços de informação seja amparado por parâmetros equilibrados, visando os usuários, seu público-alvo.

5) *Bem-estar mínimo*. Aqui se insere o direito à informação e quais modalidades informacionais devem ser disponibilizadas para o acesso público. Esse princípio aliado aos de liberdade e igualdade de oportunidades formam um núcleo básico para o mundo moderno.

6) *Reconhecimento do trabalho individual*. Na cultura ocidental, o trabalho resulta em uma remuneração econômica, garantida pelos direitos morais (que reconhece a autoria) ou pelos direitos patrimoniais (os proventos a partir da autoria).

Essa atenção voltada aos valores que norteiam os códigos de ética demonstra a necessidade de desenvolver uma consciência ética²³ que avance nos padrões de comportamento entre os profissionais.

Nesse sentido, Côrte (1994, p. 20) destaca que, mesmo antes de cumprir com o código de ética, a sociedade espera do bibliotecário, enquanto profissional da informação, um comprometimento ético, respaldado por valores como: respeito, transparência, igualdade,

²³ Aqui entendida como o aceite de modelos para a conduta, além dos efetivos julgamentos próprios.

discrição, justiça, responsabilidade, honestidade, compromisso, lealdade, qualidade, confiança, cooperação e tolerância.

Sá (2001, p. 154-155) também elenca uma série de virtudes, tidas como valores necessários e compatíveis à prática dos serviços profissionais. Algumas delas são: abnegação, altruísmo, benevolência, coerência, decoro, eloquência, fidelidade, gratidão, honestidade, idealismo, entre outras.

Entretanto, Vergueiro (1994, p. 9) direciona sua atenção para a crítica a alguns postulados éticos, que segundo ele, acabaram por se transformar em mitos (ou dogmas) da profissão, a saber: neutralidade e corporação.

O *mito da neutralidade* propõe que a informação solicitada seja fornecida sem restrições, sem discutir o uso que o usuário fará dessa solicitação; porém, cabe ao bibliotecário, se perceber que a informação trará prejuízos à coletividade, questionar essa solicitação.

O *mito da corporação* que trata da orientação dos mecanismos legais propostos para o crescimento e solidificação profissional, entretanto, se esses mecanismos forem usados para fins diferentes dos inicialmente propostos, não estarão funcionando de acordo com os interesses sociais.

Assim, o bibliotecário deve estar atento para que sua *práxis* não dê sustentabilidade às imperfeições sociais, mesmo que esses mitos sejam interpretados de maneira radical. Isso também vale para o corporativismo, que se torna um malefício e desvirtua-se dos objetivos de demonstrar à sociedade a importância da profissão.

Então, as pesquisas sobre a ética profissional são necessárias para que cada vez mais se solidifique um perfil profissional engajado com os benefícios sociais, que se preocupa com sua correta atuação, mesmo que ocorram mudanças e incorporações dos avanços tecnológicos, que aliás são inevitáveis.

Dessa forma, não é possível falar de ética profissional sem que a preocupação recaia sobre a formação educacional, no que tange aos aspectos curriculares. A formação deve passar pelo campo da pesquisa, enquanto instrumento fundamental do fazer pedagógico; passar pela realização de estágios, que são espaços éticos que completam a aprendizagem; e o engajamento com a questão de divulgação profissional (GUIMARÃES, 2000a, p. 69).

Juntamente com esse complexo formador e norteador da conduta profissional encontram-se as atividades desenvolvidas pelos profissionais, e uma das questões é a ética nas atividades informativas, que será tratado a seguir.

3.3 Ética nas Atividades Informativas

Com o surgimento das novas tecnologias informacionais, as preocupações dos bibliotecários aumentaram consideravelmente, aliadas a elas, as preocupações éticas também se tornaram foco de análise e discussão.

Assim, as dimensões éticas relacionadas às novas tecnologias, no que tange às atividades informativas, têm sido o objeto de estudo de pesquisadores, tais como: Floridi (1999), Spinello (1999), Brey (1999), Buchanan (1999), Cohen (2000), Duncan (2000), Ford (2001), Tavani (2001), Couldry (2003) e Rothenbach e Mendina (2003).

Frente às novas tecnologias, os desafios profissionais relacionados à internet, ao acesso e recuperação da informação, à rapidez, às bases de dados e outros, demonstram que a dimensão ética da atuação profissional alcança novos aspectos, antes pouco ou até mesmo não caracterizados.

Essas discussões relacionam um agregado de preceitos éticos a serem discutidos e que devem envolver os profissionais bibliotecários em sua respectiva atuação com as atividades informativas.

Guimarães e Fernández-Molina (2003, p. 810) mencionam que a literatura internacional tradicionalmente tem focado os aspectos éticos na prática profissional em si mesma (má atuação, responsabilidade), na garantia de direitos específicos (privacidade, direitos de autor, liberdade intelectual, censura etc), nas atividades de busca e disseminação da informação e ao gerenciamento de unidades de informação (aspectos relacionados às políticas de formação e desenvolvimento de coleções).

Capurro (2004) realizou importantes indagações sobre os fundamentos filosóficos e éticos e suas raízes históricas ocidentais. Levando em consideração a filosofia ocidental e sua tradição, torna-se problemático em uma sociedade global afirmar que as bases éticas, particularmente a ética informativa, são as que podem ser aplicadas globalmente, principalmente se houver uma tentativa de criar um diálogo entre valores éticos e razões éticas num ambiente multicultural que é a internet.

De fato, seria presunçoso afirmar a superioridade da abordagem ocidental num ambiente multicultural como é a internet, devendo-se tomar conhecimento das diversas culturas existentes e suas próprias tradições históricas.

Então, a sociedade moderna pós-industrializada possui suas atividades diárias e suas interações sociais mediadas pela tecnologia da informação. Assim, a busca e a necessidade rápida por informação resultaram em um aumento dessa interação com a tecnologia da informação, o que também enseja reflexões éticas.

Floridi (1999, p. 37) relata que as teorias de padrão ético podem ser adaptadas para lidar com os problemas relacionados à ética computacional, e que qualquer entidade de informação é reconhecida como o centro de uma reivindicação moral mínima, e esse reconhecimento devia ajudar a regular a implementação de qualquer processo de informação que a envolva.

Para o autor, a ética informativa é uma perspectiva de se abordar, com perspicácia e discernimento adequado, problemas não só morais na ética computacional, mas também com alcance nos fenômenos conceituais e morais que formulam o discurso ético.

Brey (1999, p. 5) direcionou seus questionamentos para a tecnologia de realidade virtual, focalizando as opções de comportamento em tal ambiente. O pesquisador fez uma avaliação da moralidade do comportamento ‘imoral’ em realidade virtual, e da modelagem virtual de tal comportamento. Depois disso, discutiu os aspectos éticos que implicam um comportamento no mundo real e sua representação no mundo virtual.

Nesse aspecto, Ford (2001, p. 121) menciona que os meios informativos e interativos mais velhos como a televisão exercem sobre o público, de forma passiva, as ideologias.

Porém, os usuários de ambientes virtuais, interativamente, se submergem nas ideologias. Os ambientes virtuais, por natureza, são ideologias manifestadas, o que enseja maiores reflexões sobre os aspectos éticos e ideológicos propagados nessas novas esferas de interação.

Buchanan (1999, p. 200) estudou alguns aspectos significantes enfrentados pelos profissionais da informação, trabalhando principalmente com o mito do acesso global igualmente para todos. Ao descrever formas qualitativas de injustiças, como o imperialismo da informação e a discriminação das tendências culturais enquadradas nas atividades de catalogação e classificação, a autora sugere maiores atenções nas demandas de informação a partir de considerações éticas, discutindo também a disseminação da informação na internet.

A autora conclui que os princípios assegurados às nações garantem a especificidade cultural, e isso se reflete na transferência da informação em termos de acesso, disseminação, controle e construção de conteúdo, sendo que, “a era da informação guarda um grande potencial para unir pessoas e idéias diferentes; apesar disso, é imperativo salva-

guardar as exclusividades culturais e o microcosmo social que fornece às regiões do mundo a independência, liberdade de escolha e o livre acesso”.

Por sua vez, Cohen (2000, p. 35), refletindo sobre a cibernética²⁴, procura argumentar que ela representa um desenvolvimento quantitativo no aumento da velocidade, na complexidade e no anonimato das comunicações, no imediatismo, na especificidade, e também na singularidade e proximidade de encontros cara a cara. Entretanto, como qualquer outra tecnologia informacional, ela é uma ferramenta, e por isso pode ser usada para o ‘bem’ e também para o ‘mal’.

Acontece que a manipulação sofisticada de informações e a transferência quase instantânea proporcionadas por essas tecnologias, oferecem uma oportunidade de mudanças na sensibilidade moral, de forma a alertar para as obrigações e responsabilidades inerentes a essas novas práticas.

Couldry (2003, p. 96) busca identificar, teoricamente, alguns assuntos éticos sobre o tipo de espaço no qual a Internet está se tornando. Esse debate ético pode focar em uma resposta que aponta se a Internet é, ou pode ser, em parte um espaço que pode contribuir para as condições da vida pública democrática.

No âmbito dessas discussões, dois periódicos internacionais, especificamente dedicados à questão ética – *Ethics and Information Technology* e *Journal of Information Ethics* – têm abordado tais questões relacionadas às novas tecnologias.

É possível perceber nas discussões internacionais que a inserção das novas tecnologias e, por conseguinte, o comportamento diante delas, exigiu reflexões éticas, em vários aspectos, como: comportamento no mundo real e no mundo virtual, questões de direito como o acesso à informação, a influência que tais mecanismos (por exemplo, a internet) têm exercido sobre a democracia e assim por diante.

Nesse sentido, Fernández-Molina et al. (2005, p. 178) introduzem que, “as novas tecnologias da informação e da comunicação, especialmente a internet, propiciam a ruptura de fronteiras territoriais, encurtando as distâncias entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento”.

Entretanto, essa proximidade espacial proporcionada não está isenta de usos inadequados, ou ainda, de distorções, uma vez que os ambientes virtuais proporcionam qualquer tipo de disseminação informacional em pouco tempo.

²⁴ ‘Cibernética’ são formas tecnológicas de informação e comunicação.

Fernández-Molina et al. (2005, p. 178) lembram também que, “o problema da desigualdade de oportunidades para aprender e concretizar as inovações, devido ao desnível entre os indivíduos, organizações, regiões e países, parece residir na construção de uma sociedade baseada na informação que facilite o processo de construção do conhecimento”.

Em recente pesquisa, os autores analisaram os aspectos éticos das novas tecnologias da informação e comunicação, uma vez que os estudos já existentes estão mais voltados para a difusão da informação, deixando uma lacuna que é a do tratamento dessa enquanto atividade intermediária entre sua produção e seu uso.

Esse estudo, de natureza teórica e bibliográfica enfocou os artigos publicados na revista *Ethics and Information Technology*, de 1999 até 2004, verificando em algumas partes da estrutura textual desses artigos, menções sobre valores ou problemas de natureza ética, observando que, “a literatura científica sobre ética nas novas tecnologias, todavia, não tem muito claro as implicações nem o papel que as atividades de organização e representação do conhecimento exercem nesse contexto” (FERNÁNDEZ-MOLINA et al., 2005, p. 183).

Na pesquisa, o valor ético mais discutido foi a privacidade (com os problemas relacionados a sua violação, como a vigilância e o monitoramento), seguido da propriedade intelectual (abrangendo aspectos como sua limitação por meio do ‘uso restrito’, e as implicações da exclusão digital). Outros valores como a liberdade (e sua violação por meio da censura), a segurança e a responsabilidade (pelos conteúdos disponibilizados) são ainda discutidos (FERNÁNDEZ-MOLINA et al., 2005, p. 180).

Dessa forma, é evidente a necessidade de investigar o papel que o profissional da informação exerce nas atividades informativas, Fernández-Molina et al. (2005, p. 184) concluem que, “os profissionais da informação têm uma grande responsabilidade ética e, acima de tudo, devem ser críticos e conscientes do papel que desempenham no tratamento da informação em relação às novas tecnologias”.

No entanto, como ressaltam Fernández-Molina e Guimarães (2002) e Guimarães e Fernández-Molina (2003), se a literatura tem sido profícua com relação às discussões éticas no contexto das novas tecnologias de informação e comunicação ou mesmo em atividades de gestão e disseminação do conhecimento, tal não ocorre, com a mesma ênfase, nas atividades nucleares da Ciência da Informação, relacionadas à representação do conhecimento, como se verá a seguir.

3.4 Ética em Representação do Conhecimento: Valores, Problemas e Avanços.

É possível notar que, com a inclusão das novas tecnologias informacionais, aliadas a uma sociedade influenciada cada vez mais pela globalização, torna-se necessário repensar as atuações profissionais juntamente com a promoção de novas discussões éticas. Dessa forma, os valores morais ou as virtudes éticas, fins das ações éticas, frente a esses novos perfis, estão se transformando para responder às exigências da sociedade e/ou cultura.

Chauí (2003, p. 309) ensina que, “do ponto de vista dos valores, a ética exprime a maneira como uma cultura e uma sociedade definem para si mesmas o que julgam ser o mal e o vício, a violência e o crime e, como contrapartida, o que consideram ser o bem e a virtude, a brandura e o mérito”.

Como as atividades de organização, representação e difusão²⁵ do conhecimento são consideradas o centro da atividade profissional na área da informação, uma vez que esses fazeres constituem-se na ponte que une o conhecimento produzido à geração de um novo conhecimento, torna-se necessário refletir e questionar até que ponto os valores éticos estão presentes no tocante à dimensão social desses trabalhos, e no caso deste estudo, no âmbito da representação.

Na literatura, em determinados artigos são apontados alguns problemas éticos em relação à representação do conhecimento. Hjørland (2003, p. 92), discutindo sobre a indexação e condensação de documentos, exemplificou que um documento sobre judeus escrito por um autor nazista não deveria ser somente indexado como sendo sobre judeus, como ele o reivindica, pois os assuntos não são objetivamente “dados” mas, são influenciados por visões mais amplas que são importantes para o usuário ou aquele que busca pela informação, para analisar se deveria, então, idealmente ser parte da análise do assunto.

Nesse sentido, a atuação profissional no âmbito da representação do conhecimento é necessária para que o usuário tenha ciência dos documentos existentes e da diversidade dos assuntos e suas abordagens. Isso revela que essa atividade não é meramente técnica, como se pensava antes, mas sim uma atividade intelectual que exige por parte do profissional uma postura consciente e crítica, além de ser pleno conhecedor dos aspectos históricos e sociais que envolvem o conhecimento registrado e socializado.

²⁵ Organizar, representar e difundir são atividades distintas, entretanto, são complementares para que exista a geração de novos conhecimentos por parte dos receptores.

Olson (2002, p. 2) preconizou que o profissional detém, no momento em que estabelece escolhas para representar o conteúdo do documento, a preferência pela escolha do conceito, denominando-o de poder de nomear ou de rotular (*labeling*). Nessa questão é colocado que os catálogos, através dos pontos de acesso por assunto, sendo ferramentas construídas, não são dotadas de neutralidade, e refletem os valores dominantes de uma sociedade em seus substitutos para acesso ao tema.

Mai (2004, p. 40) relata que os sistemas de classificação refletem a realidade, entretanto, qualquer classificação é de fato uma visão particular do mundo e que “classificações nunca são inocentes mas riscadas com arbitrariedade e motivadas por pré-concepções e preconceitos”.

Necessariamente, as classificações são políticas, uma vez que seus idealizadores escolhem representar o conhecimento, assim, os classificacionistas impõem uma visão particular do conhecimento aos usuários, simplesmente organizando a área, e quando bibliotecários, cientistas da informação ou gestores da informação organizam uma área do conhecimento, impõem uma interpretação e dão aos usuários uma visão particular do conhecimento (MAI, 2004, p. 40).

Certamente que esses pontos de vista impostos nos sistemas de classificação são formações metateóricas, compostas de métodos que são empregados na coleta de termos e em suas relações, satisfazendo a um determinado grupo em uma determinada época.

Com isso, Mai (2004, p. 46) designa três postulados sobre os quais um sistema de classificação deve ser desenvolvido e construído:

- 1) O objetivo da classificação é produzir uma ferramenta adequada e não capturar e representar uma realidade objetiva.
- 2) A metodologia para construção de esquemas de classificação requer apoio dos estudos de interações de informações dos usuários, trabalho e hábitos, como também, as estruturas de domínios. Somente se pode contar com procedimentos e diretrizes padronizadas.
- 3) A prática dos classificadores e classificacionistas precisa ser livre de tendências para ser objetiva e neutra. O ato de classificar é inerentemente político e carregado de valor.

Nesse sentido, Rafferty (2001, p. 183) esclarece que, “as escolhas sobre a ordem, sobre quais assuntos são privilegiados e quais assuntos são subordinados são sempre ideológicas, e que é produto de uma visão de mundo particular.”

Como também foi mencionado anteriormente, a classificação bibliográfica reflete ou tem a ela atribuída uma ideologia dominante, como as decisões sobre as classes principais, as divisões, as subdivisões e sua ordenação. As classes principais, os esquemas de classes em

geral, são construtos ideológicos, e essas construções simbólicas de esquemas de classes têm conseqüências em condições políticas culturais, nas marcas ou o que está simbolicamente classificado nas bibliotecas, atribuindo importância secundária ou subsidiária (RAFFERTY, 2001, p. 184).

Os problemas de tendenciosidade na representação do conhecimento são encontrados desde o momento da criação de instrumentos e ferramentas de representação, como também por parte de profissionais no momento de sua atuação profissional, seja ao classificar ou atribuir conceitos no momento de indexação.

O produto da representação documentária em seu sentido estrito é o índice, gerado por *intermediação* da linguagem documentária, de natureza mais generalizante (pois busca o tema do documento) e com relativa independência do sistema de significação do texto (principalmente se comparado ao resumo), aspectos que podem, inclusive, gerar alguns desvios.

Em relação à concepção dos sistemas de classificação, Lara (1999, p. 46) ressalta que,

sistemas como o *Dewey Decimal Classification* – CDD e a Classificação Decimal Universal – CDU, ainda largamente utilizados no Brasil, conjugam o uso da proposta de classificação filosófica do conhecimento preconizada por Bacon (delimitação das disciplinas a partir da tríade ‘Memória, Imaginação e Razão’), bem como a indução baconiana, aos princípios aristotélicos de divisão dicotômica (ou o uso da árvore de Porfírio, uma releitura do princípio aristotélico que postula a inclusão ou não de qualidades), utilizando, por sua vez, a base decimal como meio de formalizar as subdivisões.

A compreensão desse aspecto pontuado pela autora revela que com o intuito de garantir uma *univocidade* das palavras, os sistemas de classificação perpetuam idéias e significados que podem sucumbir ao tempo e que, devido a sua base filosófica de construção, muitas vezes não se permitem uma atualização rápida e adequada.

Na busca por compreender como a sistematização das palavras atinge a autonomia do indivíduo, Silva (2004, p. 30) relata que, “a depender das condições sócio-culturais onde circulam, algumas palavras adquirem significados que ninguém ousa questionar. São palavras que parecem ter o poder de condensar em si os sentidos da vida humana”.

Dessa forma, os sistemas de classificação condicionam a representação a um modo determinado de leitura que contribui para a manutenção de padrões pré-estabelecidos. Esses sistemas impõem uma visão particular do conhecimento, e essa visão é geralmente atribuída

pelo seu idealizador. Assim, quando os bibliotecários aplicam esse sistema de classificação estão dando aos usuários essa visão particular de mundo.

Nesse aspecto, Lara (2002, p. 132) destaca que, “[...] representar conteúdos para constituir informação significa recortar, segmentar. Como qualquer segmentação, ela não é neutra, mas tributária de hipóteses de organização”.

Rafferty (2001, p. 183) analisa que o discurso dos sistemas de classificação propõe limites e regras sobre o quê e como o conhecimento será representado nas bibliotecas, gerando conseqüências sociais uma vez que essas instituições são voltadas para o aprendizado e a cultura dos indivíduos.

Freqüentemente, os sistemas de classificação pragmáticos baseiam-se em uma visão filosófica de conhecimento, e essa visão reflete uma posição político-cultural balizada pelo espaço e pelo tempo. O sistema de classificação de Dewey, por exemplo, tem sido criticado por seu ponto de vista culturalmente determinado, como é o caso do assunto Cristianismo, de grande prevalência na classe de Religião. Como ressalta Rafferty (2001, p. 185), a ideologia desse sistema revela o racionalismo, o pragmatismo e o senso comum, além de uma visão de mundo ocidentalizada, ideal e positivista.

Nesse aspecto, Olson (2002, p. 190) destaca que, como a Classificação Decimal de Dewey possui as partes arranjadas pela disciplina e não pelo tema, no momento em que os materiais relativos a grupos sociais são classificados, esses são colocados em conjuntos específicos, principalmente se eles se subdividirem em gênero, raça, religião, classe e orientação sexual, por exemplo. Isso ocorre porque não existe uma área concentrada para eles, que são assinalados em outras áreas, perdendo sua identidade. Para tanto, a autora cita como exemplo:

305.4 Mulheres

- 2 Status e papel social das mulheres. Classifique aqui discriminação contra mulheres e movimentos feministas.

Papel social e status de tipos específicos de mulheres com o tipo de mulheres em 305.43-305.48 ...

305.4 Mulheres

- 8 Tipos específicos de mulheres

- 8 Grupos raciais, étnicos e nacionais

- 96 Africanas e pessoas de descendência africana [T5]

- 073 Americanas africanas (Negras dos Estados Unidos)

Em relação aos tesouros e às listas de cabeçalhos de assunto também são apontados alguns desvios (*bias*, em inglês). É interessante destacar que já existem tesouros baseados em conceitos, como apresentado por Ingetraut Dahlberg que, por sua vez, baseou-se em Ranganathan. Entretanto, esses tesouros não têm resolvido os problemas éticos ou de multiculturalismo.

Judge (1981) destacou quatorze tipos de desvios que podem surgir durante o projeto de desenvolvimento e que prejudicam o tesouro. Esses desvios se manifestam no processo de construção do tesouro, introduzindo distorções e que se constituem em obstáculos que, posteriormente, refletirão no desenvolvimento social, tendo um efeito ainda maior na área das ciências sociais, partindo da premissa de que o conhecimento contribui para o desenvolvimento da sociedade. São eles:

1) Desvio estático associado com as categorias de substantivos.

A maioria dos tesouros usa substantivos e, por vezes, são modificados por algum adjetivo, revelando-se em um conjunto de substantivos estáticos. O tesouro, de certa forma, poderia incorporar verbos (processos) como categorias, visto que o substantivo significa um processo destituído de sua dinâmica essencial.

2) Desvio de baixo contexto associado à ciência ocidental.

Dada a influência do mundo ocidental na organização do conhecimento é fácil esquecer que existem outras abordagens de se ordenar a realidade. A imposição de uma cultura sobre outra, além de significar uma violência às perspectivas culturais, prejudica a comunicação dessas culturas.

3) Modelo de conservação de desvios.

Os tesouros necessitam acomodar novos conceitos ou categorias. Entretanto, seu crescimento se dá em termos de extensão e não de transformação, e isso resulta muitas vezes em obstáculos aos conceitos oriundos de matérias interdisciplinares.

4) Desvio disfuncional.

Os tesouros são estruturas compostas por relações entre os descritores. Cada relação é vital para o entendimento do processo ali representado, absorvendo-o e observando-o, não podendo ser insensível ao fenômeno ali codificado.

5) *Insensibilidade às implicações dos tesouros.*

Pouco é discutido em relação à organização dos tesouros e ao universo que ali é refletido, esquecendo-se dos usuários e suas reais necessidades. Nesse sentido, os usuários são esquecidos pela estrutura existente nos tesouros como, por exemplo, os baseados em grades curriculares de universidades que podem refletir currículos inadequados, e conseqüentemente, podem ser inadequados para representar uma gama documental mais ampla.

6) *Vacância nas classes do topo da hierarquia.*

Pouco esforço é destinado para esclarecer as relações existentes nas classes maiores. Geralmente, a identificação do que constituiu o topo da hierarquia aparece como um processo empírico influenciado por: prioridades pré-determinadas da instituição; números de dígitos disponíveis na primeira posição de algum código pelo qual a hierarquia é ordenada; e, divisões tradicionais do universo, o qual é refletido pelo tesouro de modo passivo.

7) *Preferência por uma manutenção 'adaptativa' dos tesouros.*

A maioria dos tesouros é *adaptada* em sua nova edição. Entretanto, essas *adaptações* são realizadas de forma a colocar assuntos novos em estruturas antigas que não previam esses fatos. Os novos tesouros, quando são projetados, não possuem compromissos com as falhas dos tesouros existentes, no sentido de que elas não venham a persistir.

8) *Investimento em sistemas rígidos e antiexperimentais.*

Os tesouros são projetados em uma de duas formas, com possibilidade de sobreposição entre elas, a saber: uma estrutura com itens providos em seu interior, usando-a na prática (*top-down*); ou, lista de itens usados na prática, por instituições diferentes, agrupados por comentários e revisão (*bottom-up*). Ambas são mantidas separadas do uso contínuo de qualquer sistema de documentação, e quando o tesouro é implementado na prática será difícil promover a experimentação de uma delas devido ao elevado custo de cada mudança.

9) *Retrato despersonalizado dos tesouros.*

Os tesouros tendem a ser retratados como estruturas abstratas, das quais elementos pessoais subjetivos são eliminados, mas esses instrumentos são construções pessoais e (como atos sociais) podem gerar respostas emocionais. E, se os tesouros expressam desvios pessoais,

ideológicos, culturais e operacionais, isso poderia estar de forma clara, por exemplo, na introdução.

10) Encobrimento de contradições.

A essência dessa situação repousa no conflito de interesses tais como os assuntos do tipo *produção econômica versus qualidade ambiental*, ou ainda, *comunicação e preservação da singularidade das diferentes culturas*. Essas polaridades são inerentemente contraditórias e essa característica é ausente na estrutura do tesouro. Acontece que alguns tesouros institucionais são projetados para excluir uma dessas polaridades, dependendo da política institucional.

11) Encobrimento de valores.

No debate a respeito da isenção de valores na ciência, especialmente nas ciências sociais, é fácil repassar essa isenção aos tesouros. Entretanto, isso não é uma verdade, visto que cada decisão tomada no projeto do tesouro é influenciada por um conjunto de valores. As categorias incluídas em alguns tesouros podem ser comprimidas, expandidas ou excluídas em outros, por razões nem tão óbvias, por exemplo, um tesouro institucional é, de fato, um dos melhores indicadores de *pré-conceitos* de uma organização.

12) Preferência por listas de estrutura simplista.

Geralmente os tesouros são compostos por listas de estruturas simples, incentivadas principalmente pela análise dos textos por bases de dados, mas isso não significa que falem relações, só que eles não são refletidos na lista. A lista é de fato uma série de pontos, mas não são concebidos como tal, pois é somente na matriz que a matéria é explicitada. Isso, muitas vezes, confere-lhe uma característica simplista.

13) Exclusão de dimensões não codificáveis.

Os projetos dos tesouros são restritos às categorias que podem ser incorporadas na lista, mas devido às discussões sobre as abordagens do conhecimento em relação ao hemisfério direito e esquerdo do cérebro, é legítimo questionar se tais tesouros não são meros artefatos da mente analítica do hemisfério esquerdo e, como tais, são incompletos funcionalmente. Isso direciona a pergunta de como as dimensões holísticas do hemisfério direito podem ser introduzidas sem violentar a natureza e a preservação das distinções vitais do hemisfério esquerdo.

14) *Conceito mecanicista de integração de tesouros.*

As abordagens atuais, em relação à integração de tesouros, são simplistas dada a escala de estruturas que o ser humano tem explorado conceitualmente. Essa integração é concebida sob dois aspectos: o *aglomerativo*, que é concebido de tal maneira que suas falhas incompatíveis não resultam em conflito entre elas; e a *fusão*, que são esforços para reconciliar as aparentes falhas incompatíveis dos tesouros, de tal forma que um novo tesouro o possa substituir. Ambas abordagens são insatisfatórias: a primeira, pela incompatibilidade entre os tesouros, gerada pela complexidade social, e a segunda, pelas exclusões ou pela fusão percebida como uma repressão.

Torna-se necessário destacar que aliados aos aspectos *aglomerativo* e de *fusão*, existem os *métodos de formação de assunto* de Ranganathan e o de *compatibilização* de F. W. Lancaster que são propostas de melhorias no desenvolvimento de tesouros.

Os desvios identificados são uma tentativa de dar forma ao que está subjacente no projeto dos tesouros, e seu reflexo no desenvolvimento da sociedade, especialmente na maneira em que reforça ou não a fragmentação social (JUDGE, 1981).

Em relação às listas de cabeçalho de assunto, Olson (2002, p. 149) verificou que em 1996 a *Library of Congress Subject Headings* – LCSH alterou seus cabeçalhos, e como um dos exemplos, cita o termo ‘Homem’, que era até então concebido como genérico para designar a humanidade, e foi substituído por ‘Seres Humanos’.

Guimarães (2005b) também estudou alguns problemas concretos e sistematizou-os, tais como:

- relativo ao **preconceito**, seja no momento da análise ou da representação, por exemplo, Lesbianismo use Desvios sexuais;
- relativo às **categorizações dicotômicas** nos sistemas de classificação, por exemplo, Religiões cristãs X Religiões não-cristãs, onde muitas vezes reside o proselitismo;
- relativo à **visão de mundo específica**, uma vez que em algumas linguagens documentárias se priorizam alguns conceitos em detrimento de outros, como por exemplo, o fato de a Classificação Decimal de Dewey se revelar a partir de uma concepção de mundo pautada pelo prisma do WASP (*white, protestant and anglo-saxon man*);

- relativo à **precisão terminológica** na representação documentária, como por exemplo, na substituição da expressão igrejas protestantes por igrejas evangélicas, caracterizando uma metonímia, visto que toma a parte pelo todo;

- relativo à **polissemia** de alguns termos técnicos, como é o caso do termo Classificação, que é pautado por lógicas distintas na Biblioteconomia e na Arquivologia.

- relativo à **dimensão do ‘politicamente correto’** na indexação, quando ao longo do tempo, expressões evoluem e adquirem maior precisão, por exemplo, *Usuários deficientes*, *Usuários portadores de deficiência*, e posteriormente *Usuários especiais*, e atualmente, *Usuários com necessidades especiais*.

Assim, entende-se que a questão da representação merece maiores estudos relacionados à influência que possa residir nesse âmbito, inclusive, no tocante ao poder que o indexador ou classificador detêm no momento de suas escolhas para representar um documento, como alertou Olson (2002).

Guimarães (2005a) observa que os problemas de natureza ética que se destacam, a partir da literatura e da prática profissional, são os que se referem ao preconceito na análise ou na representação e, ainda, nos sistemas de classificação, cujas hierarquizações estabelecem desrespeito entre diferentes culturas, reforçando a idéia de preponderância ou revelando de certa maneira proselitismo.

Assim, ao profissional da informação cabe o encargo de assegurar a diversidade de acesso às informações culturais e pessoais, onde atuam no sentido de projetar, avaliar, dar manutenção e revisar os sistemas de classificação, de forma que esses se ajustem aos princípios éticos.

Fernández-Molina e Guimarães (2002, p. 488-489) identificaram a estrutura dos valores éticos com os quais os profissionais da informação deveriam embasar suas atividades. A partir de uma sistematização da literatura da área, os autores chegaram a um conjunto de valores éticos mais diretamente relacionados com as atividades de representação do conhecimento, a saber:

- 1) *O interesse do usuário vem primeiro*. Mesmo sendo um valor mais geral, ele trata da supremacia dos interesses temáticos do usuário, no intuito de que as atividades de organização e representação do conhecimento sejam realizadas e planejadas de acordo com os interesses desses, ou seja, acima das considerações dos profissionais da informação.

- 2) *Prover serviços objetivamente, sem influência de qualquer espécie.* Esse valor reflete a necessidade de garantir a objetividade do vocabulário controlado, além dos modelos e estruturas adotadas para a organização do conhecimento.
- 3) *Prover os usuários com a mais atual e precisa informação possível.* Como frequentemente encontram-se conteúdos representados inadequadamente por meio de conceitos impróprios, esse valor se volta para a necessidade de que o processo de indexação contemple as diversas variantes do vocabulário do usuário.
- 4) *Evitar a censura na seleção de materiais de informação.* Esse valor atrai a atenção para os cuidados necessários que envolvem os julgamentos de natureza moral, uma vez que esse valor embora voltado para a seleção de materiais, também se aplica às atividades de classificação de conteúdos da internet.
- 5) *Se algum tipo de censura ou filtro existe, informar os usuários de suas limitações.* Quando um usuário não pode acessar determinado conteúdo, então ele deve ser informado sobre as limitações do sistema, deixando transparente as políticas existentes.
- 6) *Separar as crenças pessoais do serviço profissional.* Essa distinção é necessária principalmente nas atividades de representação, para que não haja interferências dessa natureza entre o conteúdo e o usuário.
- 7) *Manter a competência profissional.* Mesmo sendo um valor de caráter geral, é aplicado também na especificidade da organização e representação do conhecimento.

Os autores relatam que os aspectos éticos são raramente focados nas atividades relacionadas à representação do conhecimento, estando mais inerentes aos assuntos voltados à propriedade intelectual, direito à privacidade, à liberdade intelectual ou à conduta profissional. Esses aspectos, compreendidos como valores, foram identificados em códigos de ética profissional de vários países; entretanto, encontram-se subjacentes às atividades técnicas e administrativas (FERNÁNDEZ-MOLINA; GUIMARÃES, 2002, p. 491).

Cabe inferir que tais elementos vão ao encontro das cinco dimensões de compromissos éticos propostos por Guimarães (2000a, p. 65), a saber: com o usuário, com a organização, com a informação, com a profissão e com o próprio profissional.

Em um outro estudo, Guimarães e Fernández-Molina (2003, p. 814-815) procuraram identificar que problemas de conteúdo ético encontram os profissionais da informação quando realizam suas atividades de representação do conhecimento e que valores éticos estavam presentes nessas situações. Os autores analisaram os artigos publicados na revista *Knowledge Organization*, durante o período de 1989 até 2001, estabelecendo um domínio conceitual relativo ao tema ética.

No resultado da pesquisa foi considerado que os pesquisadores da área estão mais centrados nos produtos e instrumentos que nos processos, e que devido à natureza aplicada dos artigos, poucos têm realizado aproximações específicas em relação ao problema das competências e habilidades que conduzem a um bom ou mal fazer profissional.

Os autores sugerem que é indispensável analisar a figura do profissional da informação, que se dedica às atividades de representação do conhecimento, tendo em vista os aspectos éticos inerentes a essa prática. Entretanto, de certa maneira, é preciso separar a ética intrínseca da área, voltada para as questões específicas dos processos, produtos e instrumentos de representação do conhecimento, da ética profissional, eminentemente normativa e a cargo dos códigos de ética.

Dessa maneira, a pesquisa também revelou que o próprio esquema de classificação da área, o *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature*, possui uma lacuna, tendo em vista que não assume a ética enquanto ramificação temática.

Outra sugestão recai sobre a necessidade de que essas questões éticas sejam discutidas nas experiências educativas, uma vez que a atuação e a formação profissional dependem do desenvolvimento de competências relativas a conhecimentos específicos.

Em uma pesquisa atual, Guimarães et al. (2005, p. 284) buscaram analisar, comparativamente na bibliografia internacional, aspectos éticos intrínsecos à representação do conhecimento.

Nos resultados, os autores revelam que ainda existe uma ausência, em termos teóricos, de discussões sobre o tema. Entretanto, a hipótese colocada é de que a área possui um conjunto de valores intrínsecos a suas atividades especializadas; porém, não estão sistematizadas e nem definidas como tal, sendo geralmente mescladas com a recuperação da informação e, outras vezes, como inerente ao conceito genérico de bem fazer.

Segundo Guimarães et al. (2005, p. 279), “no processo de representação da informação surgem questões como os preconceitos que podem estar implícitos na estruturação de linguagens documentárias (por exemplo, ao estabelecer as relações de equivalência ou hierárquicas em um tesouro), e conseqüentemente, nos índices”. De certa maneira, tal fato inibirá o usuário que não terá confiança no sistema de informação, devido aos critérios empregados na representação de conteúdo.

Os autores categorizaram aspectos éticos e concluíram que a área dispõe de valores éticos, entretanto, não são assumidos como tal, ocultando-se atrás de valores mais gerais, ligados a serviços aos usuários e ao conceito de conhecimentos técnicos no tratamento da informação (GUIMARÃES et al., 2005, p. 284).

Então, os atuais sistemas de representação do conhecimento, especialmente os sistemas de classificação bibliográfica, são questionados no que se refere à inflexibilidade estrutural e funcional, implicando em uma visão reducionista do sistema, além das já identificadas tendenciosidades por parte desses sistemas.

Antonio García Gutiérrez é um pesquisador que contribuiu significativamente para a questão dos aspectos éticos inerentes à representação do conhecimento. O autor estabeleceu, através de sua Epistemografia Interativa, toda uma estrutura teórica onde permite que questões polarizadas possam, de forma dialógica, serem introduzidas sem privilégios pelo mediador.

A ética transcultural de mediação é o conceito principal apresentado pelo autor, cuja concepção se deu através de uma nova estrutura epistemológica social, ética e de princípios técnicos na organização e representação do conhecimento.

Michèle Hudon apresentou, através da sua concepção de multilingüismo, uma proposta relevante para a ética na representação do conhecimento. O tratamento igualitário entre as línguas que participam de um tesouro multilíngüe é o eixo que permite uma visão ética na concepção de instrumentos de representação.

E, Clare Beghtol também tem contribuído para sedimentar a questão da ética na representação do conhecimento. Introduziu os conceitos de hospitalidade cultural²⁶ e de garantia cultural²⁷ em contraposição aos conceitos de garantia literária e de hospitalidade temática, alertando para a necessidade de os sistemas de classificação, enquanto instrumentos de representação do conhecimento, possuírem uma estrutura suficientemente flexível que se preste à inclusão de conceitos que reflitam a diversidade cultural.

O conceito de hospitalidade cultural é proposto como um mecanismo de escolha do usuário enquanto fundamento teórico para estabelecer métodos de desenvolvimento de sistemas e teorias culturais éticos. Esse conceito pode criar uma interseção entre os aspectos éticos da globalização da informação e sua concreta implementação nos projetos de sistemas de organização e representação do conhecimento, além de sua avaliação, manutenção e desenvolvimento (BEGHTOL, 2002a, p. 527).

²⁶ O conceito de hospitalidade tem sido estabelecido como a habilidade de uma notação em admitir apropriadamente novos conceitos e acomodá-los nas relações com outros conceitos (BEGHTOL, 2002a, p. 518).

²⁷ O conceito de garantia cultural pressupõe que cada sistema de classificação está baseado nas suposições e nas preocupações de alguma cultura, seja a cultura de um país, ou de uma unidade social maior ou menor (BEGHTOL, 2002a, p. 511).

Esses pesquisadores – Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol – são analisados a seguir, uma vez que suas contribuições vão além de detectar as insuficiências éticas na representação do conhecimento, pois propõem soluções para resolver a questão. Assim, torna-se necessária uma identificação das contribuições teóricas desses autores em relação às questões éticas inerentes à representação do conhecimento.

4 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE QUESTÕES ÉTICAS EM REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Encontram-se aqui discutidas, algumas idéias de três autores que construíram conceitos sobre os aspectos éticos que se relacionam às atividades de representação do conhecimento.

O espanhol Antonio García Gutiérrez apresenta, por sua vez, toda uma teoria de reordenação dos fundamentos da organização e representação do conhecimento, propondo a Epistemografia Interativa como uma maneira de incluir as diferentes visões culturais e suas relações, estabelecendo uma ética transcultural de mediação.

A canadense Michèle Hudon direciona suas pesquisas em relação aos tesouros multilíngües, e aponta na vertente do multilingüismo um direcionamento para a elaboração de tesouros que tratem de forma igualitária questões relativas às diferentes línguas.

A canadense Clare Beghtol apresenta os conceitos de hospitalidade e garantia cultural como forma de flexibilizar os sistemas de organização e representação do conhecimento a abrangerem aspectos relativos à diversidade cultural a serem representados.

4.1 Antonio García Gutiérrez e a *Epistemografia Interativa*

As atividades profissionais, especialmente as ligadas à organização e representação do conhecimento, necessitam ser desempenhadas por indivíduos que tenham em sua formação o contínuo estímulo à reflexão crítica, acompanhada da necessária consciência da diversidade cultural existente.

Existe atualmente um desafio na área da organização do conhecimento que é promover a organização através da elaboração de instrumentos que não estejam propensos a uma dada ideologia dominante, e que respeitem as variadas formas de conhecimento. Além disso, contribuir para o avanço teórico da área, no que tange aos seus aspectos metodológicos e epistemológicos.

García Gutiérrez (2003, p. 26) lembra que a,

responsabilidade de executar os programas emancipatórios e de desenvolver **ferramentas lógico-semânticas necessariamente precedidas de princípios éticos e econômico-políticos** recai sobre os mediadores da exomemória: bibliotecários, arquivísticas, conservadores, documentalistas e outros profissionais da organização do conhecimento.

Diante de um cenário de mudanças tecnológicas, onde os registros do conhecimento também circulam através de redes digitais, aliado aos interesses de grupos dominantes resultam na necessidade de repensar a postura dos profissionais que atuam na organização e representação do conhecimento, especialmente em relação aos aspectos éticos que moldam o seu fazer; e mais ainda, nos instrumentos por eles desenvolvidos, como os sistemas de organização e representação do conhecimento, em particular as linguagens documentárias.

Dessa forma, García Gutiérrez (2002a, p. 516) argumenta que os mediadores, tais como bibliotecários, arquivistas e documentalistas, que são profissionais inseridos no rótulo de *profissionais da informação*, devem refletir e incluir em suas rotinas outros conceitos metateóricos, para dar ciência aos usuários sobre como são feitas a análise documentária e a atribuição de pontos de acesso temático, as “pistas”.

O estudioso avalia que a área de Organização do Conhecimento deve aprofundar suas teorias apoiando-se em novos paradigmas, os quais estariam amparados pela Hermenêutica²⁸ e o pensamento complexo²⁹.

Ao analisar essa proposta, Guimarães et al. (2005, p. 282), que pesquisam valores éticos na atuação dos profissionais da informação, explicam que a combinação da Teoria Crítica com a Hermenêutica, nas práticas de organização e representação do conhecimento, possibilitará uma contraposição à classificação linear e à purificação conceitual com um processo de desclassificação e desordem, no intuito de promover nova organização.

Os fundamentos positivistas de Otlet foram consolidados pela lógica neopositivista que, dessa forma, influenciou políticas e programas de organização do conhecimento no pós-guerra (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b). Nesse sentido, a área de organização e representação do conhecimento tem amparado suas teorias e fundamentos e, conseqüentemente, o desenvolvimento de ferramentas lógico-semânticas num paradigma positivista.

²⁸ SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

²⁹ MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

García Gutiérrez (2002b) ressalta que a área de organização e representação do conhecimento, aliada às mudanças tecnológicas e de comunicação, pode contribuir para os estudos sobre o que o autor denominou de exomemória³⁰, e que para isso necessita de uma mudança epistemológica que proporcione novas bases para estudar os fenômenos inerentes à área, considerando os processos documentais em um marco mais genérico dentre os processos de produção plural do conhecimento, além de considerar outras variantes cognitivas e não cognitivas.

Para o autor, a exomemória vem a ser as diversas formas de registrar o conhecimento³¹ como livros, fotografias, esculturas, quadros e tantos outros que atualmente compartilham sua forma de disponibilização e acesso em rede digital, enquanto que o processo de mediação estará a cargo de interventores, manipuladores, fiscalizadores, censores, delegados, uma vez que essas mediações contribuem para a reinterpretação da memória, e assim, constituir a cultura, a consciência e as identidades atuais (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b).

Mas, o paradigma positivista impõe alguns limites que se estabelecem como oponentes, tais como: fechamento e abertura, rigidez e flexibilidade, típico de sistemas fechados³².

Assim, muitos aspectos relacionados ao universo de conhecimentos, com as variadas culturas de complexidade inerente só podem ser admitidos em sistemas abertos, que funcionam como um complexo de redes, incorporando a questão sistêmica, oferecendo uma multilógica como modo de ordenação, entrada e saída de informação (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b).

Nesse sentido, as ciências modernas aceitam a concepção de sistema fechado através de uma lógica constitutiva demarcacionista de paradigmas. Segundo García Gutiérrez (2002a, p. 517), “demarcação, como prática humana no campo do conhecimento, é uma aproximação utópica e desnecessária da realidade quando ela pretende sistematicamente a purificação ontológica”.

³⁰ Para García Gutiérrez (2002b), “a exomemória se estende sobre territórios mais amplos que o conhecimento no sentido estrito: inclui o emotivo como registro e não só o puramente cognitivo, tanto sejam objetos ou processos de memorização.”

³¹ Em sua teoria conhecimento e memória são considerados sinônimos, em seus sentidos de registro, suporte, reprodução e fixação.

³² Nesse sistema o conhecimento é organizado de forma fragmentária, determinista e piramidal em função de uma única teoria científica ou uma cultura dominante que simplifica a ordenação do conhecimento (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b).

Dessa forma, García Gutiérrez (2002a, p. 518) alerta que, “a norma do demarcacionismo opera no subconsciente do organizador do conhecimento como uma noção guia do universo positivista otletiano. Isso já é bem conhecido, ‘um único lugar para cada coisa e cada coisa em cada lugar’, ilustra a redução da diversidade”.

Por esse e outros motivos, o pesquisador espanhol insiste na necessidade de ruptura com a normativa convencional que não reflete a preocupação com mudanças sociais e tecnológicas.

Com isso, mostra-se que, de um lado, têm-se regras de organização e representação do conhecimento baseadas em um paradigma positivista que transparece os estilos e vícios dominantes – e por vezes preconceituosos – e, de outro lado, um universo cultural, que quando representado nesses sistemas por meio dessas regras, são reduzidos de tal maneira antiética que não remetem e nem refletem a realidade de muitas sociedades e culturas.

Por isso, surge a necessidade de repensar os instrumentos e ferramentas de organização e representação do conhecimento que funcionavam bem no paradigma positivista, para o que García Gutiérrez (2002a, p. 516) propõe um novo paradigma combinando Teoria Crítica e Hermenêutica, cujo ponto de partida é a teoria e prática da classificação e organização do conhecimento.

Desse modo, García Gutiérrez (2002a, p. 518) faz observações sobre algumas considerações necessárias à organização do conhecimento em relação a discurso, memória e cultura:

1. Quanto à operação, a organização do conhecimento não só trata de organização, como já é sabido, mas também recorre a planos de seleção, análise, procedimentos transcódigos, material de acesso e representação. Esta última expressão deveria ser substituída pelo conceito de participação para lembrar democracia e a propriedade pública do conhecimento numa escala global ao invés de propriedade privada e distribuição de mercado. Estas operações, longe de serem neutras, banais ou assépticas, são todas profundamente mediadas.
2. Quanto ao campo de aplicação, nós não estamos só copiando do próprio conhecimento (isto é uma metáfora também) como um equivalente para recordar sabedoria ou exomemória, mas também de qualquer inscrição crua ou traço sobre o qual um discurso já tenha sido elaborado incluindo uma diversidade de estruturas predeterminadas e condições existentes em qualquer outro nível de produção de discurso: a existência humana não só arquiva o que eles conhecem, mas o que eles sentem, imaginam, lembram ou sonham também. Esta é a razão pela qual temos que superar a redução do conceito de conhecimento, trazendo para nossos hábitos um debate aberto sobre co-existência de *facto* de elementos epistêmicos, doxológicos e

emocional num nível triplo: produtores de textos, usuários e mediadores (epistemógrafos).

O demarcacionismo racionalista propõe fronteiras, evidenciadas, por exemplo, na atribuição de conceitos, e esses, por sua vez, são considerados utópicas purificações ontológicas. Entretanto, esse demarcacionismo faz parte das regras de representação, visto que a própria linguagem cotifica o pensamento, pois *denominar é demarcar* (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2004, p. 18).

Acontece que esses fatores, como o demarcacionismo e o positivismo proporcionam demasiada influência nos fazeres dos profissionais que atuam na organização do conhecimento. No caso do princípio de hierarquização, que possui sua origem na árvore de dualidade de Porfírio, em sistemas abertos esse princípio poderia ser substituído pelo modelo rizomático, proporcionando maior representatividade e interação, pois, a lógica demarcacionista baseia-se na exclusão, ao invés do diálogo, gerando fragmentações, descontextualização e hiperespecialização, e sendo responsável pela separação do saber (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2004, p. 50).

Além disso, o positivismo advoga em causa de uma neutralidade por parte do organizador da qual não é possível eximir-se do processo de organização e representação. Sobre isso, García Gutiérrez (2004, p. 51) ensina que, “o organizador do conhecimento tampouco escapa de mecanismos estéticos, emotivos, passionais e cognitivos que se impõem sobre sua formação técnica, habitualmente isenta de capacitação metacognitiva, e se superpõem sobre boa parte de suas práticas”.

Nesse sentido, García Gutiérrez (2004, p. 49) continua,

estes mediadores realizam um labor intensamente discursivo quando trabalham sobre discursos registrados em todos os tipos de suportes sobre os que elaboram outros discursos, geralmente sintéticos e fragmentários, mas não isentos de uma peculiar retórica e de condições de produção e recepção particulares.

Quando se nega a presença do sujeito na análise, ou ainda, do idealizador do sistema classificatório tem-se revelada, de certa forma, uma ingenuidade, que infelizmente tem estado presente no discurso dos atuais profissionais da organização e representação do conhecimento.

Aliado a esse fator, tem-se um universo cultural que não pode ser reduzido por um paradigma positivista, sob pena de não transparecer a realidade, e sim, a visão de uma posição

dominante, que não pode passar despercebida ou alheia a um profissional que atue crítica e eticamente.

Portanto, a atuação desses mediadores deve estar centrada na compatibilidade de sentidos, da diversidade, da pluralidade e da transformação social, visto que o conhecimento também está arraigado na diversidade cultural. Entretanto, se o modelo positivista requer objetividade, como é possível fazer demarcações, limitações, no intuito de estabelecer fronteiras em uma cultura?

A essa pergunta, García Gutiérrez (2004, p. 83) responde que, se a cultura é um sistema aberto, é pouco provável que se possa demarcá-la, pois “a cultura, considerada como imaginário simbólico e intangível, é uma fenomenologia exclusivamente concebível como sistema aberto, quer dizer, pensá-la ou forçá-la como sistema fechado e perpetuável é um erro”. Assim, a cultura rejeita aproximações teóricas simples, sendo que cada assunto epistêmico é um protagonista cultural, dificultando uma concepção única ou de tentar classificar as tipologias culturais (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002a, p. 519).

Dessa forma, o conceito teórico de multiculturalismo não é suficientemente crítico para auferir os direitos da diversidade e singularidade inerentes em uma cultura.

Para García Gutiérrez (2002a, p. 519) se,

simplificarmos a cultura, ou conjunto de culturas bem delimitado, isso é multiculturalismo, se nós lidamos com todas essas coisas como entidades constantes permitindo sua fragmentação em subconjuntos independentes e paralelos [...], nós conseguiremos armações culturais bem limitadas e isoladas que não terão nada a ver com o mundo real.

Então, devido à fragilidade do conceito de multiculturalismo, visto ser necessário considerar a cultura como sistema dialógico, interativo e sem favoritismos, é proposto o conceito de transculturalismo que, de acordo com García Gutiérrez (2002a, p. 520) é “um olhar transversal que deve ser colocado numa essência complexa e contraditória da demarcação metacognitiva, que está na classificação da memória e do conhecimento humano.”

Analisando a questão do multiculturalismo, Guimarães et al. (2005, p. 282) observaram que, “o transculturalismo deve transcender o plano da mera noção para alcançar o do conceito, já que este constaria de mais elementos, do ponto de vista teórico e prático, para explicar essa especialidade e temporalidade transcultural contraditória, complexa, híbrida e dialogística.”

Dessa maneira, não escapam à Organização do Conhecimento, mesmo que mediada por um profissional que acredita em sua neutralidade, os discursos culturais relativos à etnia, sexo, religião etc., além dos preconceitos que seguem esses discursos. Alertar para esses discursos discriminatórios é papel do mediador que busca trabalhar junto a uma ética que promova a confiabilidade do sistema e/ou instrumento. Entre outros fatores, é necessário que os sistemas de organização e representação do conhecimento possuam em seus fundamentos princípios éticos que promovam uma visão transcultural, e assim, proporcionem a divulgação dos variados aspectos relacionados ao conhecimento.

Assim, a ética e o compromisso crítico irão proporcionar sistemas de organização e representação do conhecimento que superem visões dominantes (que, conseqüentemente, excluem minorias), e impossibilitem práticas de poder.

Na visão de García Gutiérrez (2002a, p. 519),

é por isso que, ao invés de realidades culturais simplificadas, estudantes e praticantes têm que trabalhar juntos para construir uma ética transcultural que dê legítimo apoio à construção social da exomemória, usando categorias transculturalmente aceitáveis e, um conjunto de regras que ajude a detectar preconceitos raciais, étnicos ou quaisquer outros.

Esse cenário reforça a contraposição que o autor espanhol propôs em relação à classificação linear e à purificação conceitual, que são reducionistas e próprias de um modelo positivista, à desclassificação e desordem, pois levaria às novas possibilidades de ordenação.

Por isso, é inserida a concepção de ética transcultural de mediação na organização e representação do conhecimento que, na visão de Guimarães et al. (2005, p. 283) atua, “como fundamento, não só das desconstruções ocorridas no campo teórico, mas também da possibilidade de emergência de um novo paradigma capaz de assegurar o suporte necessário para as novas construções”.

García Gutiérrez (2002a, p. 521) reafirma a necessidade de adoção de uma nova estrutura epistemológica social, ética e de princípios técnicos na organização do conhecimento, onde nenhum discurso prevaleça sobre os outros, o que demonstra a desnecessária dominação da hierarquização; onde nenhum processo cognitivo prevaleça sobre os outros, a exceção da devida necessidade, admitindo nesses casos a hierarquização; onde nenhuma cultura prevaleça sobre as outras; onde nenhum usuário é privilegiado em relação aos demais; e ainda, onde nenhum sistema deve ignorar as forças antigravitacional e de escoamento, respeitando a devida coesão.

Portanto, o pesquisador, baseado em um novo paradigma onde, Teoria Crítica e Hermenêutica remodelam a área de organização do conhecimento, sugerindo uma “desordem do conhecimento” para que se possa reordená-lo e, possibilitando que os instrumentos lógico-semânticos recebam o amparo teórico de uma ética transcultural de mediação do conhecimento, propõe a Epistemografia Interativa.

García Gutiérrez (2002b) ensina que, “Epistemografia Interativa é o nome do objeto-problema e do conglomerado teórico-conceitual transdisciplinar criado para sua resolução e não denominação de ordem dogmática”.

A existência dos instrumentos lógico-semânticos na área de organização e representação do conhecimento tem sido concebida através do desenvolvimento de normas que muitas vezes não acompanha a flexibilidade e as perspectivas do conhecimento; por isso, é necessária a concepção de uma teoria³³ que compreenda a área por meio de sistemas complexos, interativos e flexíveis.

Dessa maneira, García Gutiérrez (2002b) ressalta que se faz necessário, “fabricar uma teoria desde a heterodoxia e desde a heteroconstrução, desde uma concepção reticular que atravesse nossas atitudes de sujeitos complexos, uma teoria estabelecida na instabilidade, apontando a incerteza, que faça de cada postulado uma presunção incompleta da realidade”.

Então, Epistemografia é uma teoria que estuda formas de resolver problemas em relação à ordenação do conhecimento, com metodologias e *corpora* transdisciplinares convenientes à heterogeneidade discursiva, à relação dos usuários com os discursos e à forma como o mediador atua nessas relações.

Com isso, não é possível falar em uma teoria estável, pois essa irá se construir sobre um problema, sofrendo transformações teóricas e metodológicas na mesma proporção que transforma o problema, uma vez que o objeto da Epistemografia é o estudo dos valores de uso dos discursos registrados como discursos reutilizáveis em uma rede transdiscursiva (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b).

A teoria epistemográfica busca ajustar a análise teórica em relação às representações que resultam da análise do conhecimento e das linguagens que proporcionam sua recuperação, pois o termo ‘epistemográfico’ significa fazer gráfico o conhecimento, representando-o e explicitando-o, porém não se limita ao conhecimento técnico e científico, mas a todas as formas de conhecimento, inclusive os registrados em meio digital (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b).

³³ Para García Gutiérrez (2002b), “teoria é o conjunto de princípios estáveis que regulam e explicam as propriedades e os métodos de observação, descrição e execução em relação aos objetos”.

Nesse sentido, alguns compromissos são inerentes à teoria epistemográfica, como:

- 1) o compromisso com o relativismo epistemológico, que proporciona um questionamento dos objetos, sujeitos, observações, métodos etc.
- 2) o compromisso com a inovação tecnológica, no sentido de entender os novos suportes e formatos de conhecimento, cultura e desenvolvimento.
- 3) o compromisso com a renovação e a evolução cultural, promovendo a atualização de atitudes e lógicas dos usos e buscas por conhecimento.
- 4) o compromisso com a manutenção da transdisciplina na construção de instrumentos lógico-semânticos.
- 5) o compromisso com os âmbitos não puramente cognitivos, uma vez que o epistêmico não os nega.
- 6) e, por último, o compromisso com a construção de uma memória diferente, no que tange aos seus conceitos de justiça e imparcialidade (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b).

Sob os pressupostos gerais que regem a construção reticular, complexa e interativa da epistemografia está o conjunto de princípios da Hermenêutica de Boaventura de Sousa Santos e o pensamento complexo de Edgar Morin que, aliados à condição sistêmica, permitem a convivência da diversidade e uma identidade complexa. Juntamente com esses princípios estão os suportes nos quais o conhecimento é armazenado e registrado, resultando em novas formas de interação (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b).

A configuração transdisciplinar aberta é entendida como concepção reticular da epistemografia, que auxilia o profissional da representação do conhecimento a entender e proceder às suas mediações. De acordo com García Gutiérrez (2002b), “com a incorporação dessas características e princípios na formação do mediador obteremos uma maior eficácia em uma direção ética, democrática e pública, que deve acometer a construção da exomemória”.

O *modelo interativo*, como um dos princípios da epistemografia, é favorecido pela internet, propiciando o pluralismo e a diversidade das interações, apesar dos interesses comerciais e da expansão do pensamento único. Esse modelo atua em três direções, a saber: no processo de entendimento dos intercâmbios cognitivos existentes na rede; na proposta de procedimentos e instrumentos de organização documental; e, nos novos enfoques de avaliação de redes, identificando crescimento, aplicação e novas alianças com outras áreas (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b).

Além disso, o modelo interativo, como um marco de redes digitais, convive com outros modelos, destacando o *modelo conservacionista* (baseado numa concepção estática do conhecimento, portanto anterior à fundação da Documentação por Otlet), o *modelo positivista*

(tendo como fundadores Otlet e La Fontaine, projeta uma organização universal, asséptica e evolutiva da documentação), e o *modelo economicista* (criado a partir da empresa moderna ou consultoria de informação, fundamentando-se na visão dinâmica da informação) (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b).

Dessa forma, segundo García Gutiérrez (2002b), “o objetivo da epistemografia interativa é abordar a relevância desde uma concepção realista, isto é, das realidades diversas e do ‘irreal’, que a extrai da borbulha positivista que tem imposto um único e drástico modo de verdade, e analisar seu impacto desde o contexto de um pluralismo de culturas e de discursos”.

Por isso, a análise dos documentos, em relação ao seu conteúdo e sua discursividade, deve ir mais além das meras técnicas e comprometer-se com os saberes culturais, que mediados através de procedimentos e profissionais consistentes na análise de conteúdo, inclusive na leitura que deve ser ‘profissional-pública’ (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b).

Para isso, é necessário, em um primeiro momento, identificar como se tem lido o texto para poder fazer comprovações e até modificações, e num segundo momento, garantir uma maior homogeneidade no processo leitor e seus resultados, independente do sujeito. Nesse sentido, a teoria busca uma identificação transdiscursiva a partir da qual se organizam os textos e os usuários num espaço interativo (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b).

Após a leitura e identificação discursiva dos textos, o mediador aplica um questionário cujo objetivo é produzir esquemas³⁴ ou metadocumentos, resultando em mapas conceituais articulados, formando a epistemografia interativa (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b).

A concepção de esquema é descrita por García Gutiérrez (2002b) como,

uma figura poliédrica multidimensional, isto é, holográfica (e perfeitamente visualizável com um programa 3D), na qual se observa uma macroestrutura constituída por vértices formados de conjuntos macroconceitos-chave e, as linhas que os unem, definem os vínculos, quer dizer, as relações de superordenação ou subordinação introduzidas pelo autor como estratégia argumentativa.

Então, de uma forma geral, essa nova lógica de organização e representação do conhecimento se encontra distribuída nas seguintes chaves (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b):

³⁴ Para García Gutiérrez (2002b), “esquemas são construtos montados sobre respostas obtidas nas categorias pertinentes ao texto”.

- essa nova linguagem deve ser considerada através de uma ótica universal, prática, do ponto de vista de seus conteúdos, idiomas, culturas, sociedades ou ideologias;
- o necessário controle lingüístico;
- deve basear-se a partir de uma organização local até a global;
- cada setor do saber, por mais local e concreto que seja, terá de pensar em um auditório universal suscetível de acesso;
- devem abandonar a lógica hierárquica e seguir uma lógica modal;
- devem basear-se numa construção horizontal, não negando a hierarquia, mas assumindo-a como uma estrutura menor;
- as lógicas relacionais das linguagens epistemográficas gerais e reguladoras dos sistemas e redes devem fundamentar-se nas epistemografias textuais concretas e nos estudos teóricos empíricos praticados sobre um usuário;
- devem considerar as tecnologias para sua própria evolução;
- devem incorporar todas as categorias léxicas significativas;
- de uma ótica semântica, as linguagens devem converter os sinônimos tanto de forma intraidiomática como interidiomática
- assumir a polissemia amparada pelos contextos, objetivando economizar o vocabulário e facilitar o acesso através de um termo que carrega várias óticas não contraditórias ou independentes como ideológicas ou culturais;
- deve assumir compromisso com a pluralidade, não podendo negar uma posição ideológica em detrimento de outra, ou ainda, muito menos ser neutra. Deve assumir a complexidade ou admitir a relação lógica que não negue o paradoxo.

Portanto, as linguagens documentárias devem, mediante essa concepção epistemográfica do texto, passar por profundas mudanças teóricas e práticas, assumir sua condição mestiça³⁵, que implica uma convivência com o complexo de maneira a se heteroconstruir numa direção livre (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002b). A seguir, têm-se as bases metodológicas da linguagem epistemográfica.

A linguagem epistemográfica surge da necessidade de ruptura com a normativa convencional de construção de instrumentos lógico-semânticos, uma vez que existe a possibilidade de ampliar a função desses como uma base de conhecimento final.

Desse modo, teve como base empírica de experimentação o Tesouro do Patrimônio Histórico Andaluz, com hipóteses que recaem sobre a possibilidade de construir linguagens

³⁵ A respeito dessa característica híbrida, denominada de mestiça pelo autor, o mesmo a exemplifica literalmente com a realidade cultural brasileira (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2004).

documentárias avançadas, sobre a potencialização do nível sintagmático, a perda do papel dominante da estrutura hierárquica entre outras.

As linguagens epistemográficas são representações cognitivas criadas a partir de construções lógico-semânticas e pertencem ao gênero das linguagens associativas (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 12).

Essa denominação – linguagem epistemográfica – García Gutiérrez (1998, p. 15) explica,

por um lado, a adjetivação inspirada na expressiva ‘Epistemologia prática’ de Gardin reflete a vocação científica desses produtos tanto em seu método de construção como em suas áreas de aplicação. Uma epistemografia supõe a representação formalizada, em uma base de conhecimento com fins documentários (de recuperação da informação), de um construto cognitivo.

De uma maneira geral, as linguagens associativas representam inovações tanto no nível léxico como na sua organização, pretendendo que o usuário sinta facilidade no uso do vocabulário. Empiricamente, é possível verificar que a maioria dos tesouros é intitulada de linguagem associativa por contar com um vocabulário emanado da língua natural, porém não pelo princípio norteador de uma linguagem associativa que é a estruturação horizontal.

Cabe destacar que a estrutura associativa é ainda um grande problema da área, dada sua complexidade. São nas relações associativas que se revela com mais materialidade a inclusão, entretanto, toda inclusão é complexa.

Para se formar uma epistemografia é necessário utilizar elementos da Semântica Estrutural, da Lingüística Documental e da Análise do Discurso, operando nos seguintes níveis:

- 1) na definição do aparato terminológico e conceitual, juntamente com modificações e os enquadramentos necessários;
- 2) na transformação das relações hierárquicas e associativas convencionais em macroestruturas resultantes de relações binárias lógico-semânticas;
- 3) na maneira de equiparar a estrutura de tesouros com outras organizações categoriais, resultando em um quadro macrocategorial;
- 4) na construção de ferramentas necessárias junto ao sistema de descrição e a metodologia;
- 5) na resolução do problema da redução dos elementos do vocabulário à determinada categoria léxica;
- 6) na criação de macrorregras e regras que afetem o vocabulário, a estrutura, o uso e as relações entre níveis (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 12).

Para García Gutiérrez (1998, p. 13), as linguagens epistemográficas em geral, e os tesouros em particular, por sua limitação e falta de recursos instrumentais e metodológicos, não resolvem o problema e lacuna dos sistemas de informação atuais, além de que sua evolução teórica e metodológica encontra-se estagnada, não desenvolvendo o eixo sintagmático do universo cognitivo, o que resulta num distanciamento do lingüístico.

Essa linguagem permite construir linguagens documentárias avançadas, com o intuito de melhorar e aproveitar os léxicos e as estruturas pois, como são construções artificiais com comportamento discursivo, potencializam o nível sintagmático e a articulação da linguagem (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 14).

Segundo García Gutiérrez (1998, p. 16), “a expressão linguagem epistemográfica representa mais uma tipologia dentro da classificação das linguagens documentárias que um produto concreto (classificação enciclopédica, tesouro, glossário etc.)”.

Na linguagem epistemográfica o vocabulário é normalizado na língua natural através de controles de ordem morfossemânticos, além de sugerir alternativas conceituais ao usuário, mediante uma rede semântica pré-construída, uma vez que é essencial que a linguagem epistemográfica assuma todas as funções do tesouro (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 18).

Dessa forma, a linguagem epistemográfica assume as funções de um tesouro como a normalização do vocabulário em língua natural mediante controle de ordem morfossemântico, e sugestão de alternativas conceituais aos usuários mediante uma rede semântica pré-construída (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 18).

A linguagem epistemográfica é formada por uma base léxica e macrorregras. A base léxica é um componente essencial, resultante da língua natural na formação do vocabulário de um determinado discurso; é o suporte de sua formação. A incorporação de substantivos, sintagmas nominais, adjetivos, verbos e demais categorias é necessária para que não ocorram lacunas léxicas e para que não haja representações distorcidas com o uso de descritores substitutos, por exemplo, devido à impossibilidade de representar conceitos contidos em adjetivos e verbos (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 24).

Essa base léxica é regida por regras de caráter morfossemântico, tais como: número, gênero e composição morfológica. Na linguagem epistemográfica a presença do número na base léxica permite estender o campo conceitual em plural ou singular no lugar de substituições ou sintagmatizações, além de controlar as polissemias. O gênero é concebido em sua dualidade masculino e feminino, devido a suficiente flexibilidade para representar com o descritor mais adequado. A composição morfossemântica assume a função de um recurso

construtivo, de união morfológica dos descritores no âmbito da pós-coordenação e nas realizações enunciativas (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 27-29).

Além disso, o uso de notas e definições junto aos descritores evita a polissemia, restringindo ou ampliando seu significado, com intuito de esclarecer o uso daquele determinado descritor. Em relação ao tratamento de equivalências dos descritores na linguagem epistemográfica, é permitido que o usuário acesse o vocabulário sem necessitar saber a forma preferida daquele, uma vez que esse tratamento desaparece devido a uma regra pertencente ao sistema que alerta sobre o emprego de sinônimos (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 31).

Até o momento, em relação às linguagens documentárias tradicionais, as propostas de mudanças da linguagem epistemográfica operam em três níveis (GARCÍA JIMÉNEZ, 2004, p. 85-86):

- o primeiro é referente à base léxica que, por incorporar o uso de adjetivos, prefixos, verbos e desinências, aproxima-se da língua natural;
- o segundo está explícito nas regras morfossemânticas que, tanto na construção quanto no uso, é permitido um número maior de opções na composição morfológica;
- o terceiro destaca-se pela valorização das relações associativas em relação às hierárquicas, potencializando o nível sintagmático.

Propriamente em relação a esse terceiro nível, García Jiménez (2004, p. 86) observa que, “a eliminação das relações hierárquicas em um nível prático pode ter efeitos de alcance que devem ser contrastados de forma quantitativa e qualitativa no que se refere à efetividade na recuperação de informação e no que afeta a sua pertinência desde o prisma cognitivo e de uso”.

Porém, a proposta da linguagem epistemográfica não é eliminar as relações hierárquicas, mas deixá-las para um segundo momento, onde se fizer necessário, para aproveitar e valorizar as relações associativas, que por sua vez, não permitem dominações, ou seja, não permitem que um assunto irá se sobrepor a outro.

A estrutura da linguagem epistemográfica se forma através dos eixos sintagmático e paradigmático.

O eixo paradigmático tem sido o suporte das classificações. Especialmente os tesauros, que são instrumentos sintagmáticos, também têm relegado esse eixo enunciativo, na medida em que operadores do tipo TR – Termo Relacionado (ou ainda, as correspondentes remissivas “ver também”), apenas demonstram dependência ou substituição de termos, uma

vez que a função substitutiva do operador TR seja válida, a função sintagmática não pode dar lugar à paradigmática (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 32).

García Gutiérrez (1998, p. 32-33) explica que, na linguagem epistemográfica, “o eixo sintagmático se introduz na lógica de todas as relações associativas como modo estruturante por excelência, tanto é assim, que cenários ou estruturas de maior relevância recolhem figuras conceituais e enunciados comportando-se como autênticos textos reais ou possíveis”.

Já com relação ao eixo paradigmático, o autor pontua: “é importante para montar as classes conceituais³⁶” (p. 33), não podendo subordinar a horizontalidade da estrutura.

Segundo Gardin et al. (1968 *apud* CINTRA et al., 2002, p. 35-36), os eixos paradigmático e sintagmático são, juntamente com o léxico, elementos integrantes de uma linguagem documentária. O primeiro traduz as relações entre os descritores, organizando-os de uma forma que se denominaria classificação, já o segundo, expressa as relações entre os descritores, feitas por regras sintáticas que coordenam esses termos em relação ao tema.

Dessa maneira, em qualquer linguagem documentária poderá ser encontrada a ordem hierárquica enquanto método, lógica ou superestrutura; entretanto, o que ocorre é que essa ordem hierárquica reflete as estruturas dominantes ou ideologias que resultam na não totalidade cultural ou a sua própria diversidade.

Por isso, não justifica manter procedimentos que resultam de uma tradição piramidal, muito menos com a justificativa da utilização da verticalidade da busca, pois resulta em uma analogia desnecessária com o resultado (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 33).

Mesmo assim, García Gutiérrez (1998, p. 33) reconhece que a ordem hierárquica “é um procedimento para compartimentar e, portanto, dividir o trabalho na fase de construção, detectar polissemias e facilitar as relações horizontais sobre campos de maior homogeneidade e simetria”.

Assim, uma linguagem documentária deve estar imbuída da necessidade de explicitar a posição ideológica adotada, visto que qualquer linguagem comporta uma definição ideológica, consciente ou não, e com isso romper com a aparente asepsia ou neutralidade, principalmente porque as relações hierárquicas também estão sujeitas às subjetividades.

³⁶ Conjunto de relações horizontais.

Então, ainda com os chamados TR – Termos Relacionados, muitos instrumentos os estabelecem de forma vaga e arbitrária; por isso, nas linguagens epistemográficas, para sustentar o nível discursivo e organizar as diferentes relações existentes criou-se a relação intercategoriaal, que recebe o nome de relação associativa, cuja determinação se faz por meio de um vetor³⁷ (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 37).

Uma linguagem epistemográfica pode ser reconhecida por suas características morfológicas e estruturais, bem como pelo tipo de chaves, operadores e recursos que utiliza. Assim, além da superestrutura, própria de qualquer linguagem ou discurso, a linguagem epistemográfica possui outros componentes estruturais como a macroestrutura, a microestrutura, vetor e macrocategoria (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 37).

Para operar os conceitos de superestrutura e macroestrutura são evocados os ensinamentos do autor holandês Teun Van Dijk. Na superestrutura os discursos são regidos por uma espécie de sintaxe total que, para Van Dijk (1990, p. 77), “define as formas possíveis em que os temas podem inserir-se e ordenar-se no texto real”. Existe uma relação entre superestruturas e macroestruturas: cada categoria da superestrutura se associa com uma macroproposição (tema) da macroestrutura semântica (VAN DIJK, 1990, p. 80).

Em relação à superestrutura, García Gutiérrez (1998, p. 37) articula que, “essa forma global do discurso pode se definir em termos de um esquema, baseado em regras, formado por categorias que diferem de uma cultura a outra, e entre as diferentes tipologias discursivas”. Esses esquemas facilitam a compreensão da superestrutura.

Em relação à macroestrutura, Van Dijk (1990, p. 55) adverte que supõe uma ordenação semântica dos temas de um texto, “o conjunto organizado de suas proposições”. Define toda a organização temática, atribuindo-lhe coerência.

García Gutiérrez (1998, p. 40) adverte que o conceito de macroestrutura é importante para as linguagens, uma vez que,

os macrodescritores e as macrocategorias temáticas equivalem às macroproposições. Aquelas contêm descritores organizados mediante regras paradigmáticas e sintagmáticas pelo que se pode comparar às proposições e sua ordem hierárquica no texto. As regras de superordenação, subordinação e associação (a macrosintaxe regida desde a superestrutura) criam conjuntos denominados campos conceituais (nos tesauros) e cenários (nas linguagens epistemográficas) cujos vértices ou etiquetas conformam a macroestrutura temática da linguagem (visível nos tesauros e virtual e dedutível nos cenários).

³⁷ Dispositivo que direciona as relações entre os termos.

A macroestrutura é o conjunto de vértices temáticos organizados, tendo como utilidade servir de base para a segmentação do corpus terminológico, dividindo o trabalho de captação e estruturação, e ainda, enquanto instrumento, serve para ajudar na localização de conceitos na linguagem de uma ótica geral e integrada (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 42).

A macroestrutura possui uma lista de etiquetas identificadas como categorias genéricas, que mantêm relações horizontais de range associativo e verticais do tipo toda/parte ou gênero/classe (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p.43).

Então, a macrocategoria se identifica por ser uma categoria de primeiro nível da macroestrutura, representando óticas universais baseadas na abstração e, portanto, não representam diretamente conceitos e objetos reais do discurso que organizam (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 43).

De acordo com García Gutiérrez (1998, p. 43), “as macrocategorias e categorias são sempre niveladoras quando sua presença é exclusivamente organizativa (são recursos conceituais internos da linguagem) e não se podem usar para acessar a base de dados e nem serem obtidas como respostas factuais”.

Enquanto as categorias formam a base dos campos conceituais, a função essencial de cada macrocategoria é atribuir a cada termo, da base léxica, o sema principal que os marca como próprios, uma vez que a categoria afeta a toda a linguagem, e as macrocategorias encontram-se somente na superfície (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 43).

García Gutiérrez (1998, p. 43) destaca que esses semas podem converter-se em macrocategorias à medida que cumprem os seguintes princípios:

- Universalidade: categorias válidas para cada um dos elementos da linguagem e dos objetos, conceitos ou imagens representados por eles;
- Evidência: sua denominação e cobertura são compreensíveis e lógicas;
- Exclusividade: as macro não solapam sua área de cobertura;
- Indutivas e validáveis: sua obtenção provém do comportamento e estado atual dos conceitos em um discurso que, mediante generalizações, criam estratos mais amplos até chegar ao definido por um equação de categorias comprováveis no estrato mais concreto.

A macroestrutura é determinada através da interação e avaliação de categorias e macrocategorias, uma vez que essas últimas organizam o trabalho de construção e regulam o acesso à linguagem, possuindo uma definição empírica, convencional, ou seja, sujeita a idiosincrasias do discurso e da lógica na qual foi esquematizada (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 44).

Segundo García Gutiérrez (1998, p. 44), “a equipe que constrói o tesouro dispõe, de momento, de três ferramentas construtivas que deve articular: uma base léxica obtida do discurso que vai ser representado, uma macroestrutura que esquematiza, parcela, dá coerência e facilita a segmentação temática e uma microestrutura”.

A microestrutura se estabelece através de critérios relacionais que afetam binariamente os conceitos, portanto, em sua formação ou a maneira como se estabelece as relações dos descritores são definidas por um vetor, que enquanto elemento virtual é gerado a partir das combinações binárias existentes entre as macrocategorias aplicadas em nível microestrutural (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 44).

Então, as macrocategorias, devido a sua origem empírica e aplicada, organizam os campos conceituais, desde uma ótica universal abstrata, sendo que o vetor auxilia a combinação de elementos macroestruturais no ambiente microestrutural (GARCÍA JIMÉNEZ, 2004, p. 87)

O método da linguagem epistemográfica está submetido em uma investigação baseada nas vias indutiva e dedutiva. García Gutiérrez (1998, p. 45) esclarece que, “ao longo do período de construção de uma linguagem epistemográfica, se observa um confronto permanente entre os enfoques indutivo e dedutivo. Assim, a base léxica inspira e, inclusive, impõe os esquemas macroestruturais.”

A combinação dos dois enfoques – dedutivo e indutivo – é conhecida como sendo um método misto que, desta maneira, resultará em uma linguagem especificamente adaptada ao usuário.

Como a macroestrutura é concebida por via predictiva, com os testes necessários para a validação dos termos, ela sofrerá modificações, principalmente porque elas cruzam as aproximações dedutivas com a indução (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p.45).

García Gutiérrez (1998, p. 45) esclarece que, “a metodologia referenda os parâmetros procedimentais considerados na primeira Is2788 (1974) quando se referia à possibilidade de construir tesouros teóricos pelo denominado ‘método global’ (inspirado na gestalt), ou bem empíricos seguindo as pautas de um ‘método analítico’ ou *a posteriori*”.

Por fim, cabe ressaltar que a metáfora ‘cenário’ possui uma aplicação na linguagem epistemográfica equivalente a de classe conceitual, uma vez que estrutura horizontalmente as relações entre descritores de diferentes campos conceituais.

Segundo García Gutiérrez (1998, p. 45), “o cenário, de uma ótica estrutural, é um sistema de conceitos, representados por descritores e identificadores, que mantém em seu interior um conjunto de relações sintagmáticas e paradigmáticas”.

Já, se o seu entendimento verter-se pela ótica temática, García Gutiérrez (1998, p. 45) descreve que, “é uma epistemografia ou construto cognitivo elaborado a partir de uma ordenação primária de conceitos, derivada da intersecção de todas as macrocategorias pertinentes”.

Como no cenário confluem os conceitos teóricos de macro e microestrutura, possuem alguns princípios determinados como ter contrapartida discursiva ratificada por algum especialista; na existência de alguma lacuna sêmica, sua relação se dá com os níveis imediatamente superiores, inferiores ou justapostos; deve possuir interface amigável, que permita navegação por encadeamentos ascendentes e descendentes, oferecendo relações de coordenação e associação, bem como reter essas navegações na memória; por fim, o cenário se forma a partir da macroestrutura (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p. 46).

4.2 Michèle Hudon e o *multilingüismo*

Membro ativo da *ISKO – International Society for Knowledge Organization*, a pesquisadora e professora da Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade de Montreal, no Canadá, Michèle Hudon conduz suas atividades enfocando as estruturas de classificação e os usos e projetos de tesouros, com especial ênfase ao uso de definições terminológicas em tesouros, principalmente no que tange aos tesouros multilíngües.

As discussões e os trabalhos que envolvem os tesouros multilíngües tratados no âmbito da área de Organização do Conhecimento nutrem a necessidade de construir uma discussão sobre a abordagem ética que permeia a construção da estrutura de instrumentos e práticas profissionais.

No que se refere à ética nas atividades de representação do conhecimento, existem diversos tipos de razões idiossincráticas para que os profissionais possam avançar além das próprias fronteiras, principalmente porque suas práticas profissionais, como a categorização e representação de assuntos, estão baseadas na linguagem e na cultura, caminhando para uma atuação ética.

Essa questão pode ser exemplificada quando um produto ou serviço direcionado a um público-alvo, cujo idioma seja o francês, pode requisitar estruturas semântica e terminologicamente distintas de seu similar em inglês ou outra língua.

Em relação aos tesouros multilíngües, Hudon (1997, p. 85) relata que,

o desenvolvimento de um tesouro multilíngüe é muito mais do que agrupar diversos tesouros monolíngües. O verdadeiro tesouro multilíngüe oferece inventários conceituais e terminológicos completos para cada língua representada; mais importante apresenta uma estrutura completa de tesouros (i. e. toda relação semântica de equivalência, hierarquia e afinidade) em cada uma das línguas, de modo que o usuário possa consultar a versão lingüística mais apropriada para ele, sempre na mesma quantidade de informação semântica.

Segundo Hudon (1997, p. 84), a barreira imposta pela língua tem se tornado um ponto crítico na transferência de informações e, principalmente, na análise e representação de conteúdos informacionais.

As linguagens documentárias de acesso controlado, como os tesouros multilíngües, têm contribuído para o rompimento dessa barreira lingüística, proporcionando o acesso informacional por usuários pertencentes às culturas que possuem línguas distintas.

Entretanto, Hudon (1997, p. 84) destaca alguns problemas que estão associados aos tesouros multilíngües, tais como:

- o aumento da língua, ajustando-a a uma estrutura conceitual estrangeira e tornando-a reconhecível apenas aos seus próprios falantes;
- se é apropriado ou não transferir toda uma estrutura conceitual de uma cultura para outra;
- traduzir literalmente os termos de uma língua fonte em expressões sem sentido para a língua-alvo, entre outros.

Porém, os desafios estão voltados para a elaboração de tesouros multilíngües que proporcionem completo respeito às línguas envolvidas, que resultará em melhores reflexos às várias estruturas terminológicas e conceituais, proporcionando a necessária familiaridade do usuário final com o instrumento.

É nesse ponto que se destaca a dimensão ética nos trabalhos da pesquisadora e que são relevantes para ampliar as discussões sobre sua aplicação no âmbito da organização e representação do conhecimento, uma vez que se destaca o desenvolvimento de tesouros multilíngües, imbuídos de uma dimensão cultural e política em seu processo (HUDON, 1997, p. 85).

Proporcionar um tratamento igualitário às línguas envolvidas nos tesouros multilíngües não se limita à identificação de um conceito equivalente, mas busca saber possíveis soluções para problemas de natureza administrativa, lingüística e semântica, e também de ordem tecnológica. Esses problemas podem ser dirimidos, por exemplo, com as *Guidelines for the establishment and development of multilingual thesauri* [ISO 5964:1985],

visto que essas diretrizes ilustram e descrevem uma gama de procedimentos para tratar tais desafios.

Por isso, destaca-se a importância de que o tesouro multilíngüe possua uma estrutura semântica completa, onde se possa oferecer um tratamento igualitário das línguas envolvidas. Dessa forma, o tesouro multilíngüe, enquanto ferramenta auxiliar na indexação, permitirá também que os documentos possam ser indexados em uma ou mais línguas (que a do documento ou do centro de informação), tornando-se um instrumento que ligará culturas e facilitará a comunicação interlingüística (HUDON, 1997, p. 85).

Nesse cenário, Hudon (1997, p. 85) assinala três abordagens de construção de um tesouro multilíngüe, a saber:

- tradução de uma ou mais línguas novas de um tesouro monolíngüe existente;
- fusão e/ou conciliação de vários tesouros monolíngües existentes;
- desenvolvimento simultâneo de versões lingüísticas distintas.

Essas três abordagens envolvem o impedimento de um imperialismo cultural, e que, apesar dos problemas práticos³⁸ que resultam da segunda abordagem é possível que o processo resulte em uma harmonização de terminologia³⁹ (HUDON, 1997, p. 85).

Hudon (1997, p. 85-86) também descreve duas perspectivas sob as quais os tesouros multilíngües são elaborados, relativas no que tange à identidade e simetria da estrutura semântica nas várias versões lingüísticas do tesouro.

Em relação à perspectiva das estruturas idênticas e simétricas das versões lingüísticas de um tesouro, cada descritor possui um único equivalente na língua-alvo e será tratado como termo igual, ou seja, não existem variações. Entretanto, isso artificializa a língua, uma vez que ocorre a atribuição de equivalentes que não existem.

Já a perspectiva das estruturas não idênticas e não simétricas possibilita que o número de descritores em cada versão lingüística possa variar. Dessa forma, um conceito que existe numa determinada cultura será representado em sua língua mas, se esse mesmo conceito não existir em uma outra cultura será improvável representá-lo.

Em um tesouro multilíngüe é necessário que haja um tratamento igualitário das línguas, uma vez que ele reflete o universo de conceitos e termos de cada cultura e língua representada (HUDON, 1997, p. 86).

³⁸ Tais como de estrutura, níveis de pré-coordenação e de especificidade, além da cobertura proposta no tesouro.

³⁹ Segundo Gilreath (1992, p. 135), “harmonização é o processo no qual diversas posições são amplamente reconciliadas e assimiladas em uma única posição. Em relação à terminologia existem quatro fatores que necessitam ser harmonizados: conceitos, sistemas de conceitos, definições e termos. [...] As principais vantagens da harmonização são: comunicação e produtos terminológicos melhores.”

Atualmente, o fluxo informacional aumenta exponencialmente, seja através de tecnologias que permitam aos indivíduos se comunicarem em tempo real, ou que as informações estejam disponíveis pela internet. Com isso, as barreiras geográficas foram transpostas mais facilmente, entretanto, a barreira lingüística é um ponto relevante a ser discutido.

De acordo com Hudon (1999, p. 156), a atuação profissional dos indexadores tem sofrido significativa mudança, promovida, principalmente, pelo fácil acesso às fontes de informação estrangeiras.

A autora canadense analisa que o aumento do fluxo informacional apoiado por tecnologias de comunicação transpõe barreiras geográficas mas ainda enfrenta barreiras lingüísticas, como um aspecto considerado de *multilingüismo* em um novo mundo informacional (HUDON, 1999, p. 156).

Esse aspecto é explicado, de certa forma, pelo acesso às fontes de informação estrangeiras disponíveis na internet e que, mesmo não sendo na língua do usuário, torna-se necessário compreender essas fontes. Esse desafio é ainda maior quando a atenção se volta para o acesso simultâneo às várias línguas disponíveis.

Para Hudon (1999, p. 156), a língua é um dos fatores que influenciam as propostas científicas, culturais e de negócios. Por isso, predomina a língua de uma nação dominante. Assim, os interesses das autoridades ficam disponibilizados em uma língua de elite que, na maioria das vezes, as massas não entendem.

É compreensível que se maximize a promoção do acesso multilíngüe devido aos vários fatores existentes, inclusive no tocante à divulgação científica⁴⁰, sob pena de não ocorrer a compreensão da evolução do conhecimento e, conseqüentemente, da ciência. Além disso, a conseqüência de não ter acesso às produções científicas em línguas menos lidas e conhecidas poderia ser considerada um atraso no progresso científico e, também, uma perda de tempo e dinheiro devido à recondução de pesquisas (HUDON, 1999, p. 157).

Apesar de a língua inglesa ser considerada uma língua franca na comunicação técnica e científica, ainda está longe de ser aceitável enquanto remoção da barreira lingüística, principalmente por razões políticas e nacionalistas, levando em consideração o fato de que a língua, além de mediar a transmissão de idéias, também é a expressão cultural de uma nação (HUDON, 1999, p. 157).

⁴⁰ Wellisch (1978, p. 81) lembra que os exemplares mais antigos de índices em mais de uma língua são aqueles encontrados em livros sobre ervas e remontam o final do século XV e começo do XVI.

Para Hudon (1999, p. 158), existem quatro categorias de problemas relacionados à língua, a saber:

- problemas de codificação: essa primeira categoria de problemas está relacionada com o reconhecimento de caracteres e de letras, principalmente os de alfabetos não latinos;
- problemas morfológicos: estes problemas estão relacionados ao fato de que muitas palavras e termos podem aparecer em mais de uma forma em qualquer língua flexível, ocorrendo múltiplas ortografias para a mesma expressão verbal, por exemplo:

Behaviour / Behavior Clé / Clef

Outras variações de problemas morfológicos são de natureza gramatical, as várias formas de uma palavra podem indicar seu número, gênero, e em algumas línguas, sua função no discurso. Exemplo:

Student / Students Étudiant / Étudiante / Étudiants / Étudiantes

- problemas terminológicos/léxicos: estão relacionados ao vocabulário que é usado para produzir e indexar documentos e para buscar informação. Uma palavra é a representação verbal de um conceito; entretanto, um mesmo conceito nem sempre é representado pela mesma palavra. Isso ocorre pelo fato de que, dentro de uma mesma língua natural, as diferentes representações verbais carregam marcas e usos nacional, regional e local. Exemplos:

Lift / Elevator Câncer / Carcinoma Grandmother / Grand-mère / Abuela

Nesse aspecto, Hudon (1999, p. 158) destaca que as línguas são mais que um conjunto de palavras e regras que as combinam, “as línguas são acima de tudo estruturas léxicas e conceituais organizadas, as quais refletem a forma como seus falantes vêem e interagem com a realidade do mundo”.

De acordo com a autora, “é simplista acreditar que tudo no mundo possa ser organizado em categorias ou classes distintas umas das outras, reconhecidas em cada cultura, e adotadas como base para cada língua”.

Certamente esses fatores e dificuldades influenciam a tradução dos termos de uma língua natural para outra e que são presentes na atuação dos profissionais da informação. Assim, ressalta a autora, tem-se em vista que a passagem de uma língua para outra deixa ambigüidade quando um termo possui mais de um equivalente em outras línguas, como por exemplo, em francês o termo *beau-père*, que possui seus equivalentes em inglês, *stepfather* e *father-in-law* (HUDON, 1999, p. 158). Veja-se, nesse exemplo, que a questão terminológica

resgata elementos culturais, visto que o qualificador atribuído a pai são de distintas naturezas: belo (*beau*) em francês *versus* substituto (*step*) ou legal (*in-law*) em inglês.

- problemas conceituais: ocorrem principalmente quando impedem a recuperação ou dificultam a identificação de equivalentes entre as línguas, prejudicando, por exemplo, as buscas em bases de dados que contêm documentos em várias línguas.

Hudon (1999, p. 158) reconhece os benefícios que a tradução trouxe para o estudo das línguas naturais e dos fenômenos lingüísticos em geral. Além da tradução, destacam-se outras propostas de solução, a saber:

- o aumento da competência lingüística individual;
- a melhoria na qualidade e no conteúdo significativo como informação secundária;
- a melhoria na qualidade e no aumento de ferramentas lingüísticas como os bancos terminológicos, glossários e tesouros multilíngües;
- a melhoria na qualidade e aumento de serviços de tradução automatizados.

Essas soluções são úteis para prover acesso aos documentos em ambientes multilíngües.

É notória, como se percebe, a influência dos problemas e possíveis soluções mencionadas no trabalho do profissional da informação, no tocante às atividades de representação do conhecimento, como a combinação de vocabulários controlados e traduções automatizadas em ambientes multilíngües.

Nesse sentido, o tratamento igualitário às línguas envolvidas, seja nos vocabulários controlados ou nos tesouros, bem como nos sistemas de tradução automatizados, é um dos aspectos éticos que permeiam as atividades dos profissionais de organização e representação do conhecimento.

Segundo Hudon (1999, p. 159), destacam-se dentro do trabalho desses profissionais, as linguagens controladas que são testadas com sucesso, como os bancos léxicos (dicionários multilíngües de língua geral), banco de termos (inventários multilíngües de uma área especializada, com definições e equivalentes dentro e entre línguas), tesouros multilíngües (grupo estruturado de termos usados para indexar e recuperar documentos em várias línguas em um domínio específico do conhecimento).

Uma ferramenta multilíngüe deve respeitar a igualdade essencial de todas as línguas naturais envolvidas, bem como a representação de seus conceitos, porque essas estruturas refletem como os falantes representam o próprio mundo, que por ser uma questão cultural deve ser permeada pelos sistemas de representação do conhecimento para que o

usuário que pertence àquela cultura possa perceber suas crenças representadas no sistema (HUDON, 1999, p. 159).

Os indexadores possuem um papel principal na transferência da informação, bem como sua representação nos sistemas por eles elaborados, não somente pelo o que eles fazem, mas também no que eles acreditam sobre a importância, a qualidade e o acesso igualitário à informação (HUDON, 1999, p. 159).

Aliado a isso está a crença de editores que reconhecem a importância da indexação dupla para documentos bilíngües, além da necessária verificação da integridade do conteúdo em publicações traduzidas de uma língua para outra.

Assim, a questão do multilingüismo está inserida na atuação dos indexadores, que devem estar cientes das barreiras existentes, atuando de forma a concretizar uma representação bem próxima às crenças do usuário (certificando-se de que muitas representações verbais diferentes de um conceito apareçam no índice), e que a consistência de expressão (a certeza de que as condições usadas para representar conceitos são sempre as mesmas) será benéfica para os usuários (HUDON, 1999, p. 159).

Hudon (2003, p. 115) ressalta a funcionalidade dos tesouros com a possibilidade de aprender e assimilar a informação. A autora, ao descrever sobre os quarenta anos de existência dessa ferramenta, afirma que as relações semânticas são recursos necessários no entendimento do conhecimento representado, uma vez que essas relações permitem ao usuário e ao próprio indexador entender a estrutura lógica de um domínio e como ele é representado na literatura.

O desafio agora é propor maneiras para que essa ferramenta atue com a mesma eficiência no ambiente da rede mundial de computadores. Estruturas semânticas exploradas por *hiperlinks*⁴¹ e com uma formatação que permita acesso aos conceitos (em sua ordenação dentro do domínio).

Mesmo com produtos semelhantes como as ontologias, taxonomias, redes semânticas e os esquemas de classificação, o futuro dos tesouros estará atrelado ao auxílio de outras áreas como a Lingüística, mas com discussões que permanecem sob a responsabilidade de seus idealizadores, tais como as questões das relações diferentes para diferentes categorias de usuários, de domínios científicos e tecnológicos às humanidades, de cultura a cultura e assim por diante (HUDON, 2003, p. 118).

⁴¹ Hiperligações de hipertexto. São as palavras destacadas ou as figuras de um hipertexto que produzem um salto para outra página da web ou para outra parte da página exibida (SANTOS; RIBEIRO, 2003, p. 148).

Silva e Fujita (2004, p. 157) realizaram um estudo, onde analisaram e discutiram o desenvolvimento teórico da indexação e sua influência na prática do indexador, sobretudo na determinação de cabeçalhos de assunto, cujo fator de importância é a determinação do assunto. As autoras ressaltam que essa determinação pode ser agravada pela dificuldade de uma linguagem que irá representá-lo e apontam os estudos que procuram saber como o indexador age na escolha de conceitos para representação do assunto do documento.

É oportuno, nesse momento, agregar a esse fator de atuação do profissional o aspecto ético envolvido em suas atividades, durante o processo de escolha de assunto, uma vez que esse indivíduo sofre influências de suas crenças, além das questões sobre a política institucional onde ele atua e da forma como ele trabalha com o conteúdo informacional, inclusive o modo como se realiza a leitura documentária.

4.3 Clare Beghtol e a *garantia e hospitalidade cultural*

A canadense Clare Beghtol é membro atuante da *ISKO – International Society for Knowledge Organization*, onde também esteve sob sua presidência. É professora e pesquisadora da Faculdade de Estudos da Informação, na Universidade de Toronto, no Canadá.

A pesquisadora direciona seus estudos para as questões dos sistemas globais de organização e representação do conhecimento, principalmente no tocante às questões de acesso, cultura e ética, uma vez que organizar e representar o conhecimento não são processos diretos.

A caracterização dos atributos físicos e de conteúdo das obras, seus suportes, acesso às informações em níveis global e local, diversidade de línguas, indivíduos que pertencem às várias culturas, grupos étnicos e religiões são componentes que não foram extensa e intensamente analisados quando se iniciou a era da informação.

Com isso, Beghtol (2002a, p. 508) sugere questões que tratam das dimensões éticas da organização e representação do conhecimento no contexto global de acesso à informação, no intuito de identificar o significado da globalização da informação e do conhecimento; de saber quais as dimensões éticas da organização e representação do conhecimento; e dessa forma, relacionar tais dimensões e a globalização. Assim, torna-se

possível compreender as implicações que as dimensões éticas têm para o desenvolvimento de sistemas de representação do conhecimento.

Nesse sentido, a autora propõe conceitos teóricos que apoiem um sistema eticamente baseado na organização e representação do conhecimento e se ele é eticamente aceitável. Para isso, foca-se a globalização, a cultura e a representação do conhecimento.

Beghtol (2002a, p. 508-509) analisa que a globalização está intimamente ligada à propagação das tecnologias de informação e ao capitalismo mas, que mesmo assim, alerta que não são todos os países que conhecem as potencialidades tecnológicas da informação.

Já em relação à cultura, Beghtol (2002a, p. 509) relata que seu conceito é transdisciplinar e, em geral, descreve vários fenômenos, uma vez que, “as discussões sobre cultura se referem a valores compartilhados, história, língua, memória coletiva, atitudes sociais, preferências e práticas, entre outros”.

Um indivíduo pode pertencer a várias culturas diferentes em muitos níveis diferentes e, podem, dessa forma, discordar sobre os assuntos inerentes a um determinado nível de sua própria cultura. Os limites dentro de uma cultura podem ser vagos e criar conflitos ou tensões culturais. Por isso, enquanto sociedade, os indivíduos podem ser multiculturais, multilíngües e participar de atividades multidisciplinares (BEGHTOL, 2002a, p. 509).

As culturas não são estáticas ou inertes, uma vez que seu legado só resistirá se as pessoas o protegerem e perpetuarem. É assim que se formam as relações de uma cultura com suas necessidades informacionais, que tipo de informação precisam e qual o destino que será dado a ela, sobretudo, a razão pela qual essa cultura valoriza a informação (BEGHTOL, 2002a, p. 510).

Uma cultura reside em sua informação. Para Smith (2001, p. 534), “as diferenças culturais formam os modos com os quais as pessoas se relacionam com a informação e o seu papel na sociedade”.

Beghtol (2002a, p. 511) descreve que na literatura de organização e representação do conhecimento, a suposição de que os indivíduos em diferentes culturas necessitam de diferentes tipos de informação é conhecida como ‘garantia cultural’.

Garantia cultural é um termo baseado no termo ‘garantia literária’ de Hulme (1911 e 1912) e foi inventado por Lee (1976).

Segundo Beghtol (2002a, p. 511), garantia cultural significa que, “qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser apropriado e útil para os

indivíduos em alguma cultura, somente se for baseado nas suposições, valores e predisposições daquela mesma cultura”.

É por essa razão que os sistemas de organização e representação do conhecimento são artefatos culturais.

A garantia cultural aumenta, por sua vez, a complexidade de organizar e representar o conhecimento, e conseqüentemente, torná-lo disponível globalmente para os usuários de outras culturas em diversas situações. Tal fato resulta em algumas dúvidas, por exemplo: como propor soluções para as tensões entre os métodos de acesso, ou ainda, como incorporar garantias culturais distintas em sistemas de organização e representação do conhecimento, integrando-os e negociando entre suas prioridades distintas (BEGHTOL, 2002a, p. 512).

As novas tecnologias proporcionaram novos dilemas éticos, o que requer novos esforços em descobrir soluções para esses dilemas dentro de um sistema ético. Por isso, Beghtol (2002a, p. 513) ressalta a necessidade de encontrar soluções para as preocupações éticas que resultam da análise entre a globalização cultural e os sistemas de organização e representação do conhecimento. Segundo a autora, “podemos descobrir caminhos para construir perspectivas éticas no projeto, construção, manutenção e revisão de sistemas de organização e representação do conhecimento para acesso global à informação”.

O resultado seria um fundamento multiético que construiria uma garantia ética para sistemas globalizados de organização e representação do conhecimento (BEGHTOL, 2002a, p. 513).

Esses sistemas são a ponte essencial na integração da informação e conhecimento entre fronteiras culturais, sociais, nacionais, espaciais, temporais, lingüísticas e de domínios, que dependem de adequados sistemas de organização e representação do conhecimento, tais como os códigos de catalogação, os sistemas de metadados, os tesouros, as ontologias, as taxonomias e os sistemas de classificação (BEGHTOL, 2005, p. 903).

Brey (2000) sugere um modelo em três níveis para uma pesquisa explícita sobre ética computacional, e Beghtol (2005, p. 903) recomenda que esse modelo possa ser adaptado às pesquisas sobre os aspectos éticos em sistemas de organização e representação do conhecimento. São eles:

- a) nível de descoberta, onde ocorre uma análise do sistema sob alguns valores éticos;
- b) nível teórico, onde as principais teorias éticas são identificadas e refinadas;
- c) nível de aplicação, onde as principais teorias são aplicadas aos resultados de pesquisa do nível de descoberta.

Os sistemas de organização e representação do conhecimento precisam de um padrão de precisão no intuito de melhorar as representações nele inseridas, evitando práticas tendenciosas de classificação e catalogação sob aspectos dominantes, ou ainda, evitar prejuízos nas representações de matérias sobre política, religião, cultura e língua. Entretanto, o assunto e as questões sobre o combate ao preconceito na organização e representação do conhecimento não têm sido extensamente pesquisados e discutidos (BEGHTOL, 2002a, p. 516).

Beghtol (2005, p. 904) ensina que prevenir e remover representações equivocadas tem ligações relacionadas às tomadas de decisão baseadas na ética. Essas decisões estão colocadas de duas formas:

- a) tomada de decisão sobre como corrigir práticas antiéticas que têm surgido ou podem surgir em sistemas de organização e representação do conhecimento, e;
- b) tomar esses tipos de decisões de um modo ético.

Então, o conceito de garantia cultural oferece suporte teórico à estrutura ética para os sistemas de organização e representação do conhecimento, pois significa que as culturas profissional e pessoal do usuário e do profissional da informação garantem o estabelecimento apropriado de campos, termos, categorias e classes nesses sistemas (BEGHTOL, 2005, p. 904).

De acordo com Beghtol (2005, p. 904), “a garantia cultural fornece análise lógica e de autoridade para as decisões sobre quais conceitos e quais relações entre eles são apropriados para um sistema específico”.

Então, um sistema que não é estabelecido sob o aspecto da garantia cultural não será adotado para busca e recuperação, uma vez que o usuário não reconhecerá nele sua visão de mundo representada. Por exemplo: cada país possui seu sistema educacional próprio, e os usuários em cada país buscarão por informação sobre educação do ponto de vista do sistema educacional que lhes são peculiares (BEGHTOL, 2005, p. 904).

Para Beghtol (2002a, p. 517), no domínio da organização e representação do conhecimento, em que predominam as decisões sobre categorias, o reconhecimento de preconceitos dependerá de técnicas especializadas em análises estruturais e semânticas detalhadas e, na (re)interpretação de sistemas específicos de organização e representação do conhecimento.

O resultado dessa análise expõe um dilema, uma vez que os sistemas são úteis quando refletem a garantia cultural de um grupo específico e são compreensíveis e aceitáveis pelos indivíduos que procuram perpetuar aquele mesmo grupo. Por outro lado, qualquer

cultura coerente e coesiva reflete várias posições sobre o mundo, sobre as pessoas, a sociedade, e sobre a informação. E essas posições não são, necessariamente, verdades ou aceitas por outras culturas (BEGHTOL, 2002a, p. 517).

A expansão cultural da tecnologia de informação gera conflitos éticos para o estabelecimento de sistemas globalmente aceitáveis de organização e representação do conhecimento. Segundo Beghtol (2002a, p. 517), “para ser útil e apropriado aos indivíduos de diferentes culturas, deve ser baseado potencialmente em garantias de conflito daquelas diferentes culturas. Especificidade cultural demanda respeito mas, a especificidade de uma cultura pode estar em conflito com a especificidade de outra cultura”.

Por exemplo, os sistemas de classificação enciclopédicos tais como a Classificação Decimal de Dewey, a Classificação da Biblioteca do Congresso Americano e a Classificação Decimal Universal têm, historicamente, fornecido assuntos ao cristão ocidental e mais análises detalhadas para essa tradição do que para a tradição hindu oriental como está baseada a Classificação dos Dois Pontos de Ranganathan (BEGHTOL, 2005, p. 905).

Qualquer grupo que seja marginalizado por uma cultura dominante não será devidamente representado em sistemas específicos de organização e representação do conhecimento. Em relação aos sistemas de acesso global, a garantia cultural adotada por eles será apropriada para alguns grupos enquanto que para outros não. Essas diferenças precisam ser discutidas de maneira ética separadamente, e a forma para resolver esses valores divergentes entre os grupos é adotar fundamentos de alto nível ético que possam construir ligações entre as diferenças culturais (BEGHTOL, 2005, p. 905).

Em geral, os sistemas de organização e representação do conhecimento necessitariam incorporar os vários fundamentos sintáticos (estrutura) e semântico (significado) das diferentes culturas do mundo mas, esse ideal requer que os criadores desses sistemas criem técnicas para recuperação de informação policultural, além das teorias e técnicas para incorporar todas as suposições culturais ao sistema (BEGHTOL, 2002b, p. 45).

A autora canadense propõe o calendário, enquanto artefato cultural, que estrutura ciclos de uma determinada cultura, que por sua vez, lhe atribui significado, enquanto um sistema de organização e representação do conhecimento. Apesar da existência de vários calendários, a Classificação Decimal Universal, por meio de sua Tabela Auxiliar de Tempo Ig, a Lista de Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso Americano e o Tesouro de Arte e Arquitetura assumiram o uso do calendário gregoriano e não possibilitam a opção para outros calendários (BEGHTOL, 2002b, p. 47).

Para Beghtol (2002a, p. 523), o acesso a diferentes calendários por diferentes culturas, para indivíduos que devam participar em diferentes níveis e camadas de diferentes culturas em diferentes épocas é um elemento importante para a criação dos sistemas de organização e representação do conhecimento que se pretendem globais e éticos.

Nesse sentido, para identificar esses problemas de natureza ética, Kochen (1987, p. 209 *apud* BEGHTOL, 2005, p. 906) propõe para a Ciência da Informação uma estrutura para a tomada de decisão baseada na ética. Essa estrutura denomina-se ‘Diretrizes para resolver problemas éticos’, a saber:

- Defina o problema
- Determine se é um problema ético
- Isole a dimensão ética do problema
- Pergunte se o caso é um problema de conflito de interesse ou uma questão de direitos e equidade
- Quem pode ajudar? Distinguir aspectos éticos dos técnicos
- Pergunte de quem é o problema
- Quem é afetado?
- Reduza as alternativas para controlar duas ou três
- Pese as alternativas
- Para cada alternativa, pergunte se há uma lei amparando-a. Violação de regra moral? Ofensiva aos costumes locais?
- Cada alternativa reflete exatamente a pessoa/companhia que você é ou quer ser?

Os resultados dessas análises, além de contribuir para a tomada de decisão pode possibilitar a criação de políticas éticas para instituições e grupos com problemas éticos.

O conflito entre as diferentes culturas e os sistemas de organização e representação do conhecimento que se pretendem globais pode encontrar uma possível solução na hospitalidade. No âmbito da organização e representação do conhecimento, no que se refere à classificação bibliográfica, Beghtol (2002a, p. 518; 2002b, p. 47; 2005, p. 905) ensina que hospitalidade significa “a habilidade de uma notação de classificação para incorporar novos conceitos em lugares apropriados e permitir o estabelecimento de relações exatas entre conceitos antigos e novos”.

A expressão notacional é especificamente peculiar à classificação bibliográfica e não o é para outros sistemas de organização e representação do conhecimento. Nesse sentido, um sistema deve ser preparado para o acréscimo de novos conceitos e também para a garantia

cultural que os acompanha, uma vez que esse sistema deve ser permeável às outras garantias culturais (BEGHTOL, 2002a, p. 518).

Nesse cenário, o conceito de hospitalidade é ampliado para hospitalidade cultural, que segundo Beghtol (2005, p. 905), “significa que um sistema de organização e representação do conhecimento pode acomodar de maneira ideal as várias garantias de diferentes culturas e refletir apropriadamente as suposições de qualquer indivíduo, grupo ou comunidade”.

A ampliação do conceito ao inserir as garantias culturais estimula que o profissional encare sua posição com desejo ético, uma vez que a hospitalidade cultural é uma garantia ética de respeito aos indivíduos e às culturas em um nível que é possível ocorrer um debate ético sobre esses indivíduos e culturas (BEGHTOL, 2002a, p. 519).

Os problemas de acesso à informação multilíngüe e multicultural, de tesouros com conceitos e relações de forma preconceituosa, além dos cabeçalhos de assuntos que não representam corretamente o domínio, precisam ser identificados através de uma estrutura ética coerente, aplicável e aceitável. Assim, o conceito de hospitalidade cultural surge como um candidato a uma estrutura ética aplicável com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e na Justiça Global de Informação⁴², que pode assegurar a continuação de aspectos culturais, da informação, do acesso e da diversidade (BEGHTOL, 2002a, p. 520).

Os direitos gerais expostos nas premissas dessas estruturas podem ser assumidos para incluir vários tipos de direito à informação por causa da importância da informação em criar e transmitir os valores culturais. Também podem ser assumidos para a política e tomada de decisão por serem universais. E como campo ético podem ser, devido a sua coerência, moldados em sistemas de organização e representação do conhecimento.

A hospitalidade cultural é um mecanismo de escolha para o usuário, além de ser um fundamento teórico para estabelecer métodos de desenvolvimento de sistemas e teorias para a organização e representação do conhecimento, criando uma intersecção entre os assuntos éticos de globalização e informação (BEGHTOL, 2002a, p. 526).

Beghtol (2005, p. 910) determinou uma estrutura para estabelecer políticas de análise ética em sistemas de organização e representação do conhecimento. Essa estrutura foi concebida através de uma junção da contribuição teórica de Friedman e Nissenbaum (1996)

⁴² Conceito apresentado por Smith (2001), que baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, se entende como um ideal ético, um modelo analítico e uma abordagem para a tomada política.

sobre a identificação geral de preconceitos que os sistemas de computação podem exibir; de Brey (1999) sobre a identificação de preconceitos específicos em realidade virtual; de Kettner (1993) sobre a formação de consenso sobre assuntos éticos enquanto comportamento e característica para minimizar o preconceito, principalmente em discursos políticos; e, Cullity (1999) sobre as características de um bom julgamento moral, em relação à epistemologia moral.

Essas teorias foram direcionadas para os sistemas de organização e representação do conhecimento e a estrutura ficou estabelecida da seguinte forma:

A. Determinação de cada sistema em cada nível

Nível teórico:

Avalie o sistema em conformidade com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e da Justiça Global de Informação (BEGTHOL, 2002a)

Nível de descoberta:

Avalie o sistema em relação a preconceitos pré-existentes, técnicos e emergentes, como descrito por Friedman e Nissenbaum (1996).

Avalie o sistema em relação a algum desvio de representação ou representação equivocada, como descrito por Brey (1999).

Nível de aplicação:

Avalie o sistema em relação a preconceitos comuns e no contexto do uso, e que aponte para contextos diversos, como descrito por Friedman e Nissenbaum (1996).

B. Estabelecimento de políticas e procedimentos éticos

Estabeleça políticas e procedimentos para assegurar que todas as posições estão incluídas e que além de tudo o processo seja transparente, como discutido por Kettner (1993).

Estabeleça políticas e procedimentos para assegurar que todos os envolvidos sejam julgados de forma apropriada no processo, como descrito por Cullity (1999).

Assim, os trabalhos de Beghtol têm sido orientados para os sistemas globais de organização e representação do conhecimento incluídos em ambiente ético.

5 DIÁLOGOS SOBRE AS QUESTÕES ÉTICAS EM REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Esta discussão inicia-se a partir da recuperação dos aspectos éticos apresentados pelos três autores em estudo, tal como relatado anteriormente, na busca por uma análise de aspectos convergentes em seus discursos.

Antonio García Gutiérrez trabalha a questão da diversidade cultural e sua representação pelos sistemas de classificação, e alerta para as necessidades de que essas atividades sejam desempenhadas por profissionais, que ele denomina de mediadores, com estímulo à reflexão crítica, uma vez que os instrumentos por eles desenvolvidos não podem estar propensos a uma dada ideologia dominante.

O pesquisador propõe que a área se estabeleça sob um novo paradigma (amparado pela Teoria Crítica e Hermenêutica), distanciando-se do paradigma positivista que, até então é a base usada para o estabelecimento de linguagens documentárias, influência esta oriunda das propostas de Otlet.

Com isso, o autor insiste na necessidade de uma ruptura com a normativa convencional, principalmente no intuito de repensar os instrumentos de representação do conhecimento, visto que esses resultam de operações mediadas.

O autor alerta que, no momento de atribuir conceitos, muitas vezes os profissionais são influenciados pela exclusão, oriunda de um ato de demarcação que gera fragmentação e descontextualização. Ao invés disso, torna-se necessário ao mediador atuar de forma compatibilizada. Assim, é papel do mediador promover a confiabilidade do sistema de representação, através de fundamentos éticos, tão necessários para o estabelecimento de uma visão transcultural.

Nesse sentido, o pesquisador acredita na necessidade de um conjunto de regras que ajude a detectar preconceitos de qualquer natureza na representação do conhecimento, contrapondo-se, dessa forma, a uma *purificação conceitual* que é reducionista e não acompanha a flexibilidade da evolução do conhecimento.

Nesse cenário, Antonio García Gutiérrez propõe a Epistemografia Interativa que é, enquanto um novo paradigma, um conjunto teórico-conceitual transdisciplinar que auxilia na análise em relação às representações no contexto de um pluralismo de culturas e discursos.

É importante que o mediador saiba proceder corretamente em suas representações, uma vez que a Epistemografia Interativa proporciona um questionamento em relação à

observação, aos sujeitos, aos objetos etc., entendendo os variados formatos em que se encontram conhecimento e cultura.

Então, forma-se um compromisso com a construção de instrumentos lógico-semânticos que acompanhem a atualização do conhecimento, bem como seu uso e sua busca, baseados em fundamentos éticos. Esse instrumento deve considerar os conteúdos, as línguas, as culturas e sociedades, bem como as ideologias. Deve, também, através de um controle lingüístico, incorporar categorias léxicas significativas, assumindo uma lógica modal, cuja organização se faz do local ao global.

Com isso tem-se, como instrumento oriundo da Epistemografia Interativa, a linguagem epistemográfica, que assume o compromisso de representar a pluralidade, enquanto linguagem associativa. Essa linguagem é formada através de eixos paradigmáticos e sintagmáticos, valorizando as relações associativas para que, assim, nenhum tema se sobreponha aos demais.

A linguagem epistemográfica opera no nível léxico, inclusive incorporando adjetivos, prefixos, verbos e desinências. Nas regras morfossemânticas são permitidas variadas opções de composição morfológica, potencializando o eixo sintagmático, por meio das relações associativas.

Imbuída do conceito de ética transcultural de mediação, a Epistemografia Interativa permite ao mediador uma visão consciente do que será representado, transferindo ao usuário 'pistas' que serão a garantia de uma representação adequada do conteúdo.

Essa busca de Antonio García Gutiérrez, tal como exposto, encontra reflexo nos estudos de Michèle Hudon, que permeiam a questão da definição terminológica nos tesouros pois, para a autora, o usuário de um tesouro multilíngüe deve ter a possibilidade de consultar a versão lingüística mais *apropriada*, e cada uma delas deve ser *adequadamente representada*.

Desse modo, a questão lingüística, enquanto variável da epistemografia interativa de García Gutiérrez encontra, em Hudon, condições mais concretas para ser abordada.

A barreira lingüística é uma questão que deve ser tratada com cautela pelos profissionais, uma vez que esta reflete uma ampla gama cultural que não pode ser ignorada.

Dessa forma, um tesouro multilíngüe deve ser encarado como uma transposição de barreiras, no caso a lingüística, e que ao mesmo tempo seja um instrumento aceito por culturas de línguas distintas, o que lhe daria, igualmente, a condição de uma linguagem epistemográfica.

De fato, alguns problemas acompanham a questão, pois a adequação de uma estrutura conceitual de uma cultura a outra é considerada inadequada, inclusive a tradução

literal de termos, o que pode resultar em expressões sem sentido. Vejam-se, por exemplo, as expressões *'It is raining dogs and cats'* e seu correspondente em português no Brasil *'Está chovendo canivete'*, ou mesmo, *'I slept like a log'* e *'Eu dormi como uma pedra'*.

Então, um tesouro multilíngüe deve proporcionar respeito às línguas envolvidas, mesmo porque seu desenvolvimento reside em uma dimensão cultural e política. O tratamento ético no desenvolvimento de um tesouro multilíngüe envolve a resolução de problemas de natureza semântica, lingüística e administrativa, e não apenas na localização de um termo adequado em outra língua.

Nesse sentido é possível que se traduza um tesouro monolíngüe existente para outras línguas, além de poder realizar uma fusão desses tesouros monolíngües. Entretanto, esse procedimento irá resultar em uma dominação cultural, fator condenável quando se busca um tratamento igualitário e ético.

Michèle Hudon denuncia a questão do imperialismo lingüístico, visto que esse influencia propostas de cunho científico, cultural e de negócios, motivado por interesses de uma noção dominante. Ou, em outras palavras, até que ponto a 'purificação conceitual' mencionada por Antonio García Gutiérrez pode ocultar o 'imperialismo lingüístico' expresso por Michèle Hudon?

Por isso, é aceitável que exista uma ampla divulgação da ciência disponibilizada através de várias línguas, primeiro para que ocorra um maior acesso a essa produção e, segundo, para que tais descobertas científicas não corram o risco de serem refeitas por conta do pouco significado que possa demonstrar seu conteúdo à cultura usuária, quando divulgado em outra língua.

Em relação a essa disseminação de informação técnico-científica, a língua inglesa tem contribuído significativamente. Entretanto, Michèle Hudon considera que ainda não é possível romper muitas das barreiras lingüísticas, influenciadas, principalmente, por razões políticas e nacionalistas.

Então, a pesquisadora considera que trabalhar com a questão da língua não é tão simples, pois envolve a forma como seus falantes interagem com o mundo. Isso envolve alguns problemas, como os de natureza morfológica, onde uma palavra pode aparecer com múltiplas ortografias⁴³; ou problemas de natureza terminológica, onde as representações verbais carregam especificidades locais, regionais e nacionais. Diante desses problemas, o profissional deve promover o aumento de sua competência lingüística. Assim, dentre outras

⁴³ Aqui cabe uma reflexão: até que ponto as representações *labor* e *labour* soam plenamente confiáveis, respectivamente, para um inglês e um norte-americano?

soluções, destaca-se a melhoria das ferramentas lingüísticas, como os glossários e tesouros multilíngües.

A autora menciona que o tratamento igualitário das línguas é uma forma de respeito, enquanto valor ético, fazendo com que as representações dos conceitos sejam identificadas e aceitas por usuários de diferentes línguas, pois ali suas crenças estão refletidas.

Assim, os profissionais que atuam na representação devem ter consciência das barreiras que impedem uma representação bem próxima da crença do usuário, inclusive, em relação às relações semânticas, pois são elas que permitem o entendimento de como um conhecimento é representado na literatura.

Dessa forma, a autora acredita que o futuro dos tesouros, além de estar atrelado ao fator de ajuda interdisciplinar, ainda está nas mãos de seus idealizadores, pois as questões que envolvem os aspectos culturais e os domínios científicos são discussões que permanecem a cargo desses profissionais, que cada vez mais devem se preocupar com o acesso igualitário à informação.

Portanto, Michèle Hudon esclarece que se um tesouro que adota uma língua e provê descritores equivalentes em outras línguas, mas sem a necessária estrutura semântica e tratamento igualitário, não pode ser considerado um tesouro multilíngüe.

Já a pesquisadora Clare Beghtol, quando trata das questões éticas, inicia seus estudos com uma discussão sobre globalização, cultura e representação do conhecimento. Com a globalização aliada às tecnologias de informação, as fronteiras se tornaram transponíveis para a comunicação e para a transferência de informações entre os mais variados indivíduos pertencentes às variadas culturas. Entretanto, muitos países não possuem infra-estrutura necessária para promover o acesso à informação em nível global.

Clare Beghtol esclarece que uma cultura representa as convicções e as atividades de um grupo de pessoas, que por sua vez, compartilham valores, história, língua, memória e atividades. Além disso, um indivíduo pertencente a uma cultura pode integrar-se a várias outras culturas.

Dessa forma, as relações entre uma cultura com suas necessidades informacionais se formam no intuito de preservar e perpetuar essa cultura. É nesse sentido que se concebe a garantia cultural, que segundo a autora, é necessária para o indivíduo se reconhecer no sistema de representação do conhecimento. A garantia cultural faz com que o sistema preserve as suposições, as crenças, os valores e a língua daquela determinada cultura. Entretanto, a garantia cultural aumenta a complexidade de representar o conhecimento, uma vez que esse será acessado por indivíduos de diferentes culturas.

Por isso, tornam-se necessários estudos que apresentem fundamentos multiétnicos e, dessa forma, promovam a integração da informação e do conhecimento refletidos por um sistema de representação do conhecimento, no intuito de construir perspectivas éticas para diferentes culturas.

Clare Beghtol argumenta que isso é necessário para se evitar que as representações de um sistema sejam inseridas por meio de práticas tendenciosas⁴⁴, prejudicando minorias ou matérias como política, religião, cultura e língua, corrigindo-as através de decisões éticas. Nesse contexto da tendenciosidade, pode-se incorrer tanto na ‘purificação conceitual’ prevista por Antonio García Gutiérrez quanto no ‘imperialismo lingüístico’ mencionado por Michèle Hudon.

Mesmo assim, a autora destacou um dilema, no sentido de que se um sistema de representação adota uma determinada garantia cultural específica, certamente esse sistema entrará em conflito com outras culturas. É por essa razão que os fundamentos multiétnicos são necessários para permitir ligações entre as diferentes culturas. É por isso que a ‘ética transcultural de mediação’ de Antonio García Gutiérrez torna-se fundamental.

Por isso, primeiramente torna-se necessário analisar a estrutura do sistema de representação do conhecimento para identificar problemas de natureza ética. Essa análise pode ser aplicada através das ‘Diretrizes para resolver problemas éticos’ proposto pela autora.

Essa análise inicia-se pela definição, determinação e isolamento da dimensão do problema ético. Após essa primeira etapa, é necessário realizar alguns questionamentos para saber se é um problema de conflito de interesse ou se é uma questão de equidade, identificando quem pode ajudar na questão, sabendo assim, de quem é o problema e quem é afetado. Em seguida a essa identificação, faz-se necessário realizar a etapa de controle das alternativas obtidas na análise anterior, reduzindo-as e pesando-as, além de buscar para cada uma das alternativas, amparo legal ou identificando se ocorre alguma violação de regra.

Essas diretrizes irão ajudar na resolução de problemas éticos. Outra possível solução apresentada pela pesquisadora é a *hospitalidade cultural* que, nos sistemas de representação do conhecimento, significa a habilidade desse sistema em incorporar novos conceitos em lugares apropriados, permitindo relações exatas e adequadas entre eles.

A hospitalidade cultural acomoda de maneira ideal as várias garantias culturais, refletindo as suposições de qualquer indivíduo. Esse fundamento propicia aos profissionais da informação uma posição com desejo ético, de respeito àquilo que irá representar.

⁴⁴ Van der Waalt (2002) e Guimarães (2005b) também já alertaram quanto à subordinação tendenciosa de conceitos em linguagens de indexação.

Para Clare Beghtol, o fundamento da hospitalidade cultural é necessário para promover um debate ético entre indivíduos e culturas. Por isso, é satisfatório realizar também uma análise ética nos sistemas de representação do conhecimento já desenvolvidos, com intuito de corrigi-los, caso necessário, promovendo o estabelecimento de políticas de análise ética e de tomada de decisão. Assim, a pesquisadora propõe uma estrutura para essa análise composta de duas partes, sendo que a primeira está dividida em três níveis: teórico (que é o momento da avaliação do sistema em relação a princípios maiores); descoberta (que é a avaliação em relação a preconceitos ou desvios existentes), e aplicação (que é a avaliação em relação a preconceitos ou desvios comuns, que possam ocorrer); a segunda parte reside no estabelecimento de políticas e procedimentos éticos no intuito de promover um processo transparente e que assegure uma forma de julgamento apropriado.

Com o resumo dos estudos desses três pesquisadores, tem-se sistematizado o seguinte quadro que permeia as idéias principais e dialógicas em relação a alguns aspectos, a saber:

Quadro 1: Idéias dialógicas.

Autores	Antonio García Gutiérrez	Michèle Hudon	Clare Beghtol
Aspectos Analisados			
Profissional	Mediador com estímulo à reflexão crítica	Sujeito com competência multilíngüe	Agente com desejo ético
Leitura	Compreensão discursiva	Entendimento de diferentes versões lingüísticas	Identificação de problemas éticos
Valores intrínsecos na Representação	Transculturalidade na mediação	Multilingüismo	Garantia e hospitalidade cultural
Usuário	As crenças devem ser refletidas pelo sistema	As crenças devem ser refletidas pelo sistema	As crenças devem ser refletidas pelo sistema

Fonte: Pinho (2006).

Os autores analisados acreditam que a intervenção de uma análise ética nos sistemas de representação é necessária e adequada, porque tenta corrigir os desvios representados e disseminados até o momento, além de melhorar os instrumentos de representação para que haja consciência sobre o como e o por quê eles são elaborados.

Em um entendimento comum, os autores focalizaram o papel do **profissional** que atua no âmbito da representação, seja ela enquanto instrumento ou atividade. Esse profissional deve atuar de forma ética, possuindo competência crítica sobre o objeto ou tema a ser

representado. Essa mediação, atribuída ao profissional, não pode ser ingênua muito menos mecânica, pois se faz necessário um processo de reflexão sobre os interesses culturais e ideológicos presentes no conteúdo a ser representado. O profissional deve estar ciente de sua ação e conseqüentes efeitos.

A **leitura** é um processo que permeia a Análise Documentária e resulta na seleção de termos que serão, através de uma linguagem documentária, utilizados na representação.

Essa leitura, denominada de leitura profissional, deve garantir compreensão e comprovação, de tal modo, que os interesses do profissional não venham a prevalecer sobre os do documento analisado. Então, o momento da leitura profissional também deve ser permeada pela ética.

Clare Beghtol é mais específica ao analisar a questão da leitura, dirigindo essa atividade para a identificação de problemas éticos nos sistemas de representação, leitura essa conduzida por suas ‘Diretrizes’. Antonio García Gutiérrez concebe a leitura como um fator que vai além do entendimento estrutural do texto, uma vez que essa atividade deve ser de tal forma ampla para que permita a compreensão do discurso utilizado pelo produtor. Já Michèle Hudon entende a leitura como um requisito essencial para a compreensão de versões lingüísticas diferentes, estando atrelada à competência lingüística do profissional. Com exceção do pesquisador espanhol, as outras pesquisadoras analisadas não se estendem muito na questão da leitura.

Sobre os sistemas de **representação**, os autores são categóricos ao afirmar que tais instrumentos não são neutros. Essa questão é endossada por outros pesquisadores da área⁴⁵, uma vez que tais instrumentos estão imbuídos dos valores e posições assumidas por seus idealizadores.

O ponto essencial na representação pode residir nas diferenças culturais. Os autores em questão abordaram a cultura, e conseqüentemente, as diversas culturas existentes, como fator decisivo para os desvios ocorridos nas representações, exigindo tanto do profissional quanto do instrumento utilizado, um entendimento quanto às peculiaridades e diferenças de cada cultura. Clare Beghtol enfatizou o uso global dos sistemas de representação, ou seja, a utilidade desses sistemas por diferentes culturas. Antonio García Gutiérrez estudou a questão e a denominou de *mestiçagem*, dando como exemplo, a cultura brasileira. Michèle Hudon, por sua vez, na variada gama do âmbito cultural, ela foi mais específica ao analisar a questão da língua.

⁴⁵ Rafferty (2001), Olson (2002), Hjørland (2003) e Mai (2004).

Os diversos níveis e camadas culturais aos quais um indivíduo pode pertencer, e ao mesmo tempo ver suas crenças refletidas em um sistema de representação é o ponto de discussão no qual esses autores têm dedicado seus esforços.

Nesse sentido, as contribuições são as seguintes: a ética transcultural de mediação considera a cultura como um sistema dialógico e interativo, superando visões dominantes e reducionistas; a hospitalidade cultural possibilita que uma mesma notação bibliográfica agregue diversas garantias culturais; e o multilingüismo referenda o tratamento igualitário entre as línguas envolvidas em um tesouro multilíngüe.

Os trabalhos desses pesquisadores possibilitam que a diversidade cultural seja expressa em um sistema de representação, garantindo ao mesmo tempo a identidade de cada uma, não através de confrontos, mas da aceitação do diferente.

Então, entende-se que as afirmações deônticas de Antonio García Gutiérrez, que expressam que nenhum aspecto pode prevalecer sobre os demais, sejam eles discursos, processos cognitivos, cultura ou usuário, encontram convergência com o conceito de hospitalidade cultural proposto por Clare Beghtol, pois nesse, também não se concebe a existência de privilégios sobre os aspectos focalizados, uma vez que a notação bibliográfica precisa ‘receber’ as garantias culturais. Da mesma forma, é convergente o tratamento semântico proposto por Michèle Hudon na questão do multilingüismo, respeitando as diferenças de línguas em sua abordagem de estrutura não idêntica e não simétrica dos tesouros multilíngües, pois não força a existência de um termo que não possui equivalente em outra língua.

Sobre a questão da tecnologia, os autores concordam que o rompimento das barreiras comunicacionais possibilitou uma maior difusão da informação. Entretanto, chegou-se ao entendimento de que isso não significa melhoria e respeito em relação às necessidades informacionais de uma determinada cultura. Com a internet, a disseminação de preconceitos ou sua representação, através de conceitos equivocados, tem sido cada vez maior. Além disso, alguns países não possuem recursos suficientes para promover uma ampla e igualitária literacia informacional e digital.

Os autores alertam para que os instrumentos de representação sirvam também para os ambientes digitais, e esse ponto é convergente seja no entendimento de Clare Beghtol por sistemas globais, ou de Antonio García Gutiérrez por rede digital como preservação da exomemória, ou ainda, de Michèle Hudon cujo alerta se dá para a compreensão das fontes informacionais disponíveis em várias línguas, agregando assim, elementos para o

desenvolvimento de sistemas de representação do conhecimento. Então, esses sistemas de acesso global devem permear as garantias culturais, bem como estarem pautados pela ética.

É possível extrair dos discursos dos três pesquisadores um **valor** em comum e que se fez presente, a saber: o respeito à diversidade cultural, garantindo sua presença nos sistemas de representação. Esse valor – respeito – apesar de possuir um caráter geral, embasou os valores que por meio desses estudos tornaram-se inerentes à representação do conhecimento. Com Clare Beghtol destaca-se a garantia e hospitalidade cultural, com Antonio García Gutiérrez a transculturalidade na mediação (GUIMARÃES et al., 2005, p. 284), e com Michèle Hudon tem-se o multilingüismo.

Em relação ao **usuário**, destaca-se que esse é o objetivo principal das atividades de representação. Todos os autores são categóricos em afirmar que as crenças do usuário devem ser refletidas pelo sistema de representação, sob pena do sistema perder sua confiança, ou ainda, provocar um constrangimento devido a relações e/ou representações enganosas ali encontrados.

Nesse sentido, os autores analisados são convergentes em suas opiniões em relação ao usuário, bem como complementares, em relação às competências profissionais, que abrangem o profissional e a leitura, bem como no tocante aos valores intrínsecos ao processo de representação.

Cabe destacar também, que a contribuição dos autores se deu de forma a solucionar problemas de natureza ética no âmbito da representação. Antonio García Gutiérrez propõe toda uma estrutura teórica, que encarada enquanto uma mudança de paradigma, resulta em um avanço teórico e prático para a área. Sua Epistemografia Interativa, que através de uma visão transdisciplinar do conhecimento, possibilita ao mediador uma atuação ética em relação ao conteúdo representado.

Já Michèle Hudon contribui de forma a dar um tratamento igualitário às línguas representadas em um tesouro multilíngüe, através de um esquema que permite a identificação de problemas de natureza ética. Esse esquema dá suporte à construção do tesouro, identificando itens problemáticos na questão de tesouros multilíngües.

E, Clare Beghtol proporcionou, além dos conceitos que possibilitam as notações ampliarem seu escopo, uma estrutura que permite a identificação de problemas éticos em sistemas de representação do conhecimento. Essa estrutura guia, também, a tomada de decisão em relação a problemas éticos.

Dessa forma, recupera-se a categorização preliminar de valores inerentes à área de organização e representação do conhecimento que elaboramos (GUIMARÃES et al., 2005, p. 284), reproduzindo-a abaixo para análise e inclusões.

Quadro 2: Categorização de valores.

	Froehlich	Fernández-Molina & Guimarães	Beghtol	García Gutiérrez
O usuário	<ul style="list-style-type: none"> • respeito à autonomia do usuário • busca pela minimização de danos • busca pela equidade 	<ul style="list-style-type: none"> • preponderância do interesse do usuário • ausência de censura (ou informação ao usuário sobre limitações) 	<ul style="list-style-type: none"> • garantia cultural 	<ul style="list-style-type: none"> • transculturalidade na mediação
A organização	<ul style="list-style-type: none"> • credibilidade organizacional 			
A informação	<ul style="list-style-type: none"> • credibilidade pública 	<ul style="list-style-type: none"> • atualidade • precisão 	<ul style="list-style-type: none"> • hospitalidade cultural 	
A profissão	<ul style="list-style-type: none"> • credibilidade profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • objetividade no fornecimento dos serviços • manutenção da competência profissional • separação das crenças pessoais do serviço profissional 		<ul style="list-style-type: none"> • transculturalidade na mediação
O profissional	<ul style="list-style-type: none"> • respeito à autonomia do profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • separação das crenças pessoais do serviço profissional 		

Fonte: Guimarães et al. (2005).

Esse quando surge da necessidade de identificar os valores que são inerentes às atividades de organização e representação do conhecimento, combinados com compromissos que desenvolvem as características do fazer e do atuar.

Nesse sentido, os valores encontrados nos estudos de Michèle Hudon se enquadram nos seguintes compromissos: com o usuário, com a informação e com o profissional. Com o *usuário* tem-se o valor de respeito ao tratamento semântico da língua do falante e preservação de suas crenças; com a *informação*, tem-se o valor do multilingüismo, visto que cada vez mais os trabalhos são disseminados na língua do produtor, e com o *profissional*, cuja competência multilíngüe torna-se necessária para a compreensão do conteúdo das diversas fontes.

Em relação aos atuais estudos de Clare Beghtol, acrescenta-se na dimensão da *profissão*: competência para identificar problemas éticos, já em relação ao *profissional*,

sugere-se o acréscimo de: agente com desejo ético e competência para identificar problemas éticos.

Do cotejo dos estudos de Antonio García Gutiérrez sugere-se um acréscimo na dimensão do *usuário* de: preservação de crenças, e na dimensão do *profissional* sugere-se a inclusão de: reflexão crítica e compreensão discursiva.

A vista do exposto, o quadro de valores éticos anteriormente apresentado se cotejado com as contribuições de Hudon e o acréscimo dos atuais estudos de García Gutiérrez e Beghtol pode ser assim delineado:

Quadro 3: Proposta de inclusão de valores.

	Froehlich	Fernández-Molina & Guimarães	Beghtol	García Gutiérrez	Hudon
O usuário	<ul style="list-style-type: none"> • respeito à autonomia do usuário • busca pela minimização de danos • busca pela equidade 	<ul style="list-style-type: none"> • preponderância do interesse do usuário • ausência de censura (ou informação ao usuário sobre limitações) 	<ul style="list-style-type: none"> • garantia cultural 	<ul style="list-style-type: none"> • transculturalidade na mediação • preservação das crenças 	<ul style="list-style-type: none"> • respeito ao tratamento semântico da língua • preservação das crenças
A organização	<ul style="list-style-type: none"> • credibilidade organizacional 				
A informação	<ul style="list-style-type: none"> • credibilidade pública 	<ul style="list-style-type: none"> • atualidade • precisão 	<ul style="list-style-type: none"> • hospitalidade cultural 		<ul style="list-style-type: none"> • multilingüismo
A profissão	<ul style="list-style-type: none"> • credibilidade profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • objetividade no fornecimento dos serviços • manutenção da competência profissional • separação das crenças pessoais do serviço profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • competência para identificar problemas éticos 	<ul style="list-style-type: none"> • transculturalidade na mediação 	
O profissional	<ul style="list-style-type: none"> • respeito à autonomia do profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • separação das crenças pessoais do serviço profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • agente com desejo ético • competência para identificar problemas éticos 	<ul style="list-style-type: none"> • reflexão crítica • compreensão discursiva 	<ul style="list-style-type: none"> • competência multilíngüe

Fonte: Adaptado de Guimarães et al. (2005).

Os três autores contribuiram com a construção de conceitos que permitem o embasamento teórico da área em relação aos aspectos éticos, bem como a de estruturas que

possibilitam a identificação e solução de problemas de natureza ética em relação aos sistemas de representação do conhecimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Representar o conhecimento e disponibilizá-lo para as diferentes culturas, fazendo que essas reconheçam suas crenças no sistema de representação é o desafio da área. Por isso, os instrumentos de representação devem estar pautados em aspectos éticos.

Os sistemas de representação do conhecimento que se pretendem universais têm, na maioria das vezes, refletido desvios e, dessa forma, disseminado uma estrutura de conhecimento que, para um determinado grupo social, não é válido ou aceito. O resultado pode incorrer em um constrangimento dessa parcela da sociedade.

Na literatura da área de Organização e Representação do Conhecimento constata-se que, de certa forma, existe um consenso em relação ao fato de que os instrumentos de representação e, inclusive o ato de classificar, não são neutros. Os idealizadores desses instrumentos, bem como os profissionais da informação dedicados a essa tarefa, possuem visões de mundo e crenças definidas.

Além disso, de acordo com a literatura analisada, pode-se afirmar que os pesquisadores da área admitem a existência de desvios e tendenciosidades nos sistemas de representação.

Entende-se, nesse momento, que o desenvolvimento de um sistema de representação que se pretende neutro é impossível. Então, como fazer para projetar sistemas de representação que reconheçam e incorporem as diferentes culturas existentes, de forma que, nenhuma seja privilegiada em relação à outra?

Uma possível resposta pode residir no estudo dos aspectos éticos inerentes à organização e representação do conhecimento. A ética controla o poder das ideologias, de forma a perceber as limitações ideológicas e o comportamento dos grupos sociais.

Nesse sentido, concorda-se com Guimarães e Fernández-Molina (2003) quanto à necessidade da área de Organização e Representação do Conhecimento assumir a ética enquanto ramificação temática em seu sistema de classificação (*Classification Scheme for Knowledge Organization Literature*).

Outro aspecto a ser considerado na literatura da área é a identificação de valores inerentes às atividades de organização e representação do conhecimento, uma vez que esses norteiam a conduta profissional que, por sua vez, será pautada pela ética.

Em relação aos autores analisados, destaca-se a existência de:

- um entendimento em relação à necessidade de converter os atuais sistemas de representação em sistemas eticamente aceitáveis;
- uma convergência no discurso relativo ao usuário, visto que suas crenças devem estar refletidas no sistema de representação;
- uma complementaridade no entendimento relacionado às competências profissionais, uma vez que tais competências resultarão em projetos de sistemas de representação respaldados na ética. As competências giram, portanto, em torno da necessidade de reflexão crítica, atuação ética, compreensão discursiva e de diferentes línguas, com intuito de identificar problemas éticos;
- uma identificação de valores inerentes às atividades de organização e representação do conhecimento, a saber: transculturalidade na mediação, multilingüismo e garantia e hospitalidade cultural. Esses valores orientam a conduta profissional com desejo de atuação ética, baseados principalmente em um valor de caráter geral: respeito. Além disso, os valores de transculturalidade na mediação, multilingüismo e garantia e hospitalidade cultural refletem aspectos dos princípios de uso de Cutter.
- uma compreensão da necessidade de diálogo, não com propósito de confronto, mas imbuído de uma necessidade de compreender o outro, o diferente.
- propostas de soluções para os problemas éticos identificados em sistemas de representação do conhecimento, seja através de diretrizes baseadas em premissas universais, seja através de uma mudança paradigmática na área, em que a transculturalidade deva ser considerada como visão dialógica, seja ainda por meio do tratamento igualitário de línguas nos instrumentos de representação, cuja base se dá por normas que alertam para as dimensões políticas e culturais da língua.

Variáveis como a língua em que um determinado conhecimento é divulgado, a sociedade e a ideologia interferem nos valores que conduzirão o fazer profissional e, conseqüentemente, na elaboração de instrumentos eticamente aceitáveis. A transculturalidade na mediação, enquanto um meta valor, também proporciona suporte ao multilingüismo e à garantia e hospitalidade cultural, que transmitidos na formação dos profissionais da representação do conhecimento, conduzirá os mesmos a um fazer com atuação ética.

Acredita-se que instrumentos de representação baseados na ética serão aceitáveis por diferentes culturas e que ali seja, de fato uma estrutura de conhecimento, cujos conceitos e suas relações são inseridos de forma crítica e consciente do necessário respeito à diversidade.

Por fim, muito está por ser feito nesse campo de estudos, principalmente em questões específicas que, decorrentes da dimensão ética, merecem uma reflexão mais verticalizada, como é o caso do eufemismo na representação que, muitas vezes sob a égide do ‘politicamente correto’ pode chegar às raias da discriminação, do ocultamento da tendenciosidade, mas isso ainda é um tema para o futuro...

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, J. D. Organization of knowledge. In: FEATHER, J.; STURGES, P. (Ed.). **International encyclopedia of information and library science**. London: Routledge, 1996. p. 336-353.
- BARBOSA, A. P. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: IBBD, 1969.
- BARITÉ, M. **Glosario sobre organización y representación del conocimiento, clasificación, indización, terminología**. Montevideo: Comisión Sectorial de Investigación Científica, 1997.
- BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2001. p. 35-60.
- BAYLES, M. D. **Professional ethics**. 2nd. ed. Belmont: Wadsworth Publishing Co., 1989.
- BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.
- BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002a.
- BEGHTOL, C. Universal concepts, cultural warrant, and cultural hospitality. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002b. p. 45-49.
- BELO, A. **História & livro e cultura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BIBLIOTECÁRIO e técnico em biblioteconomia: legislação. São Paulo: CRB8, 1999.
- BREY, P. Method in computer ethics: towards a multi-level interdisciplinary approach. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 2, n. 2, p. 125-129, 2000.

BREY, P. The ethics of representation and action in virtual reality. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 1, n. 1, p. 5-14, 1999.

BRONDANI, C. Os valores. **Revista Eletrônica da Sociedade Literária Prometheus**, Pato Branco, ano 2, v. 8, 2000. Disponível em:
<<http://www.geocities.com/slprometheus/html/cb15.htm?200624>>. Acesso em: 24 fev. 2006.

BUCHANAN, E. A. An overview of information ethics issues in a world-wide context. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 1, n. 3, p. 193-201, 1999.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CAPURRO, R. Intercultural information ethics. In: INTERNATIONAL CENTER FOR INFORMATION ETHICS SYMPOSIUM, 2004, Karlsruhe. **Localizing the internet: ethical issues in intercultural perspective**. Karlsruhe: Center for Art and Media, 2004. Disponível em:
<<http://icie.zkm.de/congress2004>>. Acesso em: 31 ago. 2005.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Ed. UNB, 1994.

CHARTIER, R. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CINTRA, A. M. M. A et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Polis, 2002.

COHEN, R. A. Ethics and cybernetics: Levisianian reflexions. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 2, n. 1, p. 27-35, 2000.

CÔRTE, A. R. Por um comportamento ético ou pelo cumprimento de um código de ética. **Palavra-Chave**, São Paulo, n. 8, p. 18-20, 1994.

CORTINA, A.; MARTÍNEZ, E. **Ética**. São Paulo: Loyola, 2005.

COULDRY, N. Digital divide or discursive design? On the emerging ethics of information space. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 5, n. 2, p. 89-97, 2003.

CULLITY, G. Virtue ethics, theory, and warrant. **Ethical Theory and Moral Practice**, Dordrecht, v. 2, n. 3, p. 277-294, 1999.

CUVILLIER, A. **Manuel de philosophie**. 9. ed. Paris: Armand Colin, 1947.

DAHLBERG, I. Current trends in knowledge organization. In: GARCÍA MARCO, F. J. (Ed.). **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**. Zaragoza: Librería General, 1995. p. 7-25.

DAHLBERG, I. Ethics and knowledge organization: in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. **International Classification**, Frankfurt, v. 19, n. 1, p. 1-2, 1992.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.

DUNCAN, L. **Internet ethics**. New York: St. Martin's Press, 2000.

DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2002.

ESTEBAN NAVARRO, M. A. Los lenguajes documentales ante el paso de la organización de la realidad y el saber a la organización del conocimiento. **Scire**, Zaragoza, v. 1, n. 2, p. 43-71, 1995.

FANTINATI, C. E.; CECCANTINI, J. L. C. T. Um país se faz de homens, livros e bibliotecas. In: PEREIRA, R. F.; BENITES, S. A. L. (Org.). **À roda da leitura: língua e literatura no jornal Proleitura**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004. p. 41-51.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. Los aspectos éticos y jurídicos en la formación de los profesionales de la información. In: ENCUENTRO DE EDIBCIC, 5., 2000, Granada. **La formación de profesionales e investigadores de la información para la sociedad del conocimiento: actas...** Granada: Universidad de Granada, 2000. p. 439-449.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C.; VIDOTTI, S. A. B. G.; FLAMINO, A. N.; SOUZA, A. S.; CAMARGO, L. S. A.; SILVA, M. S.; MORENO, P. S.; RAMALHO, R. A. S. Aspectos éticos de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación: y su reflejo en la organización y representación del conocimiento. In: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (Ed.). **La dimensión humana de la organización del conocimiento**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005. p. 177-186.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 487-492.

FLORIDI, L. Information ethics: on the philosophical foundation of computer ethics. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 1, n. 1, p. 37-56, 1999.

FORD, P. J. A further analysis of the ethics of representation in virtual reality: multi-user environments. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 3, n. 2, p. 113-121, 2001.

FRIEDMAN, B.; NISSENBAUM, H. Bias in computer systems. **Acm Transactions on Information Systems**, New York, v. 14, n. 3, p. 330-347, 1996.

FROEHLICH, T. J. Ethical concerns of information professionals in an international context. In: ALVAREZ-OSSORIO, J. R.; GOEDGEBUURE, B. G. (Ed.). **New worlds in information and documentation**. Amsterdam: Elsevier, 1994. p. 459-470.

FROEHLICH, T. J. **Survey analysis of the mayor ethical and legal issues facing library and information services**. Munich: K. G. Saur, 1997.

FROEHLICH, T. J. **Tensions among ethical principles and in their application in library and information work**. Kent, 2004. Aula ministrada no curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, FFC-UNESP, Campus de Marília.

FUJITA, M. S. L. **A leitura documentária do indexador: aspectos cognitivos e lingüísticos influentes na formação do leitor profissional**. 2003. 321 f. Tese (Livre-Docência em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

FUJITA, M. S. L. Organização do conhecimento: algumas considerações para o tratamento temático da informação. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2001. p. 29-72.

GALVÃO, M. C. B. A análise, a síntese, a representação da informação e a gestão do conhecimento nas empresas. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 230-239.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a “culture of the border”: towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002a. p. 516-522.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **La memoria subrogada**: mediación, cultura y conciencia en la red digital. Granada: Editorial de la Universidad de Granada, 2002b. Arquivo em meio magnético.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Otra memoria es posible**: estrategias descolonizadoras del archivo mundial. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2004.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Principios de lenguaje epistemográfico**: la representación del conocimiento sobre Patrimonio Histórico Andaluz. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1998. (Cuadernos técnicos, 3).

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Proyectar la memoria: del *ordo* nacional a la reapropiación crítica. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 7-13, 2003.

GARCÍA JIMÉNEZ, A. Instrumentos de representación del conocimiento: tesauros versus ontologías. **Anales de Documentación**, Espinardo, v. 7, p. 79-95, 2004.

GARCÍA MARCO, F. J. Los contenidos y la secuencia docente de la Organización y Representación del Conocimiento: una propuesta interdisciplinar. In: GARCÍA MARCO, F. J. (Ed.). **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**. Zaragoza: Librería General, 1995. p. 219-228.

GILREATH, C. T. Harmonization of terminology: an overview of principles. **International Classification**, Frankfurt, v. 19, n. 3, p. 135-139, 1992.

GOMES, H. E. **Classificação, tesouro e terminologia**: fundamentos comuns. 1996. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/tertulia/tertulia.htm#7>>. Acesso em: 26 jul. 2005.

GORMAN, M. **Our enduring values: librarianship in the 21st century**. Chicago: ALA, 2000.

GRIFFITH, B. C. (Ed.). **Key papers in information science**. New York: Knowledge Industry Publ., 1980.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-117.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos do tratamento temático da informação. In: PAGNI, P. (Org.). **Universidade e contemporaneidade: produção do conhecimento e formação profissional**. Marília: FFC-UNESP, 2005a. 1 CD-ROM.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.): uma reflexão preliminar. In: MEMÓRIA, informação e organização do conhecimento: seminário cruzando fronteiras da identidade. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005b.

GUIMARÃES, J. A. C.; BOCCATO, V. R.; PINHO, F. A.; LIMA, M. L.; BORBA, E. A.; DAMAZO, A. C.; MONÇÃO, J. L. Aspectos éticos en organización y representación del conocimiento: un análisis de la bibliografía científica en busca de una categorización preliminar de valores. In: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (Ed.). **La dimensión humana de la organización del conocimiento**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005. p. 278-285.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. Los aspectos éticos de la organización y representación del conocimiento en la revista Knowledge Organization. In: ANTONIO FRÍAS, J.; TRAVIESO, C. (Ed.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento**. Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, 2003. p. 809-816.

GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M. L. P. (Ed.). **Profissionais da informação: formação e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000a. p. 53-70.

GUIMARÃES, J. A. C. Perspectivas de ensino e pesquisa em organização do conhecimento em cursos de biblioteconomia do Mercosul: uma reflexão. In: ENCUESTRO DE EDIBCIC, 5., 2000, Granada. **La formación de profesionales e investigadores de la información para la sociedad del conocimiento: actas...** Granada: Universidad de Granada, Facultad de Biblioteconomía y Documentación, 2000b. p. 206-216.

GUIMARÃES, J. A. C. Políticas de análisis y representación de contenido para la gestión del conocimiento en las organizaciones. **Scire**, Zaragoza, v. 6, n. 2, p. 49-58, 2000c.

HARE, R. M. **Ética**: problemas e propostas. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B. Nine principles of knowledge organization. In: ALBRECHTSEN, H.; ØRNAGER, S. (Ed.). **Knowledge organization and quality management**. Frankfurt/Main: Indeks, 1994. p. 91-100. (Advances in Knowledge Organization, v. 4).

HJØRLAND, B. Theory and metatheory of information science: a new interpretation. **Journal of Documentation**, London, v. 54, n. 5, p. 606-621, 1998.

HUDON, M. Accessing documents and information in a world without frontiers. **The Indexer**, London, v. 21, n. 4, p. 156-159, 1999.

HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997.

HUDON, M. True and tested products: thesauri on the web. **The Indexer**, London, v. 23, n. 3, p. 115-119, 2003.

HULME, E. W. Principles of book classification. **Library Association Record**, London, v. 13, p. 354-358, 1911.

HULME, E. W. Principles of book classification. **Library Association Record**, London, v. 14, p. 39-46, 1912.

INGWERSEN, P. Polyrepresentation of information needs and semantic entities: elements of a cognitive theory for information retrieval interaction. In: ANNUAL INTERNATIONAL ACM SIGIR CONFERENCE ON RESEARCH AND DEVELOPMENT IN INFORMATION RETRIEVAL, 17., 1994, Dublin. **Proceedings...** New York: Springer-Verlag, 1994. p. 101-110.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Documentation: guidelines for the establishment and development of multilingual thesauri, ISO 5964.** Geneva, 1985.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION. **About ISKO.** 2004. Disponível em: <<http://is.gseis.ucla.edu/orgs/isko/about.html>>. Acesso em: 29 jul. 2005. Com atualização até dezembro de 2004.

JAENECKE, P. To what end knowledge organization? **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 21, n. 1, p. 3-11, 1994.

JOUVE, V. **A leitura.** São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

JUDGE, A. **Anti-developmental biases in thesaurus design.** 1981. Disponível em: <<http://www.laetusinpraesens.org/docs/antidev.php>>. Acesso em: 1 abr. 2005.

KETTNER, M. Scientific knowledge, discourse ethics and consensus formation in the public domain. In: WINKLER, E. R.; COOMBS, J. R. (Ed.). **Applied ethics: a reader.** Oxford: Blackwell, 1993. p. 28-45.

KIEL, E. Knowledge organization needs epistemological openness: a reply to Peter Jaenecke. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 21, n. 3, p. 148-152, 1994.

KOEHLER, W. C.; PEMBERTON, J. M. A search for core values: towards a model code of ethics for information professionals. **Journal of Information Ethics**, Dordrecht, v. 9, n. 1, p. 26-54, 2000.

KOEHLER, W. Trends of library associations and ethics in the U.S. In: VAAGAN, R. W. (Ed.). **The ethics of librarianship: an international survey.** Munchen: K. G. Saur, 2002. p. 323-337.

LARA, M. L. G. O processo de construção da informação documentária e o processo de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 127-139, 2002.

LARA, M. L. G. **Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas.** 1999. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEE, J. M. E. Wyndham Hulme: a reconsideration. In: RAYWARD, W. B. (Ed.). **The variety of librarianship**. Sydney: Library Association of Australia, 1976. p. 101-113.

MAI, J.-E. Classification in context: relativity, reality, and representation. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 31, n. 1, p. 39-48, 2004.

MACHADO, A. M. N. **Informação e controle bibliográfico: um olhar sobre a cibernética**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MANIEZ, J. L'evolution des languages documentaires. **Documentaliste: Sciences de L'Information**, Paris, v. 30, n. 4-5, p. 254-259, 1993.

MARTINS, M. H. P. A ética em questão. **Palavra-Chave**, São Paulo, n. 8, p. 3-4, 1994.

MCKITTERICK, D. A biblioteca como interação: a leitura e a linguagem da bibliografia. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (Dir.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000. p. 94-107.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

MIRANDA, M. L. C. A organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: algumas questões epistemológicas. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-77, 1999.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

OLSON, H. A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

PIEIDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol**. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

RAFFERTY, P. The representation of knowledge in library classification schemes. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 28, n. 4, p. 180-191, 2001.

ROCHENBACH, B.; MENDINA, T. **Ethics and electronic information**. Jefferson: McFarland, 2003.

RORTY, R. **A filosofia e o espelho da natureza**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

RUBIN, R. E. **Foundations of library and information science**. New York: Neal-Schuman, 1998.

RUBIN, R. E.; FROELICH, T. J. Ethical aspects of library and information science. In: KENT, A. (Ed.). **Encyclopedia of library and information science**. New York: Marcel Dekker, 1996. p. 33-52.

SÁ, A. L. de. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 2001.

SAN SEGUNDO, R. **Sistemas de organización del conocimiento**: la organización del conocimiento en las bibliotecas españolas. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, Boletín Oficial del Estado, 1996.

SAN SEGUNDO MANUEL, R. Nueva concepción de la representación del conocimiento. In: ANTONIO FRÍAS, J.; TRAVIESO, C. (Ed.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento**. Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, 2003. p. 395-402.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, G. C.; RIBEIRO, C. M. **Acrônimos, siglas e termos técnicos**: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática. Campinas: Átomo, 2003.

SHERA, J. H. Bibliographic management. In: BERI, V. (Ed.). **Essays on bibliography**. Metuchen: Scarecrow, 1975. p. 167-175.

SIGEL, A. **The knowledge organization on internet**: mini-faq. 2000. Disponível em: <<http://index.bonn.iz-soz.de/~sigel/ISKO/wiss-org.faq.html>>. Acesso em: 1 abr. 2005.

SILVA, M. R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, 2004.

SILVA, R. S. **Os termos relativos ao segmento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das linguagens documentárias.** 2004. 124 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SMIRAGLIA, R. P. The progress of theory in knowledge organization. **Library Trends**, Champaign, v. 50, n. 3, p. 330-349, 2002.

SMITH, M. M. Global information justice: rights, responsibilities, and caring connections. **Library Trends**, Champaign, v. 49, n. 3, p. 519-537, 2001.

SPINELLO, R. A. Ethical reflections on the problem of spam. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 1, n. 3, p. 185-191, 1999.

STRAIOTO, A. C.; GUIMARÃES, J. A. C. A abordagem facetada no contexto da organização do conhecimento: elementos históricos. **Páginas a&b** (arquivos & bibliotecas), Lisboa, n. 14, p. 109-136, 2004.

STROUT, R. F. The development of the catalog and cataloging codes. **Library Quarterly**, Chicago, v. 26, n. 4, p. 254-275, 1956.

TAVANI, H. T. Information and communication technology (ICT) ethics: a bibliography of recent books. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 3, n. 1, p. 77-81, 2001.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Universal Declaration of Human Rights.** 1948. Disponível em: <<http://www.un.org/overview/rights.html>>. Acesso em: 6 mar. 2005.

VAAGAN, R. W. (Ed.). **The ethics of librarianship: an international survey.** Munchen: K. G. Saur, 2002.

VALENTIM, M. L. P. Assumindo um novo paradigma na Biblioteconomia. **Informação & Informação**, Londrina, v. 0, n. 0, p. 2-6, 1996.

VAN DER WAALT, M. S. *Round-table: Ethics in knowledge representation and organization.* In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries.** Würzburg: ERGON-Verlag, 2002.

VAN DIJK, T. **La noticia como discurso**: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós, 1990.

VERGUEIRO, W. C. S. Ética profissional versus ética social: uma abordagem sobre os mitos da biblioteconomia. **Palavra-Chave**, São Paulo, n. 8, p. 8-11, 1994.

WECKER, J.; ADENEY, D. **Ética informática y las ciencias de la información**. Madrid: Fragua, 2000.

WELLISCH, H. Early multilingual and multiscript indexes in herbals. **The Indexer**, London, v. 11, n. 2, p. 81-102, 1978.

WITTY, F. J. The beginnings of indexing and abstracting: some notes towards a history of indexing and abstracting in Antiquity and the Middle Ages. **The Indexer**, London, v. 8, n. 4, p. 193-198, 1973.